

Universidade de Brasília – UnB

Instituto de Relações Internacionais – IREL

Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais

Área de concentração: História das Relações Internacionais

DA GLÓRIA RETÓRICA AO CASO DELGADO
Brasil-Portugal nos anos de Álvaro Lins (1956-1959)

Mário Augusto Frasson

Brasília/DF 2016

Universidade de Brasília – UnB

Instituto de Relações Internacionais – IREL

Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais

Área de concentração: História das Relações Internacionais

DA GLÓRIA RETÓRICA AO CASO DELGADO

Brasil-Portugal nos anos de Álvaro Lins (1956-1959)

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Relações Internacionais junto ao Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Universidade de Brasília, sob orientação do Prof. Dr. Pio Penna Filho.

Mário Augusto Frasson

Brasília/DF 2016

*A Célia Gomes Marques e Hermelino Marques,
meus avós, que não me ensinaram tudo,
mas me ensinaram tudo o que eu precisava saber.*

Agradecimentos

Aos meus avós, Célia Gomes Marques e Hermelino Marques, por sempre terem sido e continuarem sendo para sempre o meu lugar certo, independente de que caminhos a vida me faça. Dedico e agradeço a vocês por cada letra que já escrevi na minha vida. Que jamais pensem que minhas ausências são falta de amor, que saibam sempre da fé e da gratidão que meu peito leva por tê-los na minha vida. Nós.

A Pio Penna Filho, meu orientador e amigo certo. Devo-lhe muito mais do que esta dissertação, na qual teve o lugar de orientador preciso muito antes do meu projeto. Na amizade, rendo-lhe os agradecimentos e a admiração por tudo que uma amizade deve levar por toda a vida. Em silêncio, guardo a certeza de que só a sorte me dará estatura humana e acadêmica semelhante à sua; mas trabalho com este ideal. *Ab imo pectore*.

Aos meus bisavós (*in memoriam*), Maria Novais Gomes e Mário Gomes, de quem sou orgulhoso herdeiro do nome e da preocupação com as letras. Foram o início.

Aos meus irmãos de vida, Felipe Martins e Aron Machado. Ao primeiro, pela presença certa nas angústias e pela risada plena, à Rabelais, não importa onde. Ao segundo, pelo encontro, pela generosidade e pela parceria certa. Fraternidade que me emociona.

Às minhas irmãs de vida, Marcela Ardengue e Luiza Tosetti. Por únicas, por amigas, por sinceras, por ausências físicas mais presentes em carinho; agradeço a vocês por terem me ajudado a chegar até aqui. Nossas horas me vão tatuadas n'alma. Família que me encontrou.

À minha madrinha de universidade, Neuma Brilhante. As broncas e as risadas que jamais sonhei encontrar na universidade, conselheira preciosa que me apoiou nos momentos mais difíceis deste mestrado. De professora rigorosa a amiga do meu panteão. Exemplo.

A Carolina Belei, pelo reencontro, e a Gabriel Francisco, pelo encontro. Confidentes de amores e de angústias que me assistiram por estes anos na mais segura e sincera amizade. Certezas que levam meu sorriso amigo.

Ao Decanato de Pesquisa e Pós-Graduação e ao Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais, na pessoa da Profa. Dra. Ana Flávia Barros, sua coordenadora. A atenção que dedicaram às dificuldades que ocorreram ao longo desta pesquisa foi fundamental para o seu bom termo. Se não acertei, o erro foi meu.

Aos professores Christine de Alencar, Maria Isabel Carvalho, Virgílio Arraes, Maria Helena de Castro, Carlos Henrique Cardim, Fernando Mourão, Henryk Siewierski e Eiiti Sato. Pessoas fantásticas que minha formação intelectual (e pessoal) teve, em menor ou maior

grau, a fortuna de ter como formadores. Tenham a certeza absoluta de que levo comigo seus ensinamentos e seus exemplos. Minha escolha pela academia teve em vocês um precioso espelho. Admiração.

Aos meus queridíssimos vizinhos Marcos Antônio Franco, Marcos Gomes e Sílvio Spadini, por todas as risadas que me proporcionaram nos últimos meses. Cada um à sua maneira, foram companheiros incríveis e certos nesta jornada. Obrigadíssimo pelas paciências e pelo respeito. Parcerias.

Por fim, aos meus pais, Cleide Gomes Marques e Pedro Antônio Frasson (*in memoriam*). Seja pelo suporte material, seja pelo espiritual; são felizes partes do meu caminho até aqui. Espero que tenham compreendido minhas ausências, bem como toda minha família. “Desde o começo eu não disse, seu moço? / Ele disse que chegava lá / Olha aí, olha aí, é o meu guri”.

Resumo

Disserta-se aqui sobre a embaixada de Álvaro Lins em Portugal (1956-1959), partindo da perplexidade gerada pelo paradoxo das “excelentes” relações Brasil-Portugal na década de 1950. Um país, que se esforçava pela modernização e pelo aprofundamento de sua democracia, abraçava-se com um Portugal salazarista, orgulhoso da tradição e da conservação da ordem autoritária de passado fascista. Focalizando sobre as contradições, as condicionantes e o arcabouço político-intelectual do período, pretendeu-se aqui a introdução de um novo perfil de análise tanto do ponto de vista onto-epistemológico quanto metodológico. Agregando novas unidades de análise e um trabalho com a perspectiva micro-histórica, esta dissertação se esforça para reinterpretar fatos já discutidos pela bibliografia e para introduzir novas fontes. Acredita-se que, analisando desta maneira o período de Álvaro Lins (uma seleção cuidadosa de “caso”, portanto), pode-se revelar outras lógicas e dinâmicas que animaram as relações Brasil-Portugal no esplendor de sua fase retórica.

Palavras-chave: Relações Brasil-Portugal, Álvaro Lins, Juscelino Kubitschek, António de Oliveira Salazar, Humberto Delgado, Política Externa Brasileira.

Abstract

This work focalizes on the diplomatic relations between Brazil and Portugal at the 1950's through the Brazilian embassy of Álvaro Lins (1956-1959). The modernization of the Brazilian state and his democracy side by side the reactionary Portuguese political regime, the salazarism, was attached in a friendly relation of very deep commitments contradictories to its own basements. So, focalizing this relation through an analysis politic-intellectual and using the new analysis units of the micro-history may allow us to reveal dynamics forgotten by the main bibliography about this issue. In general, we tried to find here a new way of comprehension about this bilateral relation.

Key-words: Brazil-Portugal relations; Álvaro Lins; Juscelino Kubitschek; António de Oliveira Salazar; Humberto Delgado; Brazilian Foreign Policy.

Sumário

Resumo	6
Abstract.....	7
Introdução	10
Capítulo I. DESDOURANDO OS ANOS DOURADOS – O tempo e suas peculiaridades	27
Capítulo II. ÁLVARO LINS, SEUS TEMPOS E SEUS VESTOS – Nos sapatos de um homem em mangas de camisa.....	53
Capítulo III. AS MÚLTIPLAS MISSÕES EM PORTUGAL – A hora e a vez da práxis.....	72
Considerações finais	108
Referências bibliográficas	113

*“Que importa, disse o dervixe, que haja o mal ou o bem?
Quando sua alteza envia um navio ao Egito, preocupa-se
em saber se os ratos a bordo estão satisfeitos ou não?”*

(Voltaire)

“Chove sangue sobre as nuvens do Senhor.”

(Jorge de Lima)

Introdução

“Tristeza não tem fim

Felicidade sim”

(Vinícius de Moraes e Tom Jobim)

“Todas as famílias felizes são igualmente felizes, mas as infelizes são infelizes cada uma à sua maneira”. Talvez esteja nesta frase de abertura da *Anna Kariênina* de Liev Tolstói o motivo fundamental desta dissertação: há mais história, caminhos e vida na tristeza turbulenta do que na placidez da felicidade. Talhado pela compreensão basilar de que a história não é (e não pode ater-se a) a história dos vencedores, avança este trabalho na direção da problematização da superfície do tempo dilatado, observação dos ruídos eloquentes que a teorização acaba tendo por obrigação silenciar. Como num acaso premeditado, lança-se luz sobre um cristal refogado, capaz de iluminar sua própria história mineral bem como esclarecer a geologia daqueles que o uso consagrou como nobres.

Pensamos, portanto, a História das Relações Internacionais como passível e capaz de outros caminhos e interpretações dos que os já apresentados em estudos estabelecidos. Refletimos a vida humana no tempo e não abrimos mão desta perspectiva pela – importante, porém não única – construção abstrata de seres-Estados e de multidões de personagens planos (salvas as honrosas exceções dos monumentos, dos grandes homens de Estado tridimensionais, mas condenados à servidão pública) operacionalizando políticas externas ditadas pelos tempos das calendas. Esta história que se segue tem ossos e paixões, bem como tem tempo-espaço; não há espaço, portanto, para a neutralidade. Somos rigorosos e expomos nossos saltos interpretativos, mas não nos pretendemos definitivos ou isentos na construção de interpretações. O que oferecer-lhes-emos ao longo deste trabalho é a conjunção crítica de leituras, de pesquisas e de interpretações; um todo que se esforça a ser maior do que a soma das partes, mas que se recusa a se afirmar absoluto.

Insistia Álvaro Lins, personagem central nesta incursão às relações Brasil-Portugal durante o governo Juscelino Kubitschek, que, em crítica, o neutro, indistinto e vago, seria uma fuga de si mesmo, anulação da independência intelectual; bem como que todo trabalho intelectual não deveria ignorar o método, mas sim conjugá-lo com a sutileza intelectual e a postura antidogmática. Não é muito diferente esta da nossa postura ao longo de todas as fases desta pesquisa que tem aqui apenas sua expressão “final”; estamos presentes e responsabilizados por cada palavra que aqui segue. O rigor teórico-metodológico é parte

reguladora deste trabalho, mas não é seu todo. Seguimos, portanto, as percepções de arquivo de A. Farge (2009), que sentiu no gosto do arquivo as notas do acaso e da atuação intuitiva e pessoal do pesquisador. Nossos rigores, portanto, não são vistos aqui como limitadores da independência intelectual ou antissépticos contra nossas digitais, mas sim como potencializadores e balizadores fundamentais para a construção sólida dos nossos argumentos.

Feita esta quase advertência sobre as assunções básicas que cercam esta dissertação, aproximemo-nos do seu conteúdo. Aplicamos estas noções gerais, desdobradas ainda nesta introdução, a uma reinterpretação da política externa desenvolvida durante o governo JK (1956-1961) para Portugal. Mais especificamente, temos por objetivo focalizar o período em que Álvaro Lins foi embaixador em Lisboa (1956-1959) para, dentro deste quadro, identificarmos e compreendermos dinâmicas, leituras e possibilidades que marcaram este período das relações Brasil-Portugal. Desta forma, quando propusemos como pergunta de pesquisa *como e sobre que bases político-intelectuais se deu o período da embaixada de Álvaro Lins?*, não queríamos verter apenas uma história diplomática em torno da embaixada brasileira em Lisboa entre fins de 1956 e meados de 1959, mas sim inundar o período em tela com vetores interpretativos colhidos tanto na política (interna e externa) quanto no mundo intelectual que circundava aquele tempo. Além disto, fundamo-nos na percepção de que este novo plano de estudos poderia transbordar em alguns pontos explicativos que escapam ao atual estado dos estudos sobre o tema.

Organizemos, portanto, o nosso tema. Álvaro Lins (1913-1970) foi dado por Carlos Drummond de Andrade (1970) como o imperador da crítica literária brasileira nas décadas de 1940 e 1950, quando escrevia para o suplemento literário do prestigiado *Correio da Manhã*. Descobridor crítico de Guimarães Rosa e capaz de tornar anônimos em notáveis e de produzir grandes polêmicas com escritores já estabelecidos, Lins atuou num tempo de grande prestígio da imprensa brasileira sendo um de seus colunistas mais influentes. Angariando inimigos, mas também admiradores como Jaime Ovalle, Sérgio Milliet, Mário de Andrade e Otto Maria Carpeaux, Álvaro Lins sagrou-se como um dos principais intelectuais de sua época (JUNQUEIRA, 2012; VENTURA, 2016; WERNECK, 2008).

Note-se que o que temos em tela aqui é uma geração de notáveis; os intelectuais da geração de 50, diferentemente dos notáveis da geração de 30¹, tinham à sua frente um país por

¹ Geração esta que tem como seus representantes principais nomes como Caio Prado Júnior, Sérgio Buarque de Holanda e Gilberto Freyre; foi profundamente marcada pela necessidade de explicar o país que o Brasil não se tornou, um esforço intelectual profundo para produzir explicações sobre o passado e sobre as frustrações de expectativas deixadas pela Velha República.

inventar, era necessário para estes homens pensar um novo Brasil, caminhos para o desenvolvimento econômico e para o avanço social. O futuro brasileiro, longe do fatalismo do passado português, voltava a ser incerto, mas, sobretudo, aberto às possibilidades do século XX e de todos os seus avanços. E é em meio a esta geração que Álvaro Lins emerge como grande intelectual, mesmo estando ao largo de movimentos acadêmicos muito identificados com o espírito geral de sua época, como o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) (KUPERMAN, 2012). Ainda que esta geração tenha sido abortada pelas transformações políticas da década seguinte, foi capaz de formular e legar uma fortuna crítica e teias de conceitos de grande prestígio à sua época e de lugar relevante para os horizontes de expectativa e de interpretação no Brasil das décadas seguintes. Dentro desta ebulição de ideias e de possibilidades, Lins se consagrou, também, como um dos maiores articulistas políticos da imprensa nacional, além de seus triunfos formais no meio intelectual, como sua aclamação para a Academia Brasileira de Letras (em lugar do não menos brilhante Edgar Roquette-Pinto), sua presidência nacional da UNESCO e seu reconhecimento pelo Ministério das Relações Exteriores para escrever a biografia do Barão do Rio Branco na efeméride do centenário deste (ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS, 2016; FRANÇA, 2007). Parece-nos evidente que “apenas” este primeiro esboço da figura de Lins já justificaria os esforços de uma pesquisa, mas observemos também sua figura política para assentarmos melhor seu lugar num estudo de História da Política Externa Brasileira.

Apesar de já ter sido enviado pelo Itamaraty, em 1952, como professor de Estudos Brasileiros para a Universidade de Lisboa (num período em que privou até mesmo de uma audiência com o presidente do Conselho de Ministros – e ditador – português António de Oliveira Salazar)²; foi com seu apoio, enquanto polemista, à conturbada posse de JK na presidência da República que Álvaro Lins foi alçado para a política. Nomeado Chefe da Casa Civil de Kubitschek já em 1956 e, mais tarde no mesmo ano, embaixador do Brasil em Portugal, Lins entrou em definitivo na seara da história política e da política externa brasileiras. Principalmente, porque foi durante seu tempo como embaixador que a relação bilateral atravessou um dos seus momentos mais críticos, no qual Lins foi um dos protagonistas: a crise do caso Delgado. Neste episódio, o general Humberto Delgado, candidato da oposição portuguesa à presidência nas eleições de 1958 e, conseqüentemente,

² Está discutido no segundo capítulo, mas destaque-se aqui que o seu envolvimento com política remonta à sua juventude em Pernambuco, de onde saiu para o Rio de Janeiro em 1940 em virtude da censura moral do Estado Novo e da Igreja em torno de seu estudo literário sobre Eça de Queirós (LINS, 1946).

alvo de forte perseguição política e pessoal, pediu asilo à embaixada brasileira. Pedido ao qual Álvaro Lins prontamente acudiu sem mesmo consultar o Rio de Janeiro. O que se seguiu foram meses de um impasse que envolveu a intransigência de Lins, os interesses da oposição portuguesa e de Delgado, a exigência do salazarismo para não reconhecer o refúgio e o tom conciliatório e colaboracionista do Rio de Janeiro. Estava aberta, portanto, uma ferida delicada nas relações entre os dois países capaz de envolver desde as relações entre JK e a forte colônia portuguesa no Brasil (e, em especial, na capital da República) até o equilíbrio político-simbólico do Estado Novo português (FRANÇA, 2009).

A este respeito, destaque-se que a legitimação externa do salazarismo dependia de um fino equilíbrio, basicamente, entre a posição americana e brasileira. Dificilmente, um regime como aquele conseguiria sustentar-se internamente sem o apelo simbólico e o apoio econômico das colônias na África e na Ásia; bem como carecia de legitimidade internacional, principalmente após a vitória aliada na Segunda Guerra Mundial, uma vez que levava consigo os “traços” de um autoritarismo semelhante ao fascismo, derrotado na guerra e expurgado na construção internacional do pós-guerra. Conservar seu acesso à Organização do Tratado do Atlântico Norte – OTAN – (e, por extensão, uma posição mais cômoda na ordem internacional nascente) via Estados Unidos pela importância das bases dos Açores e suas colônias com um Brasil pronto para endossar o colonialismo pelo discurso da comunidade luso-afro-brasileira³ transcendia às questões de política internacional, alcançando as próprias bases do regime salazarista. Ou seja, um episódio como o caso Delgado, que acusava de fascismo o regime português e que estremecia a estabilidade das relações com o Brasil, encerra em si elementos de grande relevância para Portugal (MENESES, 2011).

Por outro lado, trata-se de um momento muito interessante para percebermos as articulações e as contradições da intelectualidade e de seus conceitos com a práxis política. Note-se bem que há, nesta embaixada, um choque fundamental entre um humanista adepto da liberdade de pensamento e apaixonado pela tradição lusitana e a realidade de um regime autoritário apossado, sem pudores de exhibir suas garras para sua manutenção. Paralelamente, há o descompasso conflituoso entre duas visões de mundo, como diz Hélio Jaguaribe (1958), segundo o qual os horizontes criados por aquela geração isebiana não conseguiam acomodar

³ Anos antes, Salazar se vira obrigado a adotar as construções teóricas de Gilberto Freyre sobre a igualdade racial e o luso-tropicalismo, contrariando seus discursos de superioridade e de fardo civilizatório lusitano. O risco do dismantelamento colonial exigia uma criatividade sem limites por parte de Portugal a partir do fim da segunda guerra. Ou seja, Álvaro Lins desembarca em Lisboa em tempos de dependência colonial e salazarista dos discursos amigáveis encetados pelo Brasil (e, em algumas oportunidades anteriores, pelo próprio Álvaro Lins) (MENESES, 2011; LINS, 1956).

com sucesso a ligação com o Portugal autoritário e colonialista, que passava, a passos largos, a ser lido como atrasado pela vontade de progresso brasileira. Paradoxalmente, o embaixador prestigioso, que recebeu a Grã-Cruz da Ordem de Cristo, uma das maiores comendas portuguesas, foi despertando a atenção da polícia política portuguesa, a Polícia Internacional e de Defesa do Estado (PIDE), e da oposição portuguesa até a culminância do caso Delgado.

Agravando o paradoxo, é durante o governo Kubitschek que os dois países experimentaram o ápice do que Amado Cervo (2000) chama de fase retórica das relações. O entrosamento desenvolvido pelo discurso culturalista brasileiro e a fraternidade realista portuguesa (GONÇALVES, 2010) encontra morada generosa na boa vontade sentimentalista de JK para com Portugal e com as autoridades do salazarismo. Há, portanto, um período de aperfeiçoamento e de aprofundamento dos laços entre os dois países. Ora, com tantas discordâncias e desencontros conceituais, além de toda gravidade do caso Delgado, que capacidade de homeostase é esta capaz de aprofundar laços de amizade neste contexto?

Em outras palavras, o que temos aqui é a justificativa fundamental de centrar esforços em torno do período entre 1956 e 1959 das relações entre Brasil e Portugal e sobre a embaixada de Álvaro Lins. Não se trata, portanto, de iluminar exclusivamente alguns anos de alguma embaixada brasileira, mas sim de uma escolha consciente de estudo polivalente, que exige alimentação de várias fontes e que é capaz de desdobrar-se em vários outros encaixes de investigação. O mais evidente trata da política externa brasileira, cujos estudos ainda não se aproximaram suficientemente deste tema por sempre tangenciá-lo como parte de outras preocupações científicas. O escopo das obras estabelecidas sobre este período da história da política externa brasileira enfrenta claras dificuldades na inclusão de Álvaro Lins em suas narrativas. Tanto Calvet de Magalhães (2000) quanto Luiz Cláudio Machado dos Santos (2011), talvez os autores que trataram mais detidamente do período em questão, por terem feito uma escolha de abordar as relações no âmbito de análise do Estado, não conseguiram posicionar bem o lugar da embaixada de Álvaro Lins nas suas histórias. E, mais importante, ambos os autores – tal como Saraiva (1996) – reconhecem a existência de um profundo silêncio bibliográfico em torno da questão. Especificamente sobre o caso Delgado, Santos diz que

“a decisão de conceder asilo ao general Delgado pelo embaixador Álvaro Lins, tida por muitos como decisão açodada e equivocada de um embaixador não atento de todo à hierarquia de interesses do governo que representava e mais preocupado com suas convicções pessoais e políticas sobre a vida portuguesa, é aspecto da situação que requer avaliação mais ampla, levando em consideração a análise

circunstancial dos elementos de que dispunha o diplomata brasileiro para embasar sua ação” (SANTOS, 2011, p. 97)⁴

Sintomaticamente, os esforços bibliográficos sobre o tema concentram-se quase que exclusivamente sobre o caso Delgado, ainda assim vítimas de lacunas. Ainda que Saraiva (1996) e Santos (2011) tenham feito alguns esforços para anexar discussões mais claras sobre Álvaro Lins em seus trabalhos, seus escopos de trabalho não o permitiram. Saraiva (1996) estava debruçado sobre a política brasileira para África, fazendo com que Lins aparecesse em sua obra na dimensão de voz discordante da política portuguesa empreendida por Kubitschek, chamando atenção para a dimensão africana das preocupações do embaixador, sem poder, no entanto, rastrear seus lugares políticos e intelectuais. O mesmo acontece com Pio Penna Filho (1994), que, apesar de estar disposto a entender os esforços intelectuais discordantes dentro da política para Portugal, busca respostas para o problema da posição brasileira quanto ao colonialismo português durante o governo Juscelino Kubitschek. Por seu turno, Santos (2011) se preocupou com uma história mais ampla das relações bilaterais Brasil-Portugal entre 1953 e 1975, mais ligada às linhas gerais que guiaram as relações entre os países no período. Desta forma, ainda que Álvaro Lins esteja presente, não foi possível para o autor explorar mais detidamente as ações de Lins, tampouco suas fontes, seus significados e desdobramentos. Na mesma esteira, Fernando Morais (1994) chega a chamar a atenção para o caso Delgado, colocando-o como de grande repercussão nas imprensas de Portugal e Brasil, com atuação histriônica de Assis Chateaubriand; porém, Morais não se aprofunda no tema, uma vez que o escreve enquanto biógrafo de Chateaubriand.

Com a mesma incompatibilidade de abordagens, o robusto estudo *Depois das caravelas – as relações entre Portugal e Brasil (1808-2000)* de Amado Cervo e José Calvet de Magalhães (2000) aborda apenas a embaixada de Álvaro Lins no caso Humberto Delgado. Porém, nem mesmo Calvet de Magalhães chega a conclusões definitivas sobre o caso abordado. Depois de cinco páginas sobre a questão, o autor encerra com um “talvez o caráter excessivamente pessoal que [Álvaro Lins] imprimiu ao tratamento do ‘caso Delgado’ lhe

⁴ Ironicamente, a citação à tese de Santos é duplamente interessante. Além do reconhecimento importante do vazio bibliográfico que há sobre o tema em tela; o trecho citado nos relata a gravidade do desconhecimento da figura de Álvaro Lins para o atual estado da arte da bibliografia: ao contrário do que o autor aponta, Lins não era diplomata mas sim, como tradicionalmente acontece para o posto em Lisboa, um embaixador indicado politicamente para Portugal, o que, evidentemente (e principalmente para as relações com Portugal da época), implica em uma série de outros significados e funcionamentos muito diferentes de um diplomata de carreira. Ainda que sua posição fosse de diplomata, a análise, parece-nos, pode ser enriquecida com a compreensão da complexidade de suas decisões de cunho mais personalista.

tenha retirado força, evitando uma repercussão política que não chegou a atingir as relações Portugal-Brasil” (MAGALHÃES, 2000, p. 290, grifo nosso). Ou seja, o autor não coloca como definitiva sua interpretação sobre o caso – ainda que reconheça a existência do sobressalto e seu soterramento no médio prazo das relações bilaterais –, que segue órfão de novos estudos.

Este silêncio bibliográfico se estende também sobre uma melhor compreensão sobre quem foi Álvaro Lins. Com as exceções discretas de Saraiva (1996) e Penna Filho (1994), a bibliografia existente não se permite discussões além de qualificação de Álvaro Lins como um crítico literário nomeado embaixador, nunca discutindo o intelectual (e nem mesmo o político). No entanto, a mesma bibliografia não hesita em destacar o papel do indivíduo como unidade de análise deste momento da política externa brasileira.

Não queremos dizer, porém, que se trata de um período não irrigado pela literatura sobre a política externa brasileira, muito pelo contrário; como já indicado, destacamos os méritos da bibliografia já produzida, que nos serviu como base de observação. O que se quer dizer é que as obras já escritas sobre o período fizeram opções de observação que distanciaram Álvaro Lins de suas narrativas. E, quando o incluíram, estavam mais preocupadas com outras dimensões, como é o caso das preocupações africanistas de Penna Filho (1994) e Saraiva (1996) ou dos estudos sobre o colonialismo português na Ásia de Arruda Furtado (2008). Este estado de coisas na bibliografia nos revela uma importante lacuna, que esperamos começar a preencher com este trabalho: a bibliografia reconhece a importância de Álvaro Lins, mas esta mesma bibliografia não conta com uma produção que investigue seus caminhos a frente da embaixada em Lisboa.

Como aponta Cervo (2000), o estudo das relações entre Brasil e Portugal está, de certa maneira, saturado, exigindo iniciativas que empreguem ferramentas analíticas diferentes das já utilizadas. Ou seja, pareceu-nos que fosse exatamente este o caso do período Álvaro Lins: um tema periféricamente irrigado, mas esparsamente abordado por limitações impostas por outras ferramentas analíticas.

No extremo, a justificativa maior deste trabalho pode estar no filósofo italiano Giorgio Agamben (2013), segundo o qual o desconhecimento e o silêncio em torno de um livro não o tornam menos indispensável, mas a indispensabilidade de um livro torna o desconhecimento ainda mais grave⁵. E é o próprio Agamben (2009) quem nos orienta a tratar a questão em tela

⁵ Sintomaticamente, em 2012, apesar de esforços da Academia Brasileira de Letras, viu-se malograr no Congresso Nacional as iniciativas de deputados pernambucanos de, dada a efeméride de seu

como uma fratura no tempo, capaz, portanto, de trazer contradições e dimensões fundamentais para a construção do processo histórico absolutamente esquecidas quando se observa a política externa brasileira para Portugal em suas regularidades. Imergir nas confusões do fenômeno humano que o tempo e a experiência pacificaram é uma das melhores maneiras de compreender a placidez e as “causas” do que se conheceu como “verdade factual”. Uma história mineral da tristeza, portanto.

Desta feita, a revisão da literatura das relações Brasil-Portugal desloca este trabalho para as raias da investigação exploratória, ainda que se queira uma inferência descritiva⁶. O já exposto silêncio generalizado sobre Álvaro Lins e as fragilidades da literatura sobre sua embaixada reforçam este ponto: é necessária uma construção bibliográfica primeira, à qual nos propomos, que dialoga diretamente com a investigação exploratória. Tal situação se torna mais clara quando observamos as fontes normalmente utilizadas para discutir Lins. Exceção maior feita para Saraiva (1996) e Santos (2011), todas as outras obras que passam pelo assunto estão profundamente lastreadas nas memórias diplomáticas de Álvaro Lins. Entendemos, baseados na argumentação teórica de Collingwood (1994), que este tipo de abordagem encerra perigos à construção da narrativa: tratar a fonte histórica primária sem um severo filtro crítico para convertê-la em evidência histórica nos veda acesso a dimensões do passado que não estão presentes na primeira leitura. E este problema recorrente na literatura se torna ainda mais grave quando levamos em consideração as dimensões do discurso imbricadas em toda e qualquer fonte histórica, cuja redação necessariamente envolve algo de performático e, portanto, próximo à mentira (DERRIDA, 1996; RÜSEN, 2007; WHITE, 1995).

Como trataremos a seguir, por trabalharmos em diálogo franco com as preocupações epistêmico-metodológicas da História propriamente dita, este trabalho tem uma afinidade muito profunda com o método indutivo. Ou seja, trabalhamos com a inferência a partir dos vestígios deixados pelo passado, o que nos exige um posicionamento diferente com relação ao referencial teórico. Segundo Chalmers (2011), o trabalho indutivo não prescinde da teoria, mas a desloca para um lugar diferente daquele normalmente reservado pelos desenhos hipotético-dedutivos, mais recorrentes no estudo das relações internacionais. A teoria, neste

centenário, declarar o Ano Nacional Álvaro Lins. Diante da inação profunda dos parlamentares, deu-se preferência ao centenário de Jorge Amado (NETO, 2012).

⁶ Ressalta-se aqui a quase que completa inviabilidade de uma investigação causal sobre a atuação diplomática de Álvaro Lins. O contra-factual exigido pela causalidade tal como posto por King, Keohane e Verba (1994) nos parece inalcançável para o fôlego de uma dissertação em meio a este momento da bibliografia.

estudo, não está exatamente submetida a testes nem a serviço direto de generalização, mas sim funcionando (ainda que não declarada explicitamente em decorrência de inconsciências nossas) como lentes para conduzir as observações.

Neste sentido, trabalharemos nossas noções historiográficas dentro da organização teórica de Jörn Rüsen (2007). Ou seja, assumimos, em consonância com Benedetto Croce e Edward Carr (2011), que o conhecimento histórico, bem como a curiosidade histórica, parte de questionamentos emergidos fora da esfera científica. Em outras palavras, assumimos que existe uma memória estabelecida (“tradição”, nos termos de Rüsen) sobre o passado, da qual questionamentos são gerados à luz das problemáticas inevitavelmente ligadas ao presente do historiador; a vida interrogando a morte. Ou seja, não trabalhamos já de início com a perspectiva da objetividade histórica e da narrativa total do passado: se dotamos de sentido histórico os fatos em torno da embaixada de Álvaro Lins é porque isso nos responde alguns questionamentos contemporâneos, ainda que isto não redunde numa “licença poética” infinita para os anacronismos. De início, nossas concepções – ainda que não completamente teorizadas – sobre regimes autoritários, colonialismo e missões da política externa brasileira guiam nossos questionamentos e são o ânimo primeiro desta dissertação.

Passando ao tratamento de Rüsen mais direto às questões científicas da História, alcançamos o lugar que ocupam os nossos referenciais teóricos. Segundo o autor, perguntas, conceitos e teorias fornecem ao pesquisador perspectivas diretivas-interpretativas para o desenvolvimento da pesquisa. Isto é, partimos necessariamente com algum arranjo teórico que nos orienta a observar algumas coisas e não observar outras; com conceitos e perguntas que nos permitem interpretar uma realidade histórica. Ou seja, nossas preocupações em apontar este arranjo teórico que nos serve de referencial é, tanto quanto possível, expor à avaliação os nossos horizontes diretivos interpretativos e não apontar caminhos de testes teóricos propriamente ditos. No entanto, dado que são lentes teóricas próximas demais dos olhos do pesquisador, assumimos de saída a possibilidade de silenciarmos inconscientemente sobre alguns pontos dos nossos horizontes teóricos.

Na seqüência de seu modelo historiográfico, Rüsen aponta para dimensões do trabalho que serão objetivo da seção metodológica deste desenho de pesquisa. Segundo esta organização, as perspectivas diretivas interpretativas da história são, em seguida, postas em contato com a empiria previamente selecionada por elas. Assim, as concepções “apriorísticas” confrontam e são confrontadas pelas evidências empíricas das fontes históricas. Num trabalho duplo, o arranjo teórico-conceitual ajuda a interpretar e é interpretado pelas fontes históricas primárias e secundárias. Por fim, o modelo aponta para a tradução deste contraste entre o

referencial teórico e as fontes em uma narrativa final que dá o formato definitivo do trabalho historiográfico. Estes dois últimos movimentos serão alvos de especial atenção no desenvolvimento do desenho final de pesquisa apontado na próxima seção.

Aproximando-nos mais da pesquisa em si e como já dito, não se pretende aqui uma história dos punhos de renda, uma história em demasia factual, porém, não negamos o lugar privilegiado do fato na escrita da história (BURKE, 2011). Por outro lado, a *École des Annales*, ainda que nos forneça um importante suporte para a história não narrativa, não acomoda a pergunta de pesquisa em suas lógicas da longa duração. Ou seja, de uma maneira geral, este trabalho dialoga com as noções de história problemática anunciado por Lucien Febvre e discutido por Jacques Le Goff (2005); ou seja, trabalhamos diretamente com a problematização dos acontecimentos históricos em duplo movimento entre a compreensão do fato em si e a “generalização” para a expansão do conhecimento acerca do passado para além da narrativa preocupada em encadear “fatos históricos”. Neste sentido, dialogamos com a superação do relativismo excessivo da compreensão do acontecimento sugerida por Carlo Ginzburg (1989) e Giovanni Levi (2011), que defendem o posicionamento do fato fora do imperativo ontológico da historiografia tradicional. Isto é, compreendemos tanto o fato em si quanto construímos uma generalização da época que o cerca num mesmo movimento historiográfico. Desta forma, não nos preocupamos apenas com a embaixada de Álvaro Lins em si para a produção de uma narrativa esvaziada de sentido histórico; mas sim a observamos dentro de seu tempo e construímos uma história sem romper a simbiose social necessária entre o específico e a totalidade.

Aliados a isto, estamos atentos às noções de tempo e de futuro passado (horizonte de expectativas) de Reinhart Koselleck como fundamentais para a construção do conhecimento histórico (REIS, 2006). Segundo Koselleck, a construção do conhecimento histórico não pode ocorrer sem o deslocamento da visão do historiador para o passado em suas diversidades e multiplicidades de possibilidades. Neste fundamento teórico, observamos que, ainda que estejamos em franco diálogo com questões de comoção moral contemporâneas, não podemos construir uma história divorciada das perspectivas dos homens do passado, independente da direção que nos apontem as construções teóricas. Há, portanto, um imperativo de construção do espaço de experiência e do horizonte de expectativa vividos no momento histórico que se tem em tela. Sobre o primeiro ponto, observamos que o que se sabia e os conceitos que fluuavam nos imaginários em 1956 eram, em alguma medida, necessariamente diferentes

daqueles que nos cercam hoje e, portanto, a experiência daqueles anos era diferente e precisa ser considerado enquanto tal⁷. Sobre o futuro histórico, significa que preferimos investigar as perspectivas e as possibilidades vividas pelos homens daqueles anos, independente destas terem sido confirmadas pelo tempo ou não; ou seja, é preciso compreender o que estava em aberto naqueles anos, ainda que não tenham sido alternativas concretizadas nas experiências político-intelectuais. Trata-se, portanto, de uma inflexão teórica importantíssima quando se trata de uma história que quer dialogar com o passado intelectual, exigindo lentes mais delicadas e atentas para o desenvolvimento adequado da história.

Nesta mesma esteira, apontamos para a sofisticação das escalas utilizadas para a construção deste estudo. Em franco diálogo com as transformações da Nova História de Le Goff (2005) e com proximidades importantes com a micro-história como discutida por Levi (2011), este trabalho se desenvolve dentro de uma matriz teórica que, ao contrário da quase totalidade das obras abordadas na revisão bibliográfica, exige o cruzamento de escalas de análise histórica. Além da “dupla temática” política e intelectualidade, este trabalho, a exemplo da micro-história, trabalha com atores aos quais o processo histórico atribuiu estaturas diferentes. Do ponto de vista da atual bibliografia e da superação da história factual, falar de Álvaro Lins não é igual a falar de um chanceler ou de outra pessoa que à época tivesse a mesma estatura político-intelectual, tratando-se de um cruzamento de escalas de análise para a construção histórica.

Mais próximos ao objeto de pesquisa, alinhamo-nos aos padrões de análise propostos por Amado Cervo (2000, 2011) e por Magalhães (2000). Neste enquadramento teórico, aceitamos a periodização das relações entre Portugal e Brasil, colocando nosso recorte dentro do paradigma retórico das relações tal como enunciado por Cervo (2000). Além disso, localizamos nestes referenciais teóricos a possibilidade de observar as relações internacionais mais próximas ao indivíduo e levando em consideração as idéias. Neste enquadramento teórico, e com alguns avanços de Gonçalves (2010), a política externa brasileira para Portugal no período não pode ser compreendida sem o posicionamento de um vetor sentimental que ligaria o Rio de Janeiro à antiga metrópole, o que investigamos aqui dentro da conjugação ocorrida entre as esferas política e intelectual.

⁷ Neste ponto, optamos pela ressalva “em alguma medida” por conta das noções de persistência da longa duração do tempo civilizatório sob o qual podemos estar em um processo contemporâneo àquele experimentado no Brasil da década de 1950. Desta forma, sob as temporalidades históricas de Braudel (2013), optamos por não inferir de início uma ruptura completa entre os dois períodos.

Segundo o autor, trabalhos que não se permitem a uma maior flexibilidade de análise quando se debruçam sobre as relações Brasil-Portugal tendem a perder capacidades de análise indispensáveis para tratar a questão (CERVO, 2000). Como aponta Cervo (2000), nem mesmo todo o pragmatismo do importante realismo da fraternidade proposta por Williams Gonçalves (2010) consegue esvaziar o vetor sentimental que permeia as relações bilaterais entre os dois países, que é expandido na década de 1950. Ou seja, trata-se de um referencial teórico capaz de abarcar as três unidades de análise trabalhadas (mantendo os níveis de análise entre o Estado – com discreta abertura para a sociedade civil – e o plano internacional/binacional): as idéias, o indivíduo (e, eventualmente, seus grupos) e a política externa.

Quanto às idéias, trata-se de uma unidade de análise cuja capacidade de alcance está bem estabelecida na bibliografia revisada nos trabalhos de Saraiva (1993, 1996), Arruda Furtado (2008), Nascimento (2005) e Penna Filho (1994). Os trabalhos sobre as relações Brasil-Portugal, portanto, asseguram-nos com relativa tranquilidade um espaço teórico para o desenvolvimento de nossas observações da intelectualidade nas questões focalizadas por este trabalho. De maneira mais ampla, no entanto, sentimos a necessidade de um diálogo teórico mais refinado quanto às intersecções existentes entre política externa e intelectualidade; e, nesse sentido, estamos próximos às discussões da permeabilidade da política externa aos quadros conceituais levantados por Arbilla (2000) e às comunidades epistêmicas segundo Peter Haas (1992). Acreditamos que o somatório destes dois quadros teóricos fornecer-nos-á uma organização suficiente que nos coloque em compasso tanto com as questões específicas da temática trabalhada quanto com o refinamento teórico exigido para compreender melhor as interpenetrações existentes entre política e idéias (conceito que nos permite trabalhar a intelectualidade tanto como conjunto de indivíduos como “classe organizada”).

Por seu turno, nossas reflexões sobre o papel da intelectualidade também exigem posições conceituais mais específicas e sofisticadas. Desta forma, trabalharemos com o conceito de intelectualidade (e seus domínios conexos, como funcionamento e delimitação) nos termos desenvolvidos por Noberto Bobbio (1996); trabalhando, assim, noções mais claras do papel do intelectual na sociedade, bem como suas definições, possibilidades e limites. Em sentido parecido, dialogamos também com as compreensões mais específicas de intelectualidade desenvolvidas por Said (1994), Jaguaribe (1958) e Novaes (2005). Assumimos, portanto, o papel do intelectual como o responsável pela desconstrução dos discursos estabelecidos e de juiz implacável de outros discursos; algo muito próximo a uma voz livre, que responde somente à sua consciência. Sua delimitação dentro dum tempo social

específico, dá-lhe a sensibilidade necessária para avançar seus pensamentos à frente das provas empíricas disciplinadas pelo método. Da mesma maneira, seu afastamento (ideal) do Estado o coloca em situação curiosa, na qual tanto lhe é possível influenciar pela difusão das suas ideias quanto certa “blindagem” para a crítica aguda contra a situação pública.

No plano do indivíduo, encontramos uma notável familiaridade da bibliografia sobre o tema Brasil-Portugal e política externa brasileira com esta unidade de análise, incluindo Gonçalves (2010), Meneses (2011), Saraiva (1996) e Magalhães (2000). No entanto, não nos pareceu que fossem formulações rígidas o suficiente para que possamos fiar-nos exclusivamente em seus esforços para desenvolvermos esta pesquisa.

Da maneira como estamos organizados nesta dissertação, está sobre esta unidade de análise o grande momento de encontro entre as preocupações políticas com as intelectuais. Logo, os referenciais teóricos que guiar-nos-ão sobre a intelectualidade em si também estão presentes neste nível de análise, orientando-nos sobre o lugar do intelectual no mundo e na política com uma discussão mais teórica. Numa discussão mais próxima da política, esta dimensão será trabalhada sob o modelo de política burocrática de Allison (1969) e sob as discussões de controle presidencial sobre a política externa de Amorim Neto (2012), obras que nos fornecem uma visão mais apurada do lugar do indivíduo no desenvolvimento político em si, estabilizando melhor esta unidade de análise fora das questões da intelectualidade. Por fim, os marcos conceituais do jogo de dois níveis de Robert Putnam (1988) nos forneceram uma mobilidade essencial para o trabalho historiográfico proposto: não poderemos trabalhar com qualidade o tema sem uma mobilidade elevada entre os diálogos político-intelectuais domésticos e internacionais. A formulação de Putnam, portanto, permite-nos uma mobilidade teórica que viabiliza a compreensão do funcionamento das reverberações múltiplas entre os planos doméstico e internacional, fundamental para o desenvolvimento desta pesquisa tal como organizada.

Gostaríamos, também, de ressaltar que se pode argumentar com alguma razão que para este desenho de pesquisa fosse razoável a inclusão das grandes teorias pós-positivistas de Relações Internacionais, já que reforçariam o distanciamento do estadocentrismo dos aqui inadequados referenciais teóricos de Waltz (1979), Keohane (1989), Ikenberry (2000) e Mearsheimer (2001). De fato, como aponta Amado Cervo (2000), as relações Brasil-Portugal só serão mais bem entendidas com o uso de ferramentas modernas de análise de Relações Internacionais e o pragmatismo do Estado egoísta em ambiente de anarquia tem pouca ou nenhuma utilidade para essas relações. No entanto, a inclusão dos pós-positivistas das Relações Internacionais, como Wendt (1999) e Onuf (1998), ainda que trouxesse importantes

ganhos para a análise de discursos e para as unidades de análise, também traria debates epistemológicos que dificilmente seriam devidamente esgotados numa dissertação que pretende entrar num terreno ainda não mapeado. Portanto, a chance de corromper pressupostos teóricos – principalmente quanto à epistemologia – ou de perder poder de observação num trabalho exploratório nos fez preferir o arranjo teórico tal como acima posto, procurando alocar algumas preocupações pós-positivistas – no entanto, bastante empíricas – no tratamento metodológico; além de encontrarmos na historiografia contemporânea as ferramentas modernas necessárias para analisar a questão em tela.

Por fim, chamamos a atenção para os outros dois grandes conceitos empregados aqui sem um desenvolvimento claro nas obras já apontadas: salazarismo e o colonialismo. Poderíamos indicar de início algumas definições que adotaremos e que estão em nossas compreensões sobre estes dois fenômenos, porém optamos, deliberadamente, pelo silêncio neste momento do desenvolvimento teórico da pesquisa. Por serem temas fulcrais para este trabalho, caso atribuíssemos uma conceituação rígida sobre os significados destes dois fenômenos já encerrados, poderíamos gerar um vício teórico na pesquisa: compreenderíamos os fenômenos sob lentes conceituais completamente anacrônicas para o período em tela. Como nos aponta a história dos conceitos, o processo histórico está também entranhado na significação das palavras; ou seja, falar em colonialismo e salazarismo em 2014 traz significados outros do que aqueles que estes fenômenos tinham “em vida”. É parte da pesquisa, portanto, depreender conceitos de salazarismo e de colonialismo que estejam em consonância com os horizontes e as experiências da década de 1950. Evidentemente, algumas noções de funcionamento do modelo imperialista sugeridos por Eric Hobsbawm (2010) e por Paul Kennedy (1989) e do totalitarismo desenvolvidas por Hannah Arendt (2012) nos foram preciosas para a compreensão dos fenômenos; no entanto, dado o recorte político-intelectual e os nossos referenciais temporais desenvolvidos a partir de Koselleck, não podemos tomar estas contribuições teórico-conceituais como parte do centro do nosso referencial teórico.

Mais uma vez, no extremo, estamos em franco diálogo teórico com as fraturas temporais de Agamben (2009). A descontinuidade sofrida nas linhas da política externa brasileira para Portugal, nas relações bilaterais e no funcionamento desta porção da política e da intelectualidade expõe uma série de micro-cosmos ricos em explicações e em possibilidades interpretativas. Os movimentos desencadeados pela embaixada de Álvaro Lins acabaram por movimentar uma série de engrenagens e de setores que não se manifestariam na lógica da estabilidade das relações. Não se trata, portanto, de uma história da aberração tampouco do fetiche da monstruosidade histórica – como definidos por Arlette Farge (2009);

mas sim de uma percepção teórico-filosófica de possibilidade de compreensão refinada do todo a partir da clandestinidade do particular quando este faz surgir as rupturas do tempo.

Como apontado no início da nossa discussão teórica, trabalhamos com o desenho de pesquisa sob a influência da teoria da história de Rüsen. A confrontação entre as nossas percepções diretivas interpretativas do referencial teórico com a empiria é o coração do nosso desenho de pesquisa, enquanto a construção da narrativa fica um pouco deslocada da metodologia em si, mais presa às fases de redação fracionadas do cronograma. Antes, porém, de passarmos para o estabelecimento final do desenho de pesquisa, apontamos para alguns tratamentos metodológicos das fontes históricas que demandam um espaço mais específico.

Por estar inserido nas questões da Nova História e por dialogar com a micro-história, este trabalho não pode se prender às fontes tradicionais; isto é, aos documentos. Os documentos atuam aqui como “apenas” mais uma das fontes primárias e, portanto, precisamos ir além dos tratamentos mais tradicionais do documento. Neste sentido, a crítica das fontes segue alinhada com as formulações de Collingwood (1994) sobre a conversão da fonte histórica em evidência: ou seja, a fonte *per se*, pouco significa, tendo de ser necessariamente trabalhada pelo historiador para ser convertida em uma evidência histórica. Sem esta postura frente aos arquivos, nosso rompimento com a história diplomática engessada dificilmente estaria completa; é necessário ter um tratamento de fontes que permita a leitura dos seus significados que estão além da relação textual simples. De início, portanto, não se aceita a fonte histórica como um discurso organizado imbuído da vontade de externar a verdade.

Nesta mesma esteira, nos aproximamos do método histórico dialógico de Ginzburg (1994), segundo o qual cabe ao pesquisador o estabelecimento de um diálogo profundo com a fonte, compreendendo seus contextos e suas vocações iniciais, mas sem redundar no relativismo absoluto, estando sempre obrigado a retornar suas conclusões para uma compreensão mais ampla. Paralelamente, trabalhamos com a idéia de paradigma indiciário da história desenvolvida pelo mesmo Ginzburg (1989), segundo o qual o pesquisador tem de estar atento aos resquícios e aos indícios microscópicos deixados pelo passado, desenvolvendo uma historiografia interpretativa complexa, com o cruzamento de fontes e abertura de novas fronteiras da pesquisa a partir do indício. Por se tratar este trabalho de uma espécie de história de uma derrota soterrada pelas grandes linhas da política externa brasileira encravada na mistura de escalas de análise, o trabalho sistemático com o indício pode nos revelar pontos importantes a serem cobertos pelos estudos.

Aliados estes aspectos à proximidade já apontada com a micro-história, encontramos uma metodologia de pesquisa que coloca a interpretação do pesquisador no centro do seu

funcionamento. Voltamos, portanto, a conversar mais proximamente com a história artesanal do pesquisador erudito discutida por Prost (2003). Desenvolver-se-á, portanto, um trabalho de relações amplas e complexas com as fontes históricas, organizadas num cruzamento sistemático de informações para compor tanto uma cadeia de evidências na direção da compreensão dos fatos quanto uma teia de experiências e de expectativas que suportam esta cadeia maior.⁸

Passando ao desenho final da pesquisa, temos aqui um trabalho em três capítulos. Ao primeiro capítulo, dedicamos a construção do cenário baseado em algumas perguntas fundamentais. Primeiro, o que era o Brasil na segunda metade da década de 1950 e como Juscelino Kubitschek chegava ao poder, quais as condicionantes e as características básicas que cercavam o Palácio do Catete naquele momento. Em segundo lugar, fazemos esta mesma pergunta, mas olhando para Portugal, buscando extrair características básicas do regime salazarista e seu desenvolvimento desde o final da Segunda Guerra Mundial e o nosso período em tela. Em outras palavras, injetamos o vigor do tempo em movimento aos cenários congelados, buscando compreender as ansiedades fundamentais que acompanhavam aqueles homens. Num terceiro momento, perguntamo-nos quais eram os lugares de Portugal e seus significados no Brasil da década de 1950, procurando localizar com alguma precisão o que significava para aqueles homens estar próximos ou distantes de Lisboa. Em suma, adicionamos, num crescendo, ao nosso cenário as dúvidas e as certezas que acompanhavam nosso tema de pesquisa naquelas cabeças. Por fim, convergimos para a observação das trajetórias e das conformações das relações entre Brasil e Portugal no período, construindo um prosaíco para o palco que desenhamos nos três movimentos anteriores. Busca-se, portanto, neste momento a compreensão do estado das coisas e de sua inércia quanto às relações Brasil e Portugal.

Para o segundo capítulo, reservamos a escala “micro” do estudo; ou seja, mergulhamos no personagem central, Álvaro Lins, em suas convicções e trajetórias. Dentro do plano de ação do capítulo anterior, projetamos a figura de Lins de maneira tridimensional, atribuindo-lhe um passado e alguns vetores básicos. Tal pesquisa nos exigiu tanto o trabalho com fontes primárias, como depoimentos, jornais e os próprios livros de Lins, quanto fontes secundárias que pretenderam organizar seu pensamento de maneira mais ampla, mesmo que estes, de maneira geral, não tenham se debruçado sobre o político. Ou seja, injetamos no

⁸ Importante notar que esta assunção traz à tona questões como a sorte e a formação do pesquisador, que, como alerta Ginzburg (1989) estarão inevitavelmente no desenvolvimento da metodologia proposta.

segundo capítulo os esforços para a produção de chaves interpretativas para os nossos estudos sobre a embaixada em Portugal. Fundeados na micro-história, insistimos que seus vestígios e seus caminhos esquecidos, uma vez interpretados como indícios e cruzados com os planos maiores de seu tempo, são capazes de dar direções básicas para as interpretações sobre o tempo, fontes, que se bem exploradas e expostas, são capazes de um relevante grau de segurança.

Por fim, está no último capítulo nosso impulso de resposta à pergunta de pesquisa e nosso cruzamento final de perspectivas e de possibilidades. Dotados da inércia intelectual produzida pelos dois primeiros capítulos, avançamos em definitivo sobre nossa pergunta de pesquisa munidos de ferramentas e de direcionamentos mais robustos e mais explícitos (e, portanto, mais disciplinados) do que seríamos capazes sem a moldura e o espírito desenhados nos capítulos anteriores. Desta forma, tanto discorreremos sobre a embaixada em si, como a interpretamos à luz do conhecimento já construído, adicionando-lhe visões e acontecimentos sob a regência das necessidades de pesquisa e de interpretação já esmiuçadas.

Quanto a escrita desta história, como já dito, houve uma preocupação fundamental com a composição de um futuro passado como lente de análise dos acontecimentos que cercaram o tema estudado. O complexo narrativo resultante disso estará encarregado, portanto, de não cair na reificação de valores como a democracia e a descolonização, mas sim de discuti-los nos termos da época, ainda que os conceitos não raro sejam inescapavelmente impregnados por dimensões valorativas. Portanto, as porções de metodologia histórica aqui expostas pretendem domesticar os impulsos normativos e as fronteiras de pensamento (não raro teleológico) do positivismo, tendo em mente, portanto, as questões suscitadas pelas discussões da Nova História.

Avancemos, portanto, ao tempo passado. Mergulhemos no presente dos outros com as precauções das nossas necessidades presentes.

Capítulo I

DESDOURANDO OS ANOS DOURADOS

O TEMPO E SUAS PECULIARIDADES

*“Quem acreditou
No amor, no sorriso, na flor
Então sonhou, sonhou...
E perdeu a paz
O amor, o sorriso e a flor
Se transformam depressa demais”
(Tom Jobim e Newton Mendonça)*

Iniciamos aqui nossa investigação estabelecendo seu cenário fundamental; isto é, compreendendo onde e como estavam Brasil, Portugal e suas relações no período que temos em tela. Pretende-se, portanto, aterrissar a pergunta de pesquisa no seu tempo, localizando, afinal, o plano de ação de toda esta dissertação.

O que temos nas páginas seguintes é, fundamentalmente, uma revisão da literatura existente, apontando os traços gerais e elementares de quatro perguntas que nos propomos. Primeiro, qual era, politicamente, o Brasil assumido por Juscelino Kubitschek em 1956 e quais as diretrizes básicas de seu governo. Segundo, o que era o Portugal salazarista saído da sua ambígua neutralidade da Segunda Guerra Mundial, como aquele regime do Estado Novo se apresentava politicamente ao pós-guerra. Terceiro, em linhas gerais, qual era o lugar de Portugal no Brasil da década de 1950 em termos político-intelectuais; ainda que um trabalho desta natureza não tenha fôlego para abordar propriamente o assunto como um todo, esboçaremos aqui algo de “impressionista” capaz de nos dar fundamentos mínimos para seguirmos em nossa discussão. Por fim, este capítulo traz consigo uma apresentação sobre as relações entre os dois países às vésperas da ida de Álvaro Lins para a embaixada em Lisboa, estabelecendo conceitos analíticos e dando o enquadramento maior necessário para uma discussão micro-histórica.

Entendemos por bem o esforço que neste capítulo se empreende em decorrência da compreensão fundamental que temos da história: os acontecimentos não se dão suspensos no ar, tampouco no vácuo experimental. Reforçamos, aqui, a idéia de “peso” das estruturas e dos costumes esboçado por Duroselle (2000); ou seja, relembramos a existência de uma “inércia”, que, em última instância, é capaz de influir em silêncio sobre as ações humanas.

Paralelamente, encampamos em definitivo a preocupação de Carr (2011) sobre a necessidade insuperável de localizar a narrativa histórica dentro do fenômeno humano em sociedade no tempo. Por mais que nos interesse (ou mesmo nos comova) nossa pergunta de pesquisa, curvamo-nos frente à necessidade da relevância dos fatos. Discutirmos aqui a missão de Álvaro Lins, portanto, tem sentido, apenas, quando enquadrados pelas discussões que seguem neste capítulo.

Ao desenvolvermos as pesquisas para estes objetivos menores propostos neste capítulo, fomos obrigados, pela intuição e pela dinâmica das reflexões, a afrouxarmos as rédeas teóricas, como está exposto na introdução. Ainda que quiséssemos, somente, expor que Brasil o novo presidente assumiria em 1956, percebemos as chaves explicativas deitando raízes para além de qualquer arrazoado político simples que pudéssemos esboçar. A crise política de novembro de 1955 e as dificuldades de governabilidade de Kubitschek nos seus primeiros anos exigiram o alargamento do campo de visão da pesquisa, buscando compreender o ideário político da época e os equilíbrios das forças em cena. Da mesma forma, a patente transformação da sociedade e seus temores contra o comunismo e o sindicalismo exigiram uma observação mais demorada para que se pudesse construir uma visão assaz eficiente sobre as dificuldades políticas do período em tela.

Da mesma forma, não nos seria suficiente resumir Portugal em um capítulo final caricaturando um Estado obtuso governado por um Salazar obcecado pelo poder. Fizéssemos isto e a perda de matizes de análise seria quase que irreparável para a produção de uma análise crítica mais bem assentada sobre as possíveis explicações (ou, mais justamente, compreensões) encontradas ao longo da pesquisa. Do ponto de vista lógico, é impossível afirmar que o Estado Novo português pudesse ser o mesmo entre sua fundação – 1933 – e sua falência em 1974. Insinuar 31 anos sob a vontade pura de dois ditadores bidimensionais não é outra coisa que não condenar a análise a um simplismo cruel e contraproducente. Contradição esta que não poderíamos admitir dada a natureza teórica deste estudo, que coloca na capacidade de compreender as especificidades dos momentos e na delicadeza dos nuances praticamente toda sua razão de existir ontológica e metodologicamente. Desta forma – e respeitando as dimensões cabíveis a uma dissertação –, pretendemos neste capítulo um painel sobre o Portugal e o seu Estado Novo no pós-guerra, dada a compreensão subjacente da emergência de uma nova ordem internacional em 1945 à qual Portugal era chamado a dar “explicações”.

Por seu turno, a exposição sobre a força de Portugal nas idéias e na política brasileiras se fez necessária pela proposta de elaboração de uma história político-intelectual do período.

Este desenvolvimento parece razoável, uma vez que olharemos para o pensamento de Álvaro Lins no próximo capítulo, como discutir-se-á a pressão política em torno da embaixada brasileira em Lisboa. Ora, deixar de fazê-lo neste capítulo seria assumir da imprecisão na localização do pensamento de Álvaro Lins em seu tempo. Da mesma forma, as explicações possíveis do terceiro capítulo seriam lançadas contra moinhos de vento responsáveis por forças ocultas envolvidas nos acontecimentos, condenando-nos ao personalismo, às vontades temporãs suspensas no tempo-espaço.

Por fim, o passo mais lógico para um capítulo desta natureza: a estabilização de um quadro mínimo das relações entre Brasil e Portugal para que, dois capítulos à frente, Lins possa aterrar em algum lugar. No entanto, trata-se de uma pergunta, desta vez, respondida com o apoio de um emaranhado de reflexões anteriores, capaz de acolhê-la numa rede de significações muito maior. Como queria Prost (2003), não se pode mergulhar no passado sem levar consigo as redes conceituais a este passado pertencente. Desta forma, acreditamos, que criamos – ainda que imperfeitamente – um quadro mínimo sobre o qual evoluirão as cenas e as personagens, cada qual tempo histórico devidamente respeitado.

I. De quando o presidente ainda não era Bossa Nova

O momento próspero e utopista que marca o inconsciente coletivo sobre a presidência de Juscelino Kubitschek (1956-1961)⁹ turva a visão quanto ao período de grande turbulência política vivida pelo Brasil desde o suicídio de Getúlio Vargas até a primeira metade do governo Kubitschek. É evidente que o carisma e a habilidade política do novo presidente – além do sucesso eleitoral (e comercial) do seu governo – provocaram um hiato no inconsciente coletivo sobre a crise vivida; no entanto, não é capaz de torná-lo menos importante enquanto chave interpretativa para o que viria ser aquele mandato presidencial.

Juscelino Kubitschek chegava ao poder numa eleição realizada sob a égide de uma Constituição cujas profundas imperfeições emergiam exatamente na sua vitória. Pela primeira

⁹ Tomemos, como exemplos disto, duas “banais” referências. Primeiro, o subtítulo de sua biografia, “o artista do impossível” (BOJUNGA, 2010); o presidente que parece ter sublimado a condição de político num país avesso à política. Depois, o irônico epíteto (que batiza esta seção) dado pelo menestrel Juca Chaves, o presidente bossa nova, que, em forma de modinha popular, parece-nos, sobretudo, uma ironia mordaz ao estilo de governo de JK. Afinal, dizia a canção, “bossa nova mesmo é ser presidente / Desta terra descoberta por Cabral / Para tanto basta ser tão simplesmente / Risonho, simpático, original. // E depois, desfrutar da maravilha / De ser o presidente do Brasil / Voar da Velhacap pra Brasília / Ver a alvorada e voar de volta ao Rio (...) Isto é viver como se aprova, / É mesmo ser um presidente Bossa Nova” (CHAVES, 1958).

vez desde sua promulgação em 1946, chegava à presidência um candidato que não recebera a maioria dos votos dos brasileiros. Não prevendo um segundo turno, a conturbada Constituição Federal de 1946 permitiu que um presidente fosse eleito com pouco mais do que 35% dos votos nas eleições de 1955. O óbvio do desastre político de tal configuração não se manifestara antes por conta das robustas vitórias eleitorais do general Eurico Gaspar Dutra, em 1946, e de Getúlio Vargas – “o velhinho” (como queria seu *jingle* eleitoral) –, em 1949. Nas duas experiências anteriores, o apoio popular era incontestado e as fraturas políticas relativamente amenas (CAMPOS, 1994; SKIDMORE, 2010; NOGUEIRA, 2005).

Nas eleições de 1955, o cenário era de convulsão política eminente em decorrência do trauma do suicídio de Vargas no ano anterior e do vácuo de apelo popular por ele deixado. A tragédia anunciada do sistema de coligações para as eleições legislativas criara já um mosaico partidário ingovernável, que exigia a habilidade e o carisma políticos de um homem como Vargas. O país herdado pelo seu vice-presidente, Café Filho, estava entre os medos de uma classe média alta unida à burguesia contra à “república sindical” que o trabalhismo varguista ameaçara levantar¹⁰ (e constantemente retratado como o perigo vermelho do comunismo), e as pressões dos trabalhistas e dos sindicatos. Tratava-se, portanto, de um jogo político de ajuste muito fino que ruiu em todas as suas mazelas com a ausência da liderança pessoal de Vargas – ainda que este já viesse enfrentando um acentuado desgaste com as elites brasileiras. Ora, eleger-se sem a comoção popular e sem, sequer, a maioria dos votos era o cartão de visitas de uma nova e grave crise (MARANHÃO, 1981; BOJUNGA, 2010).

Vejamos, porém, a estrutura eleitoral que garantiu a vitória de Kubitschek. Sua candidatura se deu numa chapa entre o seu Partido Social Democrático (PSD), de centro-direita), e o varguista Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), associado às simpatias do Partido Comunista Brasileiro (PCB) de Luís Carlos Prestes. Vindo do PSD mineiro, Kubitschek não tinha a opção de flertar com o que pudesse ser associado às ideias comunistas; não por acaso, Claudio Bojunga (2010) frisa o horror de Juscelino ao rótulo de comunista. Por outro lado, seu PSD não seria capaz de galvanizar todos os conservadores, profundamente atraídos pela União Democrática Nacional (UDN), envolvida com o conservadorismo católico e afinada com o Clube da Lanterna de Carlos Lacerda, que fora importantíssimo fator de desestabilização do governo Vargas. Ou seja, sozinho o PSD não se viabilizava eleitoralmente para concorrer à presidência; mas era capaz de afinar seu discurso nacional-

¹⁰ Destaque-se que um dos fatores mais prementes para o ultimato das Forças Armadas contra Vargas em 1954 fora o aumento de 100% do salário mínimo concedido por João Goulart, seu ministro do Trabalho.

desenvolvimentista com as causas sindical-trabalhistas do PTB de Leonel Brizola e de João Goulart (idem).

E esta foi a grande saída eleitoral possível para a candidatura de Kubitschek. Galvanizando em torno de seu nacional-desenvolvimentismo vários elementos das esquerdas e compondo chapa com Goulart como seu vice-presidente, sua improvável candidatura se robustecia no seio de uma aliança instável. E, nas urnas, a necessidade desta aliança se comprovou, uma vez que alas mais moderadas do PCB e a capacidade de atração dos trabalhistas se mostraram providenciais para a composição da vitória magra de Kubitschek (BOJUNGA, 2010; CAMPOS, 1994)¹¹.

A situação do desequilíbrio intestino da chapa ficaria ainda mais flagrante com os resultados das eleições para a vice-presidência¹², uma vez que João Goulart recebeu mais de meio milhão de votos a mais do que Kubitschek, cabeça de chapa (CAMPOS, 1994). Não sem razão, começavam a circular pela capital federal as dúvidas sobre as capacidades do PSD de não ceder frente ao “perigo” da república sindical dos trabalhistas; as elites que lhe eram simpáticas, ainda que não eleitoras, convertiam-se em focos de instabilidade política. A situação se agravava pelo afastamento, em novembro de 1955, de Café Filho da presidência por problemas de saúde e pela antipatia de Carlos Luz (PSD) – presidente da Câmara Federal e, conseqüentemente, presidente interino – pela vitória de Kubitschek sem constituir maioria, como era o discurso da UDN. Por outro lado, o prolongamento da proclamação oficial dos resultados pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) – que só ocorreria em janeiro de 1959 – aumentava a pressão política por uma ruptura à direita (idem).

O xadrez político que se desenhava à frente de Juscelino o impedia de encontrar o apoio entre os trabalhistas – tanto para não acirrar os ânimos das forças armadas quanto para não estar comprometido com o PTB ao longo de todo seu governo – e não apresentava boas respostas de saída à direita, uma vez que um membro do seu próprio partido, na presidência, estava disposto a escutar as intenções da UDN. As constantes associações feitas pela oposição entre o presidente eleito e o perigo comunista fechavam muitas portas para o diálogo e a composição política. Por outro lado, como apontam Paim (1989) e Miceli (1981), as elites “liberais” tinham um arcabouço conceitual ainda muito subdesenvolvido e com uma aceitação

¹¹ No entanto, a aliança política com os trabalhistas cobraria seu preço no interior do próprio PSD, sendo que algumas de suas alas se fraturaram e preferiram manter distância da candidatura de Kubitschek (BOJUNGA, 2011; MARANHÃO, 1981).

¹² Em uma de suas anomalias, a legislação eleitoral de 1946 instaurava a eleição em separado para presidente e vice; sendo possível, portanto, a eleição de membros de chapas diferentes para os dois cargos.

implícita à ruptura democrática, tornando-se, mesmo para um presidente desenvolvimentista, um terreno muito pantanoso. O novembro político de 1955 escreveu caminhos até a posse de Kubitschek que exigiriam sua atenção durante todo seu mandato e o presidente que apontava para o impossível, antes de virar Bossa Nova, era atado à necessidade da composição ampla (SKIDMORE, 2010; BOJUNGA, 2011).

A eminente intervenção militar no caso disparou a reação dentro da própria classe castrense para gerar uma configuração política insólita até mesmo dentro da experiência brasileira. Conseguindo controlar o Exército, o general Teixeira Lott sitia o Palácio do Catete e depõe Carlos Luz para entregar o poder a Nereu Ramos, presidente do Senado da República e favorável à solução democrática com a posse do novo presidente. O não reconhecimento por alguns setores políticos da ação de Lott, cria, no Brasil, por alguns dias, a “coexistência” de três presidentes para uma mesma república: Café Filho, o afastado; Carlos Luz, o interino deposto e resistente; e Nereu Ramos, controlador das Forças e presidente em exercício. Os “novembristas”, como ficou conhecido o grupo que aderira ao golpe do general Lott, conseguiram garantir a estabilidade, enfim, com o apoio em massa do PSD, que atuou pelo *impeachment* de Carlos Luz e pela decretação do estado de sítio. Mas, com isto, os novembristas também conseguiram ser credores políticos de Juscelino, o qual ver-se-ia obrigado a compor seu ministério entre os quadros que se levantaram para assegurar sua posse (BOJUNGA, 2010; CAMPOS, 1994).

E é neste momento em que as figuras de JK e de Álvaro Lins se cruzam no cenário político. Como está no próximo capítulo, Lins gozava de grande prestígio enquanto principal articulista político do influente *Correio da Manhã* em meados da década de 1950. Sua disposição de fazer da sua coluna um ponto de defesa da legalidade da posse do presidente eleito foi de grande valia nos meios intelectuais (BOJUNGA, 2010). Mesmo criticando duramente Lins, José da Sette-Câmara, em depoimento ao CPDOC, reconhece que o apoio do articulista a Kubitschek foi fundamental a tal ponto que lhe era impossível a este excluir Lins da composição do governo¹³.

Mesmo com o sucesso dos novembristas em garantir a posse de Juscelino em 1959, a configuração política do país – que seguia desmastreado com sua Constituição – manter-se-ia como uma condicionante inegável da condução do governo. Por um lado, Kubitschek trazia

¹³ É bastante curioso e sugestivo este depoimento de Sette-Câmara reconhecendo a importância de Álvaro Lins em 1955. Os dois, amigos durante um bom período e muito próximos durante a missão em Portugal, ao que tudo leva a crer, romperam após o caso Delgado. Além do mais, em 1957, Sette-Câmara assumiria a Casa Civil, cargo que já fora de Lins.

um paradoxo profundo em si mesmo: o político tradicional e personalista de Minas Gerais lançava um plano de metas e a idéia de um país novo de corte tecnocrata e modernizador. Como bem nota Skidmore (2010), o estilo de governar do novo presidente não compatibilizava com a ideia de Estado que o próprio se propunha a construir. Ao mesmo tempo que Kubitschek trazia em torno de si um certo grupo de tecnocratas de várias orientações políticas – contando até mesmo com Roberto Campos, udenista moderado – capazes de organizar em números seu Plano de Metas; o ardor político do presidente fazia projetos e promessas para o apoio popular sem conhecer nem suas possibilidades de realização, nem seus desdobramentos (CAMPOS, 1994).

Por outro lado, o golpe preventivo de novembro de 1955 não extinguiu os rancores políticos nem construiu um modelo de governabilidade que excluísse os trabalhistas. A garantia da posse pelo apoio do Exército exigiria de Kubitschek uma atenção constante com esta aliança, ao mesmo tempo que continha qualquer traço conspiratório dos trabalhistas, cuja proximidade desagradava aos militares – bem como aos conservadores prontos para insuflar a sedição. A oposição raivosa de boa parte da UDN, que, com as distorções eleitorais, conseguira uma bancada forte no parlamento (MARANHÃO, 1981), e a metralhadora jornalística de Carlos Lacerda exigiam do novo governo a capacidade de angariar votos onde fosse possível para garantir alguma estabilidade. Ao mesmo tempo que tinha de acomodar os novembristas e implementar reformas, havia um *status quo* que seu novo ímpeto teria de observar com muito cuidado (BOJUNGA, 2010).

Num plano mais distante, podemos observar o choque eminente entre dois modelos. De um lado, o Estado cartorial, o qual estava estruturado no sentido de acomodar as defesas dos interesses particulares, desde a propriedade privada às expensas do Estado até a distribuição de prebendas na criação de burocracias inúteis e contraproducentes (JAGUARIBE, 1950). Por outro lado, a modernização do aparelho estatal – a qual, segundo Emília Viotti da Costa, dá seus primeiros passos com a era Vargas (MORAES, 2007) – pretendida pelo governo Kubitschek exige a concentração de massa crítica capaz de enfrentar exatamente a elite estabelecida dentro das tramas do Estado cartorial. Curiosamente, esta pretendida modernização passava pela influência incontestável de homens de diferentes orientações e “momentos políticos” como Augusto Frederico Schmidt, amigo e apoiador fiel do novo presidente (CAMPOS, 1994; VIDIGAL, 2013).

As contradições políticas e as dificuldades de governabilidade, portanto, são fundamentais para compreender a organização do governo Kubitschek. Era necessário atrair conservadores negando o comunismo, mas a negativa não poderia ferir o PTB de seu vice.

Não bastassem a incipiente organização ideológica do país e os aguerridos interesses de classe (PAIM, 1989; SAES, 1981), ainda havia que se acomodar o espectro novembrista. O estilo conciliador e pronto para transformar as situações a golpes de caneta eram as grandes armas de Juscelino, bem como suas principais fontes de contradição (SKIDMORE, 2010).

Sua modernização do Estado passava não necessariamente pelo desmonte da modorra burocrática, mas sim pela criação de novas burocracias onde pudesse acomodar pessoas de confiança. Acossar as prebendas das elites políticas seria dar munição para o abandono dos conservadores – e, com eles, voltar à instabilidade militar –, mas esperar destas burocracias as ações necessárias para o Plano de Metas, que pressupunha celeridade, traduzir-se-ia no fracasso de execução do governo. Mas mesmo a acomodação de seu grupo tinha problemas graves, uma vez que as vaidades disparavam quando da aproximação entre os técnicos necessários às metas e os quadros influentes durante a campanha. Por exemplo, Schmidt – personalista histriônico – e Roberto Campos, quadro econômico já provado pela experiência no BNDE, jamais atuaram em concerto ao redor do presidente (CAMPOS, 1994; VIDIGAL, 2013; SKIDMORE, 2010).

Como apontado por Kuperman (2013), as disputas políticas no interior das burocracias se acirravam com a conformação de grupos desenvolvimentistas, como a escola isebiana. O momento de reformas amplas abria as portas para a disputa política mesmo entre os grupos apoiadores do governo. Kubitschek afastaria o PTB de seu lugar esperado no Ministério do Trabalho, mas entregar-lhe-ia a previdência social e outros cargos de recursos abundantes. Ao mesmo tempo, as reformas liberais propostas pelos descendentes intelectuais de Eugênio Gudin esbarravam em nomes fortes do governo como José Maria Alckmin e Frederico Schimidt, fiéis ao fervoroso nacional-desenvolvimentismo de JK. Em outras palavras, a necessidade de conciliação começava dentro do próprio governo (BOJUNGA, 2010; CAMPOS, 1994).

Segundo Sette-Câmara, chefe da Casa Civil entre 1959 e 1960, a fórmula de governo de Juscelino conheceu alguma estabilidade quando da delegação a homens de confiança colocados em postos-chaves e da ação presidencial pontualmente nas questões nevrálgicas de seu governo. Em outras palavras, JK passava a dedicar-se ao equilíbrio da política doméstica para criar uma zona de proteção para o seu governo seguir funcionando. Sua atuação nas decisões de governo passava a ser pautada pela interpretação dos custos políticos de cada passo, antevendo os impactos disto para a miríade do seu Plano de Metas. Desta forma, o presidente se afastava de vez do “raso” da execução para voltar-se à articulação e à viabilização do seu governo (SKIDMORE, 2010; BOJUNGA, 2010).

Portanto, antes de ser colorido com a Bossa Nova, Juscelino Kubitschek teve de bater-se contra uma política instável capaz de solapar seu governo ou, ao menos, de inviabilizar seu plano de governo. E está nesta instabilidade traduzida por um cuidado elevadíssimo com a política doméstica uma fundamental via de análise para nossa pergunta de pesquisa.

II. Portugal, Salazar e a nova realidade do Estado Novo

Portugal, 1926. A atribulada vida da Primeira República portuguesa chega ao fim a golpes de espada. Com a economia em frangalhos e politicamente atormentado, Portugal mergulhava numa ditadura militar que prometia entregar ao país a ordem e a recuperação que os republicanos nunca conseguiram efetivar. Do novo governo, destacava-se um professor de Economia da Universidade de Coimbra, António de Oliveira Salazar, ministro das Finanças cujo programa de austeridade fiscal e de controle da economia prometia a estabilização inflacionária e o revigoramento econômico português. Portugal, 1933. O golpe dentro do golpe. Oliveira Salazar ideara um Estado Novo português e levaria a cabo sua instalação até o final do ano seguinte. Por aquele tempo, já não bastava sanear os problemas vividos pela Primeira República, para aqueles homens, era necessário fazer um grande Portugal novamente (PINHO, 2013).

Para tanto, o novo homem forte do Estado tinha, *in extremis*, duas soluções fundamentais: a ordem e a hierarquia. Por ironia histórica, dois valores arraigadamente militares sendo encampados por um civil que desalojara uma ditadura militar. Para seu biógrafo, Salazar pensava numa ordem social medieval, tentando resgatar um Portugal glorioso subjacente no imaginário coletivo e usando de um receituário político com ares de Antigo Regime, capaz da desmobilização social e da obediência irrestrita ao centro do poder (MENESES, 2011). Talvez, sem abusarmos dos limites da ironia de Eça de Queiroz (2002), houvesse algo subjacente que dialogasse com os conflitos d'*A ilustre casa de Ramires*; um Portugal endividado e profundamente atrasado flertando com seu passado glorioso e, com isso, confundindo os tempos, acreditando numa glória presente que não vai muito além de uma quinta com suas ervas daninhas e seus túmulos de nomes esquecidos.

Pois bem, este novo Portugal havia de estruturar-se, basicamente, em um semi-presidencialismo, com um presidente – eleito por “voto livre e direto” – obediente a um presidente do Conselho de Ministros, em torno do qual as ações orbitavam. Pelo legislativo, a Assembléia Nacional fazia as vezes de câmara baixa; enquanto a Câmara Corporativa, composta pelos representantes das corporações, da Igreja e das universidades, organizava-se

como câmara alta. No entanto, o direito de livre associação também repousava sobre as disposições do aparato repressor obediente ao presidente do conselho; ou seja, a estruturação das corporações obedecia ao pressuposto da ordem e da hierarquia imaginado anteriormente (PINHO, 2013).

Por outro lado, a Constituição portuguesa de 1933 produzia efeitos populares fundamentais para a sua manutenção. Primeiro, restituía o catolicismo como religião oficial de Portugal, depois de anos de um laicismo radical (e quase ateu) de uma república em constante rota de colisão com a forte Igreja católica portuguesa. Se Salazar garantia almas para o rebanho papal, o cardinalato português garantia o apoio político dos crentes lusitanos ao governo que os livrou do ateísmo e, como consequência imediata para a época, do comunismo. Paralelamente, havia uma propaganda oficial para exaltar Nossa Senhora de Fátima, congregando a glória dos céus católicos e da terra abençoada de Portugal. Segundo, concretizava a sensação de ordem econômica-social que a queda da monarquia aniquilara entre os portugueses; os valores tradicionais voltavam a fazer parte de um Estado promotor da placidez pública e da tradicional feição agrária do país (Portugal voltava a orgulhar-se de ser o pomar da Europa). Por fim, havia, enfim, a restituição da segurança política num país cuja primeira república foi assolada por assassinatos de presidentes e de homens proeminentes nas lutas políticas (MENESES, 2010; PINHO, 2013).

Como um invólucro legitimador para esta configuração, o Estado Novo contava com o momento vivido pela Europa desde a ascensão do fascismo italiano no início da década anterior. O momento histórico, portanto, validava as narrativas nacionalistas¹⁴ que se organizavam em Portugal naquele momento; insuflando entre os portugueses a sensação da consonância com o que mais de avançado existia em política no continente. Ironicamente, o regime português ainda contava com um fator de estabilidade ausente nas experiências alemã e italiana: a questão territorial. Portugal já contava com um território conquistado pelo mundo há quatro séculos; guerras não seriam necessárias para a glória lusitana, mas sim a defesa irrestrita da nação portuguesa e de seus valores. Galvanizar, portanto, uma sociedade desta maneira era uma tarefa mais fácil do que a dos regimes congêneres, carregados pela insatisfação territorial e pelas derrotas internacionais recentes (idem).

¹⁴ Lembre-se, portanto, da profunda afinidade, descrita por Hannah Arendt (2012), entre o nacionalismo e o racismo. Ora, o império colonial português havia, portanto, de ter orgulho de sua superioridade frente às populações por ele colonizadas.

Tratava-se, portanto, de animar os ânimos patrióticos na adesão ao regime e, com a patente melhora econômica experimentada pelo país desde o golpe de 1926¹⁵, a sociedade portuguesa conseguia moldar-se com alguma facilidade à nova realidade política¹⁶. A partir de então, a estruturação de um regime disciplinador social – que preferia a desmobilização das massas sob a disciplina do Estado – fundado em valores tradicionais (fé, pátria e família), de uma economia fortemente regulada pelo Estado e de um aparelho repressor para dar combate aos inimigos “públicos”, foi assumindo tonalidades de naturalidade. E a naturalidade, a necessidade das ações do novo regime se entranhavam na aceitação religiosa de uma ordem ditada pela divindade, criando, portanto, um complexo conceitual de alta resistência (PINHO, 2013; ROSAS, 1998).

Segundo Rosas (1998), uma vez em movimento, o sistema político português obteve sucesso sem maiores dificuldades entre 1933 e 1945. Ao indicar, liderando a agremiação do governo, a União Nacional (UN), sempre um militar para a presidência da República, Salazar mantinha próxima de si a classe mais organizada do país¹⁷. Paralelamente, sua poderosa aliança com as classes produtoras e o afago no campesinato de um país profundamente rural vinha gozando de enorme sucesso, uma vez que o aquecimento da demanda por matérias-primas pela recuperação econômica acelerada das economias totalitárias (KENNEDY, 1989) gerava importantes divisas para Portugal e mantinha as relações azeitadas, dada a “afinidade” entre o Estado Novo e essas economias (MENESES, 2011).

No entanto, o sucesso da união entre Óscar Carmona e Oliveira Salazar foi sendo equacionado numa transferência progressiva das funções de governo para o Conselho de Ministros, que, evidentemente, era nomeado por Salazar; mesmo com a constituição prevendo poderes de moderação ao presidente. Por outro lado, o fator de fiscalização e de contrapeso do legislativo foi sendo adiado e abolido paulatinamente com a ascensão do poder de Salazar. Não bastassem as fraudes eleitorais e a perseguição da Polícia Internacional e de Defesa do Estado (PIDE), a oposição, por sua vez, adotara a estratégia de manifestar seu não

¹⁵ Com a participação direta de Salazar neste processo de recuperação, sua liderança política passava a soar com certa naturalidade nos meios portugueses.

¹⁶ Tão forte tornou-se esta associação entre o Estado Novo e a prosperidade econômica que até mesmo o general Humberto Delgado (1995), já no exílio em 1960, precisava lançar mão do reconhecimento dos serviços de Salazar às finanças portuguesas. Negar completamente o sucesso econômico do salazarismo, mesmo três décadas depois do início do Estado Novo, ainda era visto com reservas muito profundas pela população portuguesa (ROSA, 2015).

¹⁷ Esta proximidade seria potencializada pela grande afinidade entre Salazar e o presidente Óscar Carmona, que só deixaria o poder quando da sua morte em 1951. O trabalho próximo entre os dois impedia, como se verá no último capítulo, o surgimento de grandes fissuras no seio da União Nacional, reforçando a “virtude” estabilizadora do governo (MENESES, 2011).

reconhecimento ao Estado Novo (e à sua democracia simulada) com a não participação nos pleitos para o legislativo, ou ainda com uma fragmentação extrema em que as candidaturas lançadas se anulavam, eleitoralmente, entre si. De modo que não foi difícil à União Nacional dominar todas as cadeiras da Assembléia Nacional, mesmo com a expansão desta e o sufrágio feminino em 1945 (CUNHA, 2014). Quanto à Câmara Corporativa, que deveria ser espaço para debate e consulta quanto à criação de leis, vivia-se uma contradição inusitada. Apesar de o controle de associação e a disciplina sobre as várias classes e as autarquias serem as grandes funções das corporações e da sua inclusão no legislativo, constituindo, portanto, um traço definidor do próprio Estado Novo (PINHO, 2013; FREYRE, 1956), a dilatação do poder de Salazar foi importante fator para a estruturação imperfeita das corporações portuguesas.

Como notaram em Portugal Vasco Leitão da Cunha (2003) e Baena Soares (2006), Salazar, junto com grandes poderes, adquirira uma certa paranóia associada à vontade de ainda mais poder¹⁸. Manter classes organizadas, ainda que sob disciplina, foi soando menos tentador com o evoluir do quadro político, repugnando ao presidente do Conselho qualquer possibilidade de discussão sobre seu poder. A estratégia do governo se converte, progressivamente, em algo errante tendo em vista sempre a própria manutenção do poder sob a égide da hierarquia e da ordem. Desta forma, a organização das corporações vai sendo relegada a uma distância prudente entre não levantar de um ensaio autocrático suspeitas entre as elites portuguesas (as quais se acomodavam dentro das teias de favorecimento e de proteção que o Estado lhes garantia) e não permitir que estas corporações assumissem uma forma consistente a ponto de contrariar o governo (MENESES, 2011).

Ora, num Estado autoritário, orgulhoso na certeza (racista) da superioridade do seu povo e determinado à grandeza, o colonialismo era uma palavra fundamental¹⁹. E era fundamental em duas frentes; a primeira, porque perder seu império era uma subversão grande demais para a rigidez do Estado Novo, com efeitos econômicos, políticos e simbólicos

¹⁸ A paranóia vai desenhando traços em seu comportamento pessoal, inclusive. Mesmo Maria da Conceição de Melo Rita (2007), protegida de Salazar e íntima do funcionamento da casa, observa que seu padrinho vai se encastelando em sua vida, tomando horror por aparições públicas que não quando obrigado pelo protocolo oficial. Seu biógrafo (2011) e sua afilhada são unânimes ao apontar que Salazar vai se encolhendo de sua própria vida na concentração de poder.

¹⁹ O desajuste entre vocabulário estadonovista e os pensamentos políticos era dotado de uma resistência única. Mesmo tendo as aparências de uma democracia com suas eleições, o Estado Novo se regozijava pelo conservadorismo frente a “modismo” do século XX como a democracia e a auto-determinação. Ainda mesmo com todos os traumas e desgastes do sistema, Manuel Anselmo (1961), homem forte do regime, classifica o autoritarismo como a solução cristã, uma vez que a democracia, além de ser mãe do bastardo comunismo, seria invenção satânica, “declarada rebeldia contra a verdade” (p.17).

inimagináveis²⁰. A segunda resultaria da aliança entre Igreja e Estado. A presença de Portugal era a segurança de entrada fácil para a fé católica na Ásia e na África, ao mesmo tempo que a Igreja coroava o colonialismo português como a vanguarda da missão evangelizadora (MENESES, 2011). A queda do império, portanto, colocaria o Estado em um relacionamento de inferioridade com o Vaticano. A correspondência entre Salazar e Manuel Gonçalves Cerejeira, cardeal, patriarca de Lisboa e amigo de Salazar desde o seminário, dá-nos conta de uma relação muito bem azeitada de ambos os lados, uma vez que assegurava o apoio católico ao Estado ao mesmo tempo que este atendia os pedidos e as determinações da Santa Sé (CARVALHO, 2010).

Ainda que a década de 1930 e a Segunda Guerra tenham sido providenciais para as finanças portuguesas com o rearmamento alemão e com os aumentos de preços decorrentes das dificuldades da guerra, o Estado Novo não entrou no mundo do pós-guerra gozando de grandes estabilidades. Internamente, circulava dentro do próprio governo a sensação do envelhecimento de Salazar para estar à frente do governo após vinte anos da sua chegada ao Ministério das Finanças²¹. As reservas em moeda estrangeira davam a Portugal horizontes mais largos sobre o futuro da sua economia; no entanto, o compromisso salazarista com os grandes produtores agrícolas cobrava seu preço político com certo risco de pressão contra o gabinete. Ao mesmo tempo, a disciplina social dos grandes centros preocupava Salazar com a perspectiva do êxodo rural e da formação de um operariado.

No plano externo, o regime já não contava com os ventos favoráveis para sua inserção, dada a queda do nazi-fascismo. Portugal alcançara uma posição interessante na guerra com a instalação de bases aliadas nos Açores, o que lhe garantiu, por exemplo, o ingresso de primeira hora na Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN). No entanto, com o acirramento da Guerra Fria e o interesse pela autodeterminação dos povos e na democracia, Portugal havia de explicar-se com outras palavras para justificar sua presença no lado ocidental da Cortina de Ferro.

E é a partir de então que o salazarismo vai mergulhando num casuísmo crescente, dentro do qual Salazar, progressivamente mais lacônico, espera ao máximo para tomar uma

²⁰ E já havia à época a percepção do possível efeito dominó que a queda de uma das colônias poderia gerar, varrendo da Goa até Lisboa. A subversão, era óbvio, não se encerraria num único ponto.

²¹ A agitação em torno da permanência de Salazar chegara a tal ponto que até mesmo a possibilidade de um casamento seu gerava dúvidas sobre sua disposição de continuar no poder. A exaustão percebida em Salazar ao final da guerra e seu retiro para as férias abriram as portas para a discussão sobre sua permanência (MENESES, 2011; MELO RITA, 2007).

posição, sempre tendo em vista sua estabilidade no poder. Inclusive, era necessário recuar em alguns pontos.

A crise da conversibilidade estrangulava as exportações portuguesas, cuja pauta era repleta de produtos não essenciais; e a tímida política industrial durante a guerra se provava lenta demais. Da disputa intraburocrática, acabou vencedora a posição de modernização do país com forte privilégio da burguesia nacional, sob exigência de Salazar da manutenção de sua ortodoxia fiscal. Politicamente, a União Nacional jamais experimentaria novamente a estabilidade vivida até 1945; as fraturas se mostravam mais claras. A presidência de Carmona era confortável, mas a obsessão pela estabilidade do regime exigia outras medidas para comportar o personalismo de Salazar²². Nunca tendo sido um grande republicano, Salazar simpatizava com a saída pela monarquia parlamentar, tendo, inclusive grandes contatos com membros da família real; no entanto, a possibilidade de reação das Forças Armadas e a indecisão sobre as intenções dos monárquicos congelaram a posição de Salazar quanto ao tema e as indefinições se arrastariam até a Revolução dos Cravos em 1974²³ (MENESES, 2011).

O insulamento ameaçava a repetir-se no plano internacional. Após o veto da União Soviética à entrada de Portugal na ONU, o autoritarismo do regime gerava problemas para sua entrada na ordem internacional do mundo capitalista. Após a independência da Índia e da preparação evidente do Reino Unido para a libertação de suas colônias, refutar a auto-determinação dos povos passava a ser uma tarefa inglória. Conjuntamente, os arranjos regionais articulados pela Europa na década de 1950 não guardavam afinidades com o regime português e, muito menos, com sua aliada Espanha franquista. A parceria com os Estados Unidos se anunciava como essencial para a inserção portuguesa, bem como uma mudança na embocadura geral do regime (MENESES, 2011; CUNHA, 2014).

Eis, então, que a rigidez do Estado Novo precisa ser relativizada. No plano interno, as próprias disputas dentro da União Nacional se responsabilizavam pela alteração de rumos, mesmo com um Salazar tão resistente às decisões quanto disposto a permanecer no poder,

²² A maneira de despachar de Salazar era capaz de concentrar em si desde os macro-projetos até a colocação de cargos pela administração, como comprova sua correspondência com Mário de Figueiredo (COMISSÃO DO LIVRO NEGRO SOBRE O REGIME FASCISTA, 1986). Ou seja, a expansão do Estado para uma nova realidade do pós-guerra passava a gerar arestas difíceis com o modo de governar salazarista.

²³ Esta indecisão de Salazar seria problematizada anos mais tarde por Leitão da Cunha (2003) em depoimento ao CPDOC. Segundo o diplomata, foi esta indecisão que condenou à queda “prematura” o Estado Novo; principalmente em se comparando com o caso do franquismo, capaz de compor uma estabilidade com a família real espanhola no pós-guerra.

ainda que cedendo em alguns pontos sobre a condução do país²⁴; uma vez que a necessidade de modernização do país começava a atizar os ânimos mesmo dentro do governo. No entanto, internacionalmente os lusos tinham de ser apresentados de outra forma; uma vez que auto-determinação dos povos já não permitia a insistência no direito natural de tutela, e que tampouco o discurso soberanista poderia sustentar a desgastada imagem da ditadura portuguesa (MENESES, 2011).

Fez-se necessário, portanto, repensar o império. A contragosto de toda a ideologia salazarista, manter o rótulo de colônias começava a ter um custo político elevado, a mudança era necessária entre conservadores. E, como apontam Rampinelli (2004) e Oliveira (2014), a tábua de salvação passava pelo cerne da teorização sociológica de Gilberto Freyre. Ainda que Villon (2010) esteja coberto pela razão quando alerta que o trabalho de Freyre era, antes de tudo, uma teorização e não uma ideologia; a força do luso-tropicalismo e do triunfo da miscigenação portuguesa no ultra-mar foi instrumentalizada na mudança do discurso português. A raiz do direito de manter o seu colonialismo foi deslocada do direito natural para a irmandade dos povos, um imenso Portugal sustentado não mais pela força e pela glória da pátria, mas sim pela sua capilaridade cultural capaz de transformar sociologicamente seus territórios pela África e pela Ásia em lugares tão portugueses quanto o Minho. Ou seja, não se tratava mais de um império, mas sim de um grande território ocupado por nacionais consagrados pelos séculos²⁵ (MENESES, 2011; OLIVEIRA, 2014).

E temos aí um grande indício do pragmatismo que passa a governar Portugal em direção à sustentação do regime. Não era, a tempo algum, natural para o Estado Novo a concessão de estatuto próximo à igualdade com as colônias, visto que, nacionalista, era um regime inteiramente permeado pelas noções de superioridade racial do europeu. Meneses (2011) é muito feliz em observar a posição reticente guardada por Salazar às idéias luso-tropicais que eram gestadas na intelectualidade brasileira; aguardando até o limite da estabilidade para abraçar – e, ainda assim, com muitas reservas – a glória da miscigenação. Portanto, não é exagero afirmar que Portugal, em outras condições, jamais endossaria a tese de que sua missão civilizadora se consumou com a miscibilidade “natural” (e cultural) de seus conquistadores, e não pela superioridade completa. Os sonhos de comunidade luso-brasileiras,

²⁴ Não que isto tenha sido traduzido em um abrandamento da repressão ou em uma abertura política. A ordem e a hierarquia permaneciam como ordem do dia em Portugal. As alterações que poderiam acontecer se resumiam quanto ao método utilizado para garantir esta ordem.

²⁵ A mudança de coloração das relações coloniais se imprimiu até mesmo na denominação das colônias, que, com a Constituição de 1951, foi alterada de Império Colonial Português para províncias ultramarinas (OLIVEIRA, 2014).

ainda que congregando intenções sinceras como a de Agostinho da Silva (2009), jamais avançaria, ainda que retoricamente, sem atender ao pragmatismo português²⁶.

Por outro lado, Portugal adotava a estratégia de anunciar-se necessário na lógica da Guerra Fria. A manutenção das bases militares americanas nos Açores era festejada pelo regime como parte da contribuição lusitana para a defesa do Ocidente e da cristandade, valendo-lhe o ingresso pronto à OTAN. Por outro lado, tanto doméstica como internacionalmente, a ditadura portuguesa cobria-se com o escudo da certeza da estabilidade política e da fidelidade aos valores ocidentais. Derrubar o regime era traduzido pela diplomacia portuguesa como abrir as portas para os comunistas no outro extremo da Europa, bem como questionar o colonialismo era atacar a garantia da presença cristã e da defesa contra o comunismo em África e Ásia. O anti-comunismo radical do Estado Novo passava a ser colocado como compromisso com o lado capitalista da Guerra Fria e, como a oposição ao regime equivaleria sempre às tentativas soviéticas de contaminar o país, o aparato repressor passava a ser justificado (MENESES, 2011).

Esta nova inserção portuguesa dava algum fôlego ao regime na ordem do pós-guerra, uma vez que se incrustava no coração do Ocidente cujos novos valores eram profundamente dissonantes da realidade política portuguesa. A complacência alcançada por Portugal no início dos anos 1950, criou até mesmo, pelo *New York Times*, uma imagem de um ditador adorado por um povo sereno e ordeiro num país cujas conquistas justificavam todo o regime (ROSAS, 1998). Da mesma forma, Portugal conseguiria garimpar lugares nas comunidades econômicas ensaiadas pelo continente no período, evitando, assim, um perigoso isolamento continental²⁷ (MENESES, 2011). Era necessário entregar posições para resistir no fundamental do regime, ainda que isto contrariasse algumas bases sobre quais próprio regime se estruturava, portanto, o pragmatismo português que caracterizaria o país no período e a manutenção do regime passa a ser a sua ideologia.

²⁶ Como veremos mais adiante, nem mesmo a comunidade portuguesa no Brasil escapava à sanha patriótica do Estado Novo. Inicialmente tratados como desertores do país em tempos de dificuldade, foram sendo ressignificados para garantir tanto a pressão política no Rio de Janeiro quanto para continuarem o ciclo de remessas monetárias aos familiares não emigrados, num tempo em que Portugal precisava fortalecer seu mercado consumidor.

²⁷ A habilidade portuguesa de congregar os principais países europeus foi tal que, mesmo sendo um país periférico, conseguiu atrair vários chefes de Estado, incluindo a jovem Elizabeth II dos ingleses. A disposição de Salazar de aproximação com estes chefes foi tal que Portugal, mesmo sem cumprir os parâmetros político-institucionais necessários, logrou manter-se atuante dentro da nova Europa (MENESES, 2011).

III. O novo Portugal nos pensamentos do novo Brasil

A partir da geração intelectual de 1930, Portugal passa a ser redimensionado dentro do pensamento brasileiro, distanciando-se do pensamento do século XIX. Durante o império brasileiro, a construção da nacionalidade e do nacionalismo brasileiros foi organizando-se às expensas da imagem de Portugal no país. Segundo Bernardo Ricupero (2004), a construção da ideia de nação brasileira ocorreu *pari passu* com a independência literária brasileira, a qual, segundo Alfredo Bosi (1994), ocorre com a configuração do nosso romantismo literário. Ainda no argumento de Ricupero, o romantismo tem o efeito galvanizador das esparsas ideias do que seria a nação no Brasil; mas, como observa Antônio Cândido (2002), o romantismo brasileiro não se estrutura apenas na evocação e na exaltação dos temas inequivocamente nacionais, como fauna e flora, como também é inspirado por uma negação constante de Portugal enquanto sua matriz literária ou étnica.

No entanto, a não confirmação do destino glorioso do Brasil e os naufrágios sucessivos da República Velha criavam um clima de profunda dúvida sobre todo aquele nacionalismo do século XIX, exigindo novas explicações para o país. E é então que desaguamos numa investigação constante sobre a origem do povo brasileiro durante, no mínimo, a primeira metade do século XX. As teorias racistas que surgiram na época imaginavam um país condenado ao fracasso enquanto não se consumasse o branqueamento da população brasileira, estruturando as bases para a intervenção autoritária de tutela de um povo subdesenvolvido (ORTIZ, 1994; ARAÚJO, 2006)²⁸.

No entanto, os pensadores da década de 1930, com especial destaque para Gilberto Freyre, passam, por meio da antropologia social, a valorizar a formação da sociedade brasileira durante a colônia como parte inexorável e positiva do povo brasileiro. A partir de então, a miscigenação é o que singulariza o país em sua conformação social. Ou seja, o elemento português passa a integrar definitivamente a vida nacional brasileira, distanciando-

²⁸ Destaque-se deste grupo nomes como Nina Rodrigues e Oliveira Viana, pensadores que, com “métodos” e pressupostos antropológicos do cientificismo etnocêntrico da Europa do século XIX, viam na miscigenação característica do Brasil o seu calcanhar de Aquiles, exigindo uma urgente missão civilizatória ao povo pela mão autoritária. Dentre esses nomes também figura em condição ambígua Euclides da Cunha, que lamentava o perfil étnico-demográfico legado pela colonização, mas também reconhecia virtudes únicas no caboclo sertanejo, que deveria ser civilizado pelo Estado (ORTIZ, 1994). Tanto que Euclides da Cunha (2004) consagra em seu *Os Sertões* esta ambiguidade do seu pensamento no último capítulo: “É que ainda não existe um Maudsley para as loucuras e os crimes das nacionalidades” (p. 781).

se do modelo nacionalista do século anterior, com a superação da raça em favor da exaltação cultural brasileira (ORTIZ, 1994). De certa maneira, não é exagerado dizer que a teorização de Freyre (2010) n’*O mundo que o português criou* insistia de tal maneira na construção cultural a partir da miscigenação que seria capaz de, nas entrelinhas, sublimar o autoritarismo português e o domínio colonial. Do ponto de vista lógico, esta afirmação ganha força quando se pensa na intenção do sociólogo da permanência de sua teoria além do funcionamento rasteiro do momento presente; de tal forma que o luso-tropicalismo freyriano pode ser parcialmente (dada a posterior aceitação do autor dos convites de viagens vindos do regime português) descolado da estreita realidade política portuguesa que lhe era contemporânea.

E este traço do pensamento brasileiro não é propriamente remodelado com a modernização sonhada na década de 1950. Numa atualização de seu pensamento, Sérgio Buarque de Holanda (2004) insiste que o mito fundador da visão do Brasil sobre si mesmo está voltado para a cristianização portuguesa em suas ansiedades e aspirações, desenvolvendo-se num universo cognitivo muito diverso daquele vivido pelo restante da América Latina. Ou seja, a experiência brasileira era profundamente atlântica com laços com Portugal. A geração isebiana, por seu turno, está debruçada sobre o futuro brasileiro e seus problemas sociais presentes, sua coincidência com a expansão do horizonte internacional vivida nos anos JK, permite àqueles intelectuais voltar os olhos para outros processos mais recentes de assimilação cultural, principalmente com relação aos Estados Unidos. No entanto, Jaguaribe (1958) deixa clara a imperfeição desta atualização nacionalista quanto a Portugal, cuja relação nem se encaixava com o ideário isebiano nem consegue ser de fato esvaziada, a despeito do reconhecimento nacional do atraso político português²⁹.

Parte desta explicação pode estar no confronto entre as versões de Estado que atravessaria a década de 1950 no Brasil. O Estado cartorial (JAGUARIBE, 1950) era dotado de uma grande resiliência inclusive no imaginário intelectual da época, mesmo com a estruturação de uma inteligência nacional que Max Bense (2009) viria a chamar de cartesiana. Ou seja, aos poucos, a inteligência brasileira enveredava pelos domínios da ciência e da clareza metodológica; a técnica e a conformação teoria-prática passavam a assumir o lugar da

²⁹ Em exemplo patente deste tipo de contradição, Carlos Lacerda, que se abrigou em Portugal depois do suicídio de Vargas e que receberia em 1964 a Grã-Cruz da Ordem de Cristo (a maior comenda dada por Portugal a estrangeiros que não são chefes de Estado) por sua aguerrida defesa do país (PORTUGAL, 2016), diria, em discurso na embaixada americana em 1960, que, em sua avaliação de potencial próximo presidente da República, avaliava a Península Ibérica como o maior foco de atraso da Europa capitalista. Dedicando poucas falas a Portugal e circunscrevendo-o à “mera” afetividade brasileira.

intuição e da experiência prática na construção do país³⁰. Ora, como esta inteligência poderia aflorar entre homens acostumados ao Estado cartorial sem que aqueles carregassem traços deste? Até mesmo para a execução de seus projetos vocacionados cartesianamente era necessário que aqueles homens recorressem à estrutura do Estado que suas ideias tendiam a exaurir. Esta espécie de esquizofrenia nacional entre os dois tipos de lógicas, muito provavelmente, deixava fissuras difíceis de serem completadas em um período de tempo tão curto. Transbordando para a nossa discussão, o vetor sentimental com relação a Lisboa (CERVO, 2000) não pode ser visto exatamente como uma surpresa em meio à modernização do Estado e do pensamento brasileiros, ainda que a relação guardasse paradoxos graves.

Por outro lado, é muito pertinente o raciocínio de Esther Kuperman (2012) sobre a dinâmica ideacionária como uma arena de embates entre indivíduos, instituições e ideias. A pluralidade de ideias circulando em diferentes níveis e associadas a um largo espectro de pensadores provavelmente configurou uma mescla quanto à localização de Portugal no horizonte brasileiro. No calor das discussões (e das disputas) sobre democracia e autodeterminação, por mais robusta que fosse a nova onda intelectual brasileira, é possível que a inércia e os sentimentalismos com relação a Portugal tenham embotado a discussão.

Outro fator importante que se deve levar em consideração nestas visões sobre Portugal é a alteração da composição de sua sociedade. O impulso modernizador facilitou a formação de uma classe média não produtiva nas grandes cidades, cuja ascensão se confundiu com a formação de corporações, estas como meio de garantia de privilégios e de pressão sobre o governo (SAES, 1981; MARANHÃO, 1981). Somado a isto, o país ainda padecia de um péssimo amadurecimento ideológico, sempre paranoico com o perigo comunista e de uma ignorância muito acentuada com relação às possibilidades do liberalismo político vivido pelo Norte no pós-guerra (PAIM, 1989). As elites, na opinião de Maranhão (1981), organizavam-se entre a nova classe média alta e a classe produtora tradicional num arranjo político pseudo-liberal aliado a uma tolerância (quando não preferência) pelos regimes autoritários de direita frente a qualquer risco de ascensão da esquerda brasileira. A permanência do pensamento autoritário entre as elites políticas tem evidente sobrevida à queda do Estado Novo brasileiro,

³⁰ Neste ponto, Tânia Ramos (2011) afirma que Portugal e Brasil seguiram caminhos diferentes quanto a arquitetura durante as experiências autoritárias de inspiração fascistas. Para a autora, apesar de ambos os regimes terem lançado mão da construção de prédios públicos como demonstração de força; Vargas apoiou decisivamente o desenvolvimento de uma arquitetura moderna brasileira – cujos caminhos passavam pelo escritório de Lúcio Costa –; ou seja, mesmo num projeto muito personalista, houve os primeiros passos da tal inteligência cartesiana. Salazar, ao contrário, recusou-se a ouvir as inovações técnicas dos arquitetos portugueses, impondo o tradicionalismo da arquitetura portuguesa.

configurando a este tipo de solução como algo viável em seus horizontes de verdade e de expectativa (ARAÚJO, 2013). Portanto, a amizade com um governo autoritário não era o que se poderia chamar de escandaloso para estas elites de grande peso político; Portugal não destoava em essência do substrato das elites brasileiras.

Por seu turno, o jogo político brasileiro não poderia abrir mão da força da Igreja católica e de sua Liga Eleitoral Católica (LEC). De acentuado corte conservador, o catolicismo tinha uma significativa capacidade de mobilização no Brasil. Ainda que no final na segunda metade da década de 1950 o bispado brasileiro tenha se unido em torno da causa pastoral nos interiores do país, o maior inimigo da Igreja permaneceria sendo o comunismo. Cuidar de seu rebanho, portanto, envolvia certa educação cívica para manter as camadas mais pobres da população – principalmente o proletariado – longe das propostas comunistas. Apesar das prédicas anti-capitalistas, preocupadas com o acirramento das diferenças entre os homens que seu deus teria feito iguais; a solução católica surgia não pelo acirramento da luta de classes, mas sim pela promoção da harmonia cristã entre os homens e a inspiração do Cristo na construção das relações sociais (PIERUCCI et al., 1984). Pois bem, num cenário de fragilidade política envolvendo as desconfianças conservadoras quanto à aliança do presidente com os trabalhistas, provocar a contrariedade do alto clero católico parece ser uma atitude temerária politicamente. Daí, a participação de Kubitschek em atos oficiais da Igreja (idem); bem como o uso político das promessas de Dona Sarah Kubitschek pela saúde da filha para Nossa Senhora de Fátima (BOJUNGA, 2010; MAGALHÃES, 2000). Caracterizava-se, portanto, uma importante afinidade triangular que ligava Brasil, Portugal e a Igreja católica; conformação esta que confortava diversos pontos de tensão dos seus três elementos.

Há que se dar o devido espaço, também, à colônia portuguesa estabelecida no Rio de Janeiro e em franca expansão na década de 1950³¹. A participação portuguesa neste período da vida político-social brasileira é totalmente diversa daquela narrada pela exaltação cultural da sociologia. O português existente principalmente no Rio de Janeiro passa a ser o comerciante que veio “fazer a América” para abastecer a família que ficara em Portugal. Estes homens traziam consigo a imagem de um Salazar salvador do Estado português das mazelas vividas no tempo da Primeira República³². Com suas características de forte capacidade de

³¹ A colônia portuguesa girava em torno dos 300 mil em 1950 e, ao longo do governo Kubitschek, o Brasil receberia cerca de metade dos emigrantes portugueses (MAGALHÃES, 2000; GONÇALVES, 2010).

³² A tal ponto era entranhada esta percepção dos portugueses emigrados que mesmo o general Humberto Delgado (já asilado no Brasil) teve de lançar mão de todos os cuidados e reconhecimentos

união e de ativa participação na política da capital brasileira, a colônia portuguesa no Rio de Janeiro era peça importante no tabuleiro político-social brasileiro. Criadores de diversas associações beneméritas e de divulgação cultural, os portugueses chegaram ao período em tela com um longo cabedal de lutas pelo alargamento dos seus direitos e de influências junto ao poder central (RIBEIRO et al., 2010). Desta vez equipados com a ajuda da embaixada portuguesa no Brasil, estes portugueses aliavam sua força comercial a seus interesses compartilhados com as elites brasileiras em nome de uma influência de corte conservador e de apoio a Portugal. Seja pela disseminação da cultura portuguesa com Luís de Camões e Eça de Queirós³³, seja pela influência política que o financiamento de campanha propiciava, fato é que este comportamento repetitivo dos portugueses na capital deixava as relações com Portugal em certa evidência nos nossos meios políticos (MAGALHÃES, 2000; SANTOS, 2011).

Completando este lugar lusitano nas tramas cariocas, o governo português conseguira criar uma legião de comendadores no Rio de Janeiro. Distribuindo honrarias entre brasileiros e portugueses emigrados, Lisboa criaria uma elite disposta a defender seu regime no Brasil, conquistados pela elevação da honraria. Criava-se, assim, um prestigioso grupo de pressão com relações bastante azeitadas em ambos os países (OLIVEIRA, 2014; SANTOS, 2010). Paralelamente, Portugal contava com uma certa cegueira da imprensa brasileira (e, conseqüentemente, da nossa sociedade) com relação à sua situação política. Por exemplo, o prestigiado *Correio da Manhã* – casa jornalística de Álvaro Lins e de corte menos conservador do que, por exemplo, a *Tribuna da Imprensa* de Lacerda ou *O Jornal de Chateaubriand* – publicava, no nosso período, uma seção diária dedicada exclusivamente às notícias de Portugal; no entanto, eram reproduções do Secretariado Nacional de Informação, órgão responsável pela comunicação social e informação pública oficial do regime salazarista. Nos outros jornais, também era comum encontrar notícias reproduzidas a partir de jornais portugueses como o *Correio de Notícias*, francamente alinhado às preferências do regime, quando não porta-voz agressivo das palavras que o governo não gostaria de pronunciar.

às qualidades de Salazar no poder para tentar, sem sucesso, animar um apoio no Brasil à derrubada do salazarismo. Curiosamente, um erro tipográfico que atribuiria a Delgado ter chamado asno a Salazar foi o golpe de misericórdia em sua campanha oposicionista no Brasil (DELGADO, 1995; ROSA, 2015).

³³ Impressiona a embaixada ter promovido justamente Eça de Queirós, um escritor ácido contra o atraso português em relação ao mundo já no século XIX e um irônico inveterado quanto aos portugueses que faziam fortuna no Brasil e quanto a certos comportamentos brasileiros em terras lusas. Aparentemente, esta “ironia póstuma” passou desapercibida entre as autoridades e a colônia portuguesa, bem como entre a sociedade brasileira.

Dada esta situação em torno do assunto Portugal, é muito acurada a observação de Thomas Skidmore (2010) quando aponta para a necessidade de Kubitschek governar sem provocar reações contrárias entre os portugueses no Brasil. Tanto a configuração ideológica (e seus horizontes de verdade) como o próprio poder de influência da colônia acrescentavam a suas decisões um peso que, de certo modo, independia dos seus (inegáveis) sentimentos afetuosos para com Portugal.

IV. Brasil e Portugal em movimento, ainda que de baixa densidade

Segundo Amado Cervo (2011), as relações entre Brasil e Portugal atravessaram um longo período de baixa densidade, cujas agendas seriam esvaziadas de interesses maiores desde o reconhecimento da independência em 1825 até o final do século XX. Aproximando um pouco mais as lentes sobre o período, o autor (CERVO, 2000) prefere organizar as relações entre duas fases: primeiro, o distanciamento dos países durante o império brasileiro e suas tentativas de construir uma nacionalidade às expensas das memórias lusitanas; a segunda, a fase retórica, que reposicionaria os países num discurso de amizade incontestada, sendo dirigida pelo vetor sentimental. Mais interessante para este estudo, a fase retórica teria assentado suas bases quando da visita de Epiácio Pessoa a Lisboa, em 1929; dando início a uma série de grandes atos simbólicos entre os dois países. De uma certa maneira, Brasil e Portugal começavam a encontrar momentos políticos similares para a construção de relações mais confortáveis, uma vez que o golpe republicano em Portugal já estava bastante consolidado, bem como a República brasileira já contava seus vinte anos num sistema político (ainda que profundamente viciado) capaz de alguma previsibilidade.

A inédita travessia aérea do Atlântico Sul (de Lisboa ao Rio de Janeiro) por Sacadura Cabral e Gago Coutinho e a visita do presidente português, Antônio José de Almeida, no contexto do centenário da independência brasileira provocou grande alvoroço na capital brasileira em torno deste novo Portugal que nos acenava na ocasião. No entanto, havia uma importante resistência nos meios políticos brasileiros para a construção de acordos mais substanciais com Lisboa (MAGALHÃES, 1999; CERVO, 2000). Configurava-se, portanto, um salto qualitativo das relações, no entanto, o aspecto quantitativo das trocas e das aproximações viria a começar a dar frutos no último quartel do século passado. Em outras palavras, a exaltação da proximidade entre os países tinha como substrato básico o vetor sentimental, o peso da História sobre laços que se recusavam a tomar a vida de uma parceria dinâmica mais bem desenvolvida (CERVO, 2011). A fase retórica das relações entre as duas

repúblicas consagrava uma amizade no plano declaratório, mas tinha dificuldades de lado a lado de dar movimento nos termos de tratados e de expansões comerciais.

No entanto, os golpes de 1926 em Portugal e de 1930 no Brasil reorganizariam as relações em tela dada as crescentes afinidades dos regimes políticos, que desaguiam para os dois países no homônimo Estado Novo. Ou seja, as inspirações autoritárias que envolviam o imaginário político da Europa desde a subida do fascismo italiano na década de 1920 deitavam raízes nos dois lado do oceano, traçando um momento de afinidades mais palpáveis entre Brasil e Portugal. A intensificação das relações se deu, principalmente, quando da organização do Estado Novo brasileiro em 1937, visto que seu caráter autoritário possibilitava um diálogo resolutivo mais afiado com a ditadura salazarista. O entendimento entre os dois ditadores viria a ser expresso nos acordos de unificação ortográfica, que cairia junto com Vargas em 1945, e de comércio bilateral em 1933, este de tímidos resultados. Por outro lado, as chancelarias dos dois países passam, em 1943, a esboçar algo parecido com um tratado preferencial entre portugueses e brasileiros, com grande movimentação do embaixador brasileiro João Neves da Fontoura (CERVO, 2000; MAGALHÃES, 1999, 2000; SANTOS, 2011; GONÇALVES, 2010). Ou seja, o entendimento político das ditaduras, apesar de dar novo ânimo às relações, não foi capaz de consolidar em laços práticos a amizade. No entanto, as ditaduras abririam um precedente interessantíssimo nas práticas diplomáticas entre os dois países quando dos levantes integralista em 1939: Lisboa, sob o silêncio arguto de Vargas, concedia asilo político ao líder Plínio Salgado e sua comitiva, abrigando-os convenientemente na Ilha da Madeira (MAGALHÃES, 2000). Da mesma forma, como demonstrou Santos (2011), as comunidades de inteligência dos dois países – bem como seus órgãos repressores – estavam integradas e comprometidas com a perseguição ao comunismo nos dois países, usando de seus métodos escusos para tanto. As ditaduras sabiam, portanto, gerenciar mutuamente seus silêncios políticos.

A tônica americanista que seria empreendida pela política externa do governo Eurico Dutra, apesar de ter desagradado Salazar (MENESES, 2011), ainda contrariaria o espírito liberalista do pós-guerra, firmando, em 1949, com Portugal um acordo comercial fundados nas quotas comerciais e na compensação financeira (CERVO, 2000). Ora, era um encontro perfeito de intenções entre o protecionismo brasileiro e a austeridade econômica que a força política de Salazar impunha a Portugal. Paralelamente, Dutra envia Raul Fernandes a Lisboa para celebrar um acordo de intercâmbio cultural em 1948 (que entraria em vigor em 1951), que tanto dinamizava as difusões culturais nos dois países quanto instituía uma cátedra de Estudos Brasileiros na Universidade de Lisboa, buscando aproximar em compreensões

mútuas os dois países³⁴, desafogando as relações das desconfianças que a política americanista (e, portanto, democrática) brasileira despertava em Portugal (MAGALHÃES, 1999; SANTOS, 2011). Desta forma, laçava-se as bases do que viria ser a uma década de profunda aproximação entre os países, hora e vez da glória retórica.

O início da década de 1950 e o retorno de Getúlio Vargas à presidência marcam a retomada das relações num outro nível de entendimento. A afinidade anterior entre Vargas e Salazar aflorara novamente e as pautas suspensas e as desconfianças do governo Dutra eram superadas num outro grau de entendimento. Por sua vez, como já dito, Portugal via o começo do esfacelamento do seu regime político, endurecendo sua repressão, mas abrindo-se para novos quadros conceituais. O “compromisso” com o luso-tropicalismo e a necessidade do apoio brasileiro para viabilizar suas vontades colonialistas obrigariam um movimento português em direção ao Rio de Janeiro, independente da política brasileira. Por outro lado, a chegada de Vicente Ráo à chancelaria brasileira impôs um ritmo de preferência por Portugal, a despeito de todas as indicações técnicas em sentido oposto; criava-se, portanto, um ambiente político muito fecundo para o avanço das relações (GONÇALVES, 2010)³⁵.

Deste caldo de cultura, emergiu, mais uma vez, a ideia de um tratado de amizade entre os países; trocando o apoio brasileiro nos fóruns multilaterais pela imagem de uma elevação do país no cenário internacional e de uma posição privilegiada com a Europa. A proposta brasileira para este tratado tinha quatro fundamentos: a criação de uma comunidade luso-brasileira, a instauração da dupla-nacionalidade e a ampliação de direitos dos seus cidadãos emigrantes, a consulta mútua dos países em assuntos internacionais e a criação de um relacionamento de nação mais-favorecida entre as partes. O empenho dos dois governos e o ânimo de Salazar em firmar um acordo bilateral que lhe garantisse maior estabilidade na sua inserção no cenário internacional foram essenciais para que, a 16 de novembro de 1953, os chanceleres Vicente Ráo e Antônio Faria assinassem o Tratado de Amizade e Consulta (MAGALHÃES, 2000; SANTOS, 2011).

Segundo Calvet de Magalhães (2000), o tratado padecia de uma imprecisão temerária em sua redação, dando um discricionariedade incomum aos contratantes, uma vez que valia-

³⁴ O convênio também contava com dispositivos de financiamento de congressos e de atividades de aproximação das intelectualidades dos dois países. Bem como também fomentava a criação de publicações e de espaços de discussões concentrados nos estudos brasileiros (SANTOS, 2011)

³⁵ Ainda segundo o autor, interessava ao novo chanceler, que dava mais estabilidade ao presidente junto ao Parlamento, a manutenção do império português para satisfazer uma idéia de risco de séria instabilidade política no Atlântico Sul em caso de independências em tempos de Guerra Fria. Mais uma vez, o perigo vermelho tocava no tendão de Aquiles das elites brasileiras.

se de expressões como “manifesto interesse comum” (art. I) e “todas as possíveis facilidades” (art. III). O novo ânimo insuflado pela assinatura era de caminho duvidoso, portanto, mas de um pragmatismo importante para Portugal (GONÇALVES, 2010). Com Portugal fora dos fóruns multilaterais (destacadamente a ONU), ter alguém para defender seus manifestos interesses comuns era algo extraordinário. Mesmo que enfrentasse dificuldades para tomar parte nos novos organismos europeus, Portugal detinha os Açores – e a miríade de bastião do capitalismo cristão na África e na Ásia – frente à OTAN e a amizade positivada do Brasil frente à nova ordem. Não por acaso, a partir de 1953, passa a ocorrer um sistemático esforço da diplomacia portuguesa para vincular o Brasil ao esforço de manutenção do império português, valendo-se de todas as justificativas possíveis, mas com o pragmatismo certo (SANTOS, 2011).

Neste ensejo, o nacionalismo brasileiro – provavelmente retro-alimentado pelas mudanças intelectuais da época – passou a conformar-se com a defesa dos interesses portugueses quanto ao colonialismo. A exploração simbólica do Brasil por Portugal na tentativa de criar uma robusta rede de significações da glória lusitana remontava desde o final do século XIX, ainda sob a monarquia, e seria ampliada pela República portuguesa depois do golpe militar de 1926. O descompasso político e o desconforto do nacionalismo brasileiro, até então, emperravam o avanço português para conquistar a simpatia do Brasil para sua causa imperial (OLIVEIRA, 2014). No entanto, as transformações brasileiras, a decisão de Salazar de facilitar a vinda de portugueses ao Brasil depois da guerra e o horizonte comunitário entre os países geraram um clima político muito fecundo para o novo modelo de aproximação. Usava-se, portanto, a fase retórica pela radicalização tendo em vista a produção de resultados práticos (CERVO, 2000).

A viagem de Café Filho a Portugal em 1954 marcaria um importante passo nesta direção, mas a turbulência política brasileira resultante do suicídio de Vargas deixou tudo em suspenso, esperando os desdobramentos da crise. Os novos sinais viriam com o périplo internacional de Juscelino Kubitschek quando presidente eleito em janeiro de 1956. Segundo Roberto Campos (1994), integrante da comitiva presidencial, a viagem tinha dois objetivos básicos: tirar o presidente eleito da convulsão política carioca – governada a duras penas pelo general Lott e por Nereu Ramos – e apresentar a possíveis investidores internacionais o Plano de Metas e o novo governo brasileiro. Segundo o autor, a ideia original da viagem se concentrava, basicamente, entre França, Reino Unido e Estados Unidos; no entanto, os convites feitos por outros países e o ânimo renovador do presidente, fizeram com que a comitiva passasse por Estados que pouco ou nada teriam para colaborar economicamente com

o desenvolvimento brasileiro. Por seu turno, Portugal vinha numa trajetória de atração de líderes europeus para Lisboa, buscando dar mais legitimidade à cruzada cristã que o país passava a encenar na nova década, além de tentar encaixar o Estado Novo dentro dos novos arranjos continentais. Exibindo um Salazar sorridente e disponível para os protocolos do cerimonial, Portugal recebeu diversos chefes de Estado, incluindo a recém-coroadada rainha Elizabeth II (CUNHA, 2014; MENESES, 2010). Ora, uma nação de patente anacronismo não poderia deixar de querer aproximar-se de um presidente capaz do frescor da modernização, enérgico e jurando a utopia brasileira.

Tanto Sette-Câmara, em entrevista, quanto Bojunga (2010), são enfáticos ao atestarem a relação sentimental que Kubitschek guardava com Portugal e França. Dada a irrelevância econômica de Portugal para o Brasil, sua visita, quase que certamente, tinha apenas o vetor sentimental para orientá-la. O convite português não resolveria o financiamento das metas, mas marcaria um encontro de duas visões importantes: o corte conservador do presidente brasileiro e a capacidade de inserção internacional de Portugal.

A já famosa frase de Donatello Grieco (*apud* MAGALHÃES, 2000, p. 293), em 1957, “tocar em Portugal é tocar no Brasil” durante discussões das Nações Unidas sobre a descolonização dá alguma medida do impacto político deste novo momento: ambas as partes estão dispostas a elevar as relações para um novo patamar. Ainda que a História e as opções políticas colocassem os dois países mais distantes, houve durante o quinquênio JK um momento único nas relações Brasil-Portugal, estabelecendo um nível de entendimento inédito (GONÇALVES, 2010). Não é obra do acaso que nesta mesma visita Kubitschek tenha afirmado que ficaria ao lado dos portugueses nos litígios contra a União Indiana (MAGALHÃES, 1999), um imenso fantasma para o Estado Novo. Um fantasma que, no entanto, agora tinha mais braços para dar-lhe combate.

Segundo Sette-Câmara, a determinação de Juscelino em submeter o plano internacional às demandas domésticas e de fazer prevalecer algumas de suas posições a despeito das burocracias, colocava sua política externa em rota de colisão com o próprio Itamaraty. Tanto Sette-Câmara quanto Baena Soares (2006) dizem que havia grupos no MRE (dos quais ambos faziam parte) dispostos a uma atualização geral da política externa, rompendo com a tradicional política de apoio (ou de neutralidade) quanto a Portugal. Soares é bem claro ao dizer que havia uma pressão para a superação da ideia de um “Portugal avozinho”, destino de uma amizade quase que ilimitada.

Ou seja, encontramos neste proscênio a anunciação tanto da glória retórica quanto do choque de visões. A fratura no tempo estava gestada.

Capítulo II

ÁLVARO LINS, SEUS TEMPOS E SEUS VENTOS

NOS SAPATOS DE UM HOMEM EM MANGAS DE CAMISA

*“O destino o que é senão um embriagado
conduzido por um cego?”*
(Mia Couto)

Álvaro de Barros Lins, intelectual e, faticamente, político. É este o assunto deste capítulo, que procura responder de alguma forma quem era política e intelectualmente o homem que foi enviado a Lisboa como embaixador em fins de 1956. Exclui-se, portanto, qualquer vontade de biografar uma personagem, coisa incabível para o escopo que adotamos nesta dissertação, bem como para as dimensões deste estudo.

Investigar os traços fundamentais de Álvaro Lins nestas duas vertentes apresentadas é, aqui, uma tentativa de embasar um salto interpretativo sobre as questões que apresentar-se-ão no próximo capítulo. Colocar o homem no tempo ou, como sugeriu Evaldo Cabral de Mello (*apud* MORAES, 2007), calçar os sapatos da personagem é aqui um esforço nosso na intenção de extrair tanto o seu horizonte de possibilidades enquanto embaixador quanto os substratos intelectuais que, muito provavelmente, operariam suas decisões em Lisboa. Em outras palavras, renegamos, implicitamente, qualquer “salto qualitativo” que a função de embaixador possa outorgar a um homem, ainda que lhe apresente as exigências e as limitações inerentes ao cargo.

Dada a natureza teórica em que nos embasamos, seria impossível avançar no cruzamento entre as diferentes camadas da história sem que estabelecêssemos estas nuances focadas sobre o indivíduo. Mesmo considerando a bibliografia já existente sobre o tema, a qual parte de pressupostos diferentes dos nossos, a personalidade de Lins é sempre apontada como possível causa de muitas de suas ações enquanto embaixador, apesar de nenhuma delas voltar seus olhos para entender quem era, o que pensava e onde estava esse homem às vésperas de seu envio para Portugal.

Evidentemente, nossa subdivisão entre intelectual e político é imperfeita, dada a plasticidade do campo intelectual e suas capacidades de permear o poder (BOBBIO, 1997); mas, para efeitos práticos, optamos por restringir ao intelectual as bases de formação e de sua

crítica literária e seu percurso enquanto homem de letras de meados do século passado. Ao político, votamos sua vida no Rio de Janeiro enquanto interventor na cena política, suas opiniões e suas ações. *Grosso modo*, poderíamos dizer que a análise de sua vida política é a observação da articulação entre suas idéias e a prática política em si, onde seu prestígio de intelectual é posto em confronto com os convescotes do poder.

Desta forma, empreendemos nas páginas que se seguem uma tentativa de extrair os pontos fundamentais que o intelectual de 1955 levaria ao embaixador de 1956. Sem pretender psicologismos na análise final, o que está proposto é olhar para o homem sem ver nele uma ruptura irrecuperável como homem público. Compor um quadro simples e honesto que nos permita entender melhor, afinal, quem era Álvaro Lins para poder entendê-lo enquanto embaixador.

Vai neste capítulo, portanto, a dimensão micro em estado mais puro deste trabalho. O que vem no próximo é a confusão das dimensões em busca do tempo perdido de Álvaro Lins.

I. A matriz e a fuga

Nas Laranjeiras, a 4 de junho de 1970, morria Álvaro de Barros Lins, falhando-lhe o coração experimentado em dissabores. Dois dias depois, Carlos Drummond de Andrade (1970) atribuir-lhe-ia a coroa de imperador da crítica literária brasileira das décadas de 1940 e 1950. No entanto, segundo os relatos do *Jornal do Brasil*, o imperador exigira que fosse sepultado em mangas de camisa, renegando o fardão de imortal da Academia Brasileira de Letras (ABL) e a casaca que sua estatura intelectual endossaria. Queria ir ao mausoléu da ABL da mesma maneira que chegara ao Rio de Janeiro trinta anos antes: em mangas de camisa e sem nada trazer de seu.

Nascido em Caruaru/PE em 14 de dezembro de 1912, Álvaro Lins teve a trajetória do típico homem de letras da primeira metade do século XX. Católico fervoroso e homem de idéias políticas e humanistas, mudar-se-ia para o Recife com sua família antes dos vinte anos, a vida na capital atraiu Lins tanto para a política quanto para a vida intelectual em proximidade com a Igreja católica. Como era de esperar-se, formou-se, em 1935, na Faculdade de Direito do Recife, lugar que reunia os estudantes atentos às humanidades. Paralelamente, também se ligou à Congregação Mariana da Mocidade Acadêmica do Recife, berço de lideranças políticas e de homens que procuravam na Igreja o lugar seguro para a busca pela verdade (PEREIRA, 1985; SILVA JÚNIOR, 2002).

A perspectiva tomista oferecida pelos marianos era capaz de confortar ansiedades do entre-guerras, que exigiam uma investigação pascalina pela verdade, mas que também conhecia os limites da técnica na produção de conforto material, social e espiritual para as populações. A eclosão de possibilidades de novos regimes pelo mundo cobria o futuro de dúvidas e de angústias cujas soluções eram acenadas pela proposta de investigação dos mistérios de Deus e do homem. A década de 1930 amanhecera com uma dificuldade grande de conciliação entre as repúblicas e o catolicismo robusto³⁶; o jacobinismo dos republicanos do início do século fizera com que as instituições republicanas avançassem sobre os costumes religiosos de suas sociedades, fundando, portanto, instituições carentes de certo lastro de legitimidade. Neste contexto, a formação entre os marianos proporcionava àqueles homens a certeza da liberdade de colocar-se ao lado de Deus, após a qual suas investigações poderiam correr livres de várias tensões entre Igreja e Estado (PEREIRA, 1985).

José Oscar Beozzo (1984) defende que a década de 1930 foi um momento de mudança na Igreja brasileira por conta da estruturação de um governo autoritário. Dado que a principal ferramenta do clero, a Liga Eleitoral Católica (LEC), perdia sensivelmente sua capacidade de influência em anos sem eleições e, quase completamente, em tempos de autoritarismo, fazia-se necessária a estruturação de uma nova frente de atuação, que seria batizada de Ação Católica – da qual Lins foi membro atuante. Fundamentalmente, era necessário ao clero garantir a galvanização de seu rebanho para manter-se atuante em tempos de populismo varguista. Impossível lutar contra o Estado, melhor se provou a organização das massas em uma estreita moral conservadora e hierárquica voltada, principalmente, contra o comunismo. O poder de manobra da Igreja em lugares inalcançáveis para o imperfeito Estado brasileiro era de grande valia para um governo que usava da desestruturação das elites locais (principalmente nas regiões sul e sudeste) para construir suas bases, mas sem perder a estabilidade interna. A Ação Católica, portanto, era capaz de funcionar como um controlador social de altas penetração e coesão, contando sempre com as tradições brasileiras profundamente cristãs e a comoção popular aos seus temas.

³⁶ Como já visto no capítulo anterior, é este exato furor laico (ou ateu) dos republicanos portugueses que abriu uma grande insatisfação num país profundamente católico e na sua Igreja. A resposta dada à celeuma pelos militares de 1926 e pelo Estado Novo deu, com a proximidade com a Igreja, uma nova tonalidade de legitimidade do Estado e uma estabilidade única para o novo governo.

A chegada do totalitarismo ao poder na Europa e a reticente atitude do Vaticano³⁷ reverberavam no Brasil com um certo ânimo por conta da capacidade de restauração da ordem, da proteção da fé e do enfrentamento ao perigo comunista vindo da União Soviética. Neste ínterim, houve, de fato, uma expressa simpatia católica pelos integralistas de Plínio Salgado, que, ainda que não vocalizassem os discursos de extermínio do nazismo, tinham evidente inspiração totalitária, bastante tolerada e alimentada pelo próprio Getúlio Vargas. Não é acaso, portanto, que Álvaro Lins, líder estudantil e chefe de gabinete do governo provisório de Pernambuco (1934-1937) de Carlos Lima Cavalcanti, tenha, como muitos de sua geração, participado dos quadros integralistas da época. Paralelamente, a orientação da Congregação Mariana era dada pelo padre Antônio Fernandes, luso-indiano da Goa, que, como bom clérigo português, admirava a ampla estabilização de Portugal com a chegada de Salazar ao poder. Ou seja, fé e convicção política se organizavam na cabeça do jovem Álvaro Lins com uma grande afinidade com o Estado Novo português (PEREIRA, 1985; SILVA JÚNIOR, 2002).

No entanto, a aspereza da experiência chegou rápido ao Recife de Álvaro Lins. As prometidas eleições gerais do governo constitucional seriam debeladas pelo golpe do Estado Novo em 1937, bem como seu cargo no governo e sua candidatura a deputado federal por Pernambuco (SILVA JÚNIOR, 2002; JUNQUEIRA, 2012). Ironicamente, a mesma Ação Católica iria continuar ao lado de Vargas; bem como a opção de sua geração pelo integralismo, o qual passava a combater o Estado Novo, não conseguia identificar sua ideologia com o mesmo totalitarismo do regime que buscavam combater. Organizados em torno do *Diário do Nordeste*, Álvaro Lins e seus companheiros integralistas entendiam que o liberalismo chegava a uma bifurcação inconciliável entre comunismo e fascismo, buscando na adoração à ordem e à estabilidade – provavelmente derivada da fé –, oferecidas ambas pelo integralismo, que também guardava suas proximidades com os católicos, a resposta para as angústias políticas do seu tempo (LIMA FILHO, 1976; BEOZZO, 1984).

A experiência nos tempos do Estado Novo era massacrante. Entre as prisões pela vigilância política, Lins se dedicava às aulas de Geografia e História do jesuíta (e tradicionalíssimo) colégio Nóbrega do Recife. Dividido entre o homem político e o

³⁷ Em artigos da primeira metade da década de 1940, Álvaro Lins se esforçava para encaixar o Vaticano ao lado das democracias. Dividindo a religião e a política, Lins afirma que o ato de reconhecimento da Espanha franquista foi ato de diplomacia e de observância à maioria cristã espanhola, enquanto seu silêncio sobre os massacres falangistas seria a tradução da incompatibilidade entre a fé e a doutrina fascista.

intelectual, conseguiu concluir, em 1939, sua primeira grande obra de estudos literários: *História literária de Eça de Queiroz* (sic) (LINS, 1946). Sempre atento aos problemas estéticos e sociais da obra queirosiana, além de complementá-la com uma localização intelectual mais precisa do escritor e do seu tempo, Álvaro Lins alcançou uma grande repercussão com seu estudo, que continuaria sendo lembrado mesmo dezessete anos mais tarde, quando da posse na ABL (FONTOURA, 1956). Porém, a repercussão mais cruel veio do seio das convicções do autor: a Igreja, cujo *index librorum prohibitorum* incluía as obras de Eça. Seu apego à verdade e seu grande prazer em produzir uma obra de maior fôlego o colocavam em rota de colisão com o catolicismo. A onda moralizadora da Igreja não podia suportar o ficcionista de grandes ironias contra as tradições lusitanas (sempre tão católicas) e muito menos seus livros, habitados por padres escroques, carolas invejosas e heróis de costumes heterodoxos. O choque era inevitável e as conseqüências, óbvias: Lins foi demitido no mesmo ano de seu cargo no colégio Nóbrega.

Paradoxalmente, migrar para a capital federal, intelectualmente mais arejada, era a solução para o homem perseguido pelas transformações do Estado Novo (SILVA JÚNIOR, 2002; MAIA, 2013; PEREIRA, 1985)³⁸. Curiosamente, os arquivos de Agamenon Magalhães, governador (e interventor) de Pernambuco desde 1937, guardam um recorte de jornal (sem identificação nem data) que, em termos laudatórios à reação, narra a demissão de Lins do colégio e do Instituto de Ensino de Pernambuco e a atribui à contestação moral contra os elogios por ele feitos à obra de Eça de Queirós.

Como o próprio diria anos mais tarde, chegara ao Rio de Janeiro em mangas de camisa. De mais precioso, talvez, tinha a recomendação (e a tímida amizade) do já consagrado sociólogo Gilberto Freyre. Logo em 1940, sob a recomendação de Freyre, sua carreira de crítico literário de rodapé no *Correio da Manhã* (SILVA JÚNIOR, 2002) rendia suas primeiras linhas. Iniciada sua carreira no Rio de Janeiro, faz em seu primeiro artigo, de 10 de agosto de 1940, um arrazoado sobre suas posições frente à crítica literária. Discípulo declarado de Charles Augustin Sainte-Beuve, defende o estilo pessoal do crítico, ao qual caberia a fusão da sutileza intelectual à postura antidogmática, defendendo ao extremo a independência intelectual e artística do homem de letras. Em linhas gerais, a posição crítica de Álvaro Lins buscava a conjugação da perspectiva individual ao conhecimento humanista,

³⁸ Segundo Maria Odilla Linhares (*apud* MORAES, 2007), este movimento dos intelectuais do nordeste para a capital federal foi algo recorrente no período. Portanto, apesar do evidente descontentamento com o Estado Novo varguista, tem tons de normalidade a escolha pelo Rio de Janeiro.

numa combinação em que a intuição autônoma pudesse coexistir com o método. Portanto, o neutro, indistinto e vago se configuravam, em seu pensamento, como uma fuga de si mesmo; não recusava, assim, o método, mas via suas facetas falaciosas, bem como não enveredava pelo dogmatismo da opinião pessoal (MAIA, 2013).

Sem correr grandes riscos, é possível afirmar que Lins se inseria numa linha tradicional de pensadores brasileiros; o que lhe valeria, mais tarde, a pecha de conservador. Giovana Chiquim (2009) localiza a crítica de rodapé brasileira como o exercício jornalístico dos homens de letras, quase todos oriundos das faculdades de Direito, do século XIX; exercendo um trabalho de erudição na tentativa de educar um público leitor num país de analfabetos. Segundo a autora, a lógica da crítica de rodapé encontraria em Machado de Assis um dos seus maiores expoentes brasileiros, que, influenciado pela crítica francesa de Sainte-Beuve³⁹, pretendia educar artisticamente seus leitores, expondo as fragilidades e as virtudes das obras analisadas segundo suas convicções pessoais e à luz das correntes filosófico-artísticas de sua época. A crítica de rodapé se cristalizou progressivamente na imprensa conservando estas características, a despeito das transformações nos estudos literários ocorridos no início do século XX (TOTI, 2009).

Por seu turno, as academias anglo-saxãs revolucionavam os estudos sobre literatura, paralelamente aos esforços dos formalistas russos e dos estruturalistas franceses. A *nova crítica* americana vislumbrava a possibilidade de um método mais rígido de análise das obras literárias, dando a objetividade científica tão cara ao positivismo de sua época. A idiosincrasia que abrihantava os rodapés tornar-se-ia um empecilho à qualidade da análise, que deveria abdicar de suas pretensões educativas da população em nome do confinamento acadêmico com suas agendas próprias. Progressivamente, a técnica ganhava espaço nos estudos literários e a multiplicação das teorias, por vezes, soterrava a importância do livro como arte, convertendo-o num objeto de estudo inerte (SIEWIERSKI, 2010). Como notado por Terry Eagleton (2006), os novos impulsos teóricos da literatura sequer admitiam a definição fluida e socialmente construída sobre o que é a literatura.

Consciente disto, Lins insistia na defesa de sua crítica humanista lembrando as lacunas apontadas pelo próprio T. S. Eliot, um dos pais da *nova crítica* americana (FRANÇA, 2007). Para Lins, o reconhecimento de Eliot quanto à virtude incontável da criação humana era a chave para a superação do método quando em conflito com os valores artísticos e

³⁹ Evidentemente, não se restringia a Sainte-Beuve este tipo de postura crítica, que, por exemplo, também era adotada por Anatole France, Taine, José Veríssimo e Sílvio Romero. Os dois últimos consagrados pela crítica brasileira como estudiosos da nossa literatura. (SILVA JÚNIOR, 2002)

quando das suas imprecisões. O impressionismo do início do processo crítico, portanto, permaneceria. Sua posição personalista, no entanto, cobrava-lhe alguns preços. Quanto à qualidade da crítica, Toti (2009) é muito feliz ao notar certo diletantismo de Lins quanto aos seus procedimentos críticos, valendo-se, não raro, da biografia dos escritores para explicar certos aspectos; procedimentos que ele próprio condenava. Escrever no calor do momento, como exigia a crítica de rodapé, era um trabalho perigoso que, por vezes, forçava este tipo de “desvio” analítico. A obrigação com o imediato não lhe permitia segunda opinião ou uma retificação a tempo, era necessário trabalhar numa zona de tensão intelectual constante (MAIA, 2013).

Do ponto de vista pessoal, o personalismo lhe rendia louros importantes, granjeando admirações de nomes como Sérgio Milliet, que lhe chamava de “inteligência lucidíssima”, e Mário de Andrade, “[Lins é] talvez a primeira personalidade real em toda história de nossa crítica literária” (SILVA JÚNIOR, 2002, p. 124). Por outro lado, não tinha entre si e a reação uma barreira metodológica clara para lhe amparar das críticas. Ainda que estivesse distante do personalismo puro e iracundo de Tristão de Ataíde, também não se assemelhava à análise mais fria e fundeada na história da literatura, desenvolvida por Otto Maria Carpeaux (VENTURA, s.d.; RODRIGUES, 2015); ou seja, precisava responder críticas pessoais com argumentos intelectuais. Afonso Arinos, em entrevista ao CPDOC, relata a dificuldade de relacionamento com Álvaro Lins, que criticara duramente seu *Dirceu e Marília*; ao tentar responder a crítica, Arinos teria recebido uma resposta violenta de Lins nos jornais, levando ao rompimento da amizade entre os dois. Lins se envolveria em polêmicas também com escritores que o tempo consagraria, como Graciliano Ramos e Clarice Lispector; no entanto, ao contrário do relatado por Arinos, a preocupação do crítico com estes autores era a incompletude de suas obras (RODRIGUES, 2015; JUNQUEIRA, 2012). Nos dois casos, o crítico não usa da má-fé dos exibicionistas para menosprezar, mas sim vê talentos não amadurecidos, dignos de escritas mais completas do que as apresentadas, respectivamente, em *Caetés e Perto do coração selvagem* (FRANÇA, 2007; RODRIGUES, 2015; MAIA, 2012).

No entanto, a fé, mais uma vez, revelar-se-ia uma dificuldade de sua crítica. Sem uma teoria que o protegesse, Álvaro Lins fazia um esforço para unir a crítica católica às suas convicções artísticas. O homem que trabalhava no tempo presente, precisando dar respostas imediatas à literatura, via-se também preocupado com o eterno. Ao que tudo indica, a traumática experiência com a Ação Católica no Recife não lhe demovera da fé nem da vocação, insistia na discussão, resultando em discreta vantagem à sua investigação da verdade. Como definiria Carpeaux (*apud*, MAIA, 2013, p. 183), Lins se tornava “um católico

com nostalgia do ceticismo”, já que suas necessidades de liberdade intelectual esbarravam com as posturas dogmáticas da Igreja. A vitória da liberdade sobre a fé vai sendo revelada ao longo da sua carreira, sem conseguir voltar à conciliação intelectual dos tempos marianos de Pernambuco. Jamais negando a fé, Lins foi enveredando pela crítica de arte preocupado mais com questões estéticas e sociais do que com a moral estreita de sua fé. Não é acaso, portanto, que tenha escolhido como tema de sua tese para o colégio Pedro II – *A técnica do romance em Marcel Proust* (LINS, 1968) – um escritor genial, cuja obra principal, *Em busca do tempo perdido* (2006), tenha sido um libelo pela observação da angústia do homem em sentidos múltiplos, dando voz a romances homo-afetivos, as tormentas da puberdade e com várias referências ao suicídio e às frivolidades da vida. Sem fazer menção ao aspecto moral, a investigação recai sobre a técnica, exaltando as virtudes num elogio criterioso e consciente⁴⁰. Mesmo em momentos de absoluta facilidade de condenação moral e de aproximação com a crítica católica, Álvaro Lins não o fez. Na década de 1950, ao criticar severamente Jorge Amado, então comunista, não se valeu nem do aspecto moral nem da ideologia, frisando que sua preocupação era estética, devotada ao estudo estrito da obra e de seu contexto, sem juízos de valor que lhes fossem estranhos (LINS, 1963a). Da mesma maneira, condenou esteticamente *A Carne*, de Júlio Ribeiro (2002), que fora o horror do clero brasileiro na virada do século; chegando a dizer que o livro era, isso sim, uma não-obra, artefato para ser esquecido e jamais comentado novamente, Lins critica o (pífio) aspecto literário da obra (BULHÕES, 2002). Paralelamente, mantinha uma oposição tácita aos escritores doutrinários da fé católica, dizendo-lhes anti-literatos; bem como assumia, na década de 1940, uma forte crítica ao nacional-catolicismo da Espanha franquista (MAIA, 2013; BOLLE, 1979)⁴¹.

Álvaro Lins, ao longo dos seus anos no Rio de Janeiro, convenceu-se da importância do papel intelectual na sociedade brasileira. Pelo lado da crítica, via a literatura como protagonista cultural do país – desprezando os elevados índices de analfabetismo e a introdução do áudio-visual com o rádio, cinema e televisão, que atingia, basicamente, a população alfabetizada (SEVCENKO, 2012) – e a crítica como capaz de orientar o público

⁴⁰ Paulo Rónai (2014) entenderia, anos mais tarde, este estudo como um dos melhores já escritos em língua portuguesa sobre Marcel Proust.

⁴¹ Da mesma maneira, Lins hipotecaria seu prestígio para reavivar nomes do pré-modernismo brasileiro, como Augusto dos Anjos. Também não via problemas em envolver-se diretamente com nomes execrados pelos costumes da época, como Nelson Rodrigues, a quem fez grandes elogios pela controvertida peça *O vestido de noiva* (1943), como também fez severas críticas pelas peças seguintes não estarem à altura da primeira (SILVA JÚNIOR, 2002; PALZONOFF JÚNIOR, 2005). Fato este que, de certa maneira, o próprio dramaturgo reconheceria (RODRIGUES, 2004).

leitor (MAIA, 2013). Como crítico, convencia-se do seu papel de clérigo da verdade, imerso nas discussões de maneira mais pura possível; já como cidadão e intelectual entendia que “o dever dos intelectuais é fazer aliança ‘com o futuro que está lutando por nascer, e não com o passado que está morrendo diante dos nossos olhos’” (LINS, 1963, p. 271). Tentava, portanto, uma posição contra o intelectual clássico, equilibrando-se distante do panfletário e do palácio de cristal ao mesmo tempo.

Provavelmente, *O destino do erudito* de Fichte (2014) nos dá uma importante direção quanto a este papel do intelectual. Segundo o autor, cabe ao erudito ser o primeiro dos cidadãos, conduzindo-os a outros estágios de evolução social, ainda que isto lhe condene às incompreensões e às dores da vanguarda. Era necessário estar à frente e educando, exatamente como a crítica de rodapé brasileira previa. Ser o homem mais sensível e estar disposto ao sacrifício, a verdade e o esclarecimento acima de tudo; era isto que Álvaro Lins parecia querer para si.

II. Os lugares e os expedientes cariocas

A vida carioca, no entanto, não era para puristas. Como já discutido no capítulo anterior, o início da modernização do Estado com o golpe de 1930 não se concluiria rapidamente, permitindo que o país convivesse com dois sistemas antagônicos de burocracia. Ora, um homem chegado em mangas de camisa à capital teria sua inércia devorada pela maquinaria daquele Estado. As componentes críticas do pensamento de Álvaro Lins eram a antítese perfeita às práticas daquele país: maturidade moral e intelectual; condições para ler, entender e ensinar; e vigilância para manter a qualidade literária (SILVA JÚNIOR, 2002). Politicamente, a adesão à capital também era difícil para seus esquemas de pensamento. Tanto Antônio Brasil (1985) quanto Adélia Bolle (1979) vêem Lins como um homem pronto para lutar pela liberdade de pensamento, sempre governado pelo vetor ético; ao invés de um criador de acirramentos políticos, preferia ser um homem fora do jogo partidário, defendendo idéias, mas não pessoas. Por vezes, chegava a denominar-se um “anarquista teórico”, pronto para questionar tudo e para servir às suas convicções.

Como aderir à selva burocrática? Como manter seus movimentos? O lugar no *Correio da Manhã* foi uma importante porta de entrada para a vida intelectual carioca. Em seu estudo, Ubiratan Machado (2012) localiza Álvaro Lins nas livrarias prestigiosas das décadas de 1940 e 1950 do Rio de Janeiro; indício de uma vida social ativa, uma vontade de inserção naquela sociedade. Ou seja, sua noção de liberdade não era traduzida pela figura do erudito ermitão,

distanciado do seu tempo. Pelo contrário, nem mesmo sua crítica denota este tipo de pensamento recluso. Quando da descoberta de João Guimarães Rosa, por *Sagarana*, não deixa de dar relevo às tensões psicológicas do seu tempo que o autor exprimiria também. Para além da questão estético-lingüística (tão cara às discussões sobre Guimarães Rosa), a percepção crítica de Lins alcançava as reflexões possíveis sobre o tempo (FRANÇA, 2007; BOLLE, 1979). De maneira semelhante, produziu na década de 1940 um amargo libelo contra as injustiças das elites políticas nordestinas, discutindo a situação dos mais pobres em Pernambuco (FRANÇA, 2007).

Mas estes indícios não são suficientes para a compreensão da sua entrada na vida carioca. Consta na fortuna epistolar de Gustavo Capanema, ministro da Educação e Saúde do governo Vargas, algumas cartas entre o ministro e Álvaro Lins que nos dão conta do caráter pessoal da nomeação de professor do colégio Pedro II por volta de 1943, incluindo certas bajulações a Capanema. O beija-mão se imprimia com certa naturalidade nos caminhos de Lins, que, em correspondência interceptada pelos órgãos de investigação de Agamenon Magalhães (cujo arquivo guarda esta carta), o crítico escreve ao Recife pedindo a amigos ampla divulgação de seu trânsito com Capanema, que levaria seu nome a Getúlio Vargas. Da mesma maneira, na introdução de seu *Rio Branco* (1945), biografia encomendada pelo Itamaraty por ocasião do centenário do Barão do Rio Branco, Lins nos dá conta de uma rede de influências pessoais que levaram à sua escolha, dela participando Augusto Frederico Schmidt⁴² e Oswaldo Aranha⁴³. Em outras palavras, podemos localizar, com razoável certeza, que Álvaro Lins gozava de um relevante prestígio intelectual já na década de 1940, além de azeitado trânsito social, apesar das já ditas escaramuças. O intelectual independente conseguia também conviver no Estado cartorial sem que isto se traduzisse numa ofensa à sua ética.

Por outro lado, estes anos também são marcados pelos primeiros passos mais robustos das universidades no Brasil. Rio de Janeiro e São Paulo, principalmente, organizavam seus cursos de pós-graduação e os estudos passavam pela especialização acadêmica, quebrando o

⁴² Coincidência ou não, as críticas de Álvaro Lins à poesia de Schmidt levavam o poeta em grande conta num primeiro momento. Ainda que tenha chegado a considerar Schmidt, ao lado de Drummond, como um dos grandes nomes da poesia brasileira do século XX, o crítico achou por bem rever para baixo sua avaliação anos mais tarde (SILVA JÚNIOR, 2002; JUNQUEIRA, 2012).

⁴³ Seja feita a justiça de que no mesmo texto Lins deixa claro que pediu ao Itamaraty plena liberdade intelectual para escrever a biografia (e não um panegírico) de Rio Branco. Inclusive, solicitou que a obra não tivesse caráter oficial, sendo incluída na coleção *Documentos Brasileiros*, dirigida por Gilberto Freyre e Octavio Tarquinio de Sousa. Cabe destacar, ainda, que, contrariando o costume da coleção, além dos costumeiros trinta (ou vinte) exemplares em papel especial tirados fora de comércio; foram impressos outros duzentos exemplares numerados, autografados e finamente acabados (LINS, 1945). Trata-se, muito provavelmente, de um signo de distinção intelectual.

“monopólio” do homem de letras. Na crítica literária, é destacadíssimo o papel de Afrânio Coutinho, quando do seu retorno dos estudos superiores nos Estados Unidos, em 1947. Como aponta Eduardo Maia (2013), a crítica literária brasileira vive um acirrado período de rivalidades entre a crítica de rodapé e as cátedras durante a década de 1940. Para os acadêmicos, a objetividade científica proporcionada pela *nova crítica* superava toda e qualquer erudição na crítica literária; bem como as promessas teórico-científicas ganham apoio institucional no processo de modernização do Estado.

Mais uma vez, o paradoxo se anunciaria. Álvaro Lins se tornava um homem progressista, preocupado com as causas sociais. Quando da redação da Constituição de 1946, usou de seu espaço no *Correio da Manhã* para atacar vários dispositivos daquele texto. Destacam-se entre eles a defesa irrestrita do direito de greve e de livre associação sindical, pontos que o Congresso queria disciplinar (ou sufocar?) na nova Carta. Para Lins, a liberdade do indivíduo deveria sobrepor-se a interesses de grupos, assegurando ao cidadão a ampla defesa de seus interesses e direitos; para ele, o texto era marcadamente capitalista e reacionário quanto à promoção da igualdade de oportunidades, ponto fundamental em seu pensamento político. Até aí, seguia parte do ideário da Igreja católica do pós-guerra, que, apesar de temer o comunismo, tinha preocupações com as disposições anti-cristãs do sistema capitalista, que subverteria a igualdade inerente aos homens. Porém, as acusações contra a Constituição também alcançariam a proibição do divórcio, enquanto a moral católica exigia, a todo custo, a preservação do sacramento do matrimônio. Para o crítico, o matrimônio era foro íntimo, não cabendo ao Estado qualquer intromissão quanto a isto. Mais simplesmente, Lins passava a defender a modernização do Estado brasileiro. Tal como fizeram outros homens de sua época, haja visto o primeiro capítulo, ele seria mais um a condenar os expedientes do Estado cartorial, ao qual ele acostumara-se (LINS, 1953; BRASIL, 1985).

Curiosamente, ao mesmo tempo em que se aferrava contra Afrânio Coutinho⁴⁴, Lins tinha um bom trânsito entre outros meios acadêmicos. Localizamos o livro *História da literatura brasileira – prosa de ficção (1870-1920) (vol. XII)* de Lúcia Miguel Pereira (1950), que nos traz os indícios de uma história literária organizada e dirigida por Álvaro Lins para a coleção *Documentos Brasileiros*. No índice geral da obra, localizamos o plano de quinze volumes, num esforço coletivo de, a partir das suas singularidades, montar um conjunto de

⁴⁴ Quanto à mobilidade das visões e das críticas no debate entre rodapé e cátedra, Maia (2013) é felicíssimo ao localizar, entre os livros de Álvaro Lins, uma dedicatória bajuladora de Afrânio Coutinho ao intelectual. Academia e intelectualidade ainda se debatiam num todo amorfo dentro do pensamento brasileiro.

obra que “atualizasse” o conhecimento sobre a literatura brasileira organizado nas histórias literárias de José Veríssimo e de Sílvio Romero. O planejamento proposto por Lins envolvia acadêmicos como Aurélio Buarque de Hollanda, Sérgio Buarque, Câmara Cascudo e Gilberto Freyre; como também previa o emprego de técnicas modernas de pesquisa e a sintonia com os avanços historiográficos da primeira metade do século. Infelizmente, o planejamento fazia com que as obras saíssem na ordem em que fossem concluídas, e apenas dois volumes chegaram ao prelo⁴⁵.

Apesar da evidente perda bibliográfica que foi o fracasso da obra, isto nos oferece uma evidência interessante quanto à condução intelectual de Álvaro Lins. Apesar de açoitado pela academia, não fez da universidade sua inimiga pela conservação da erudição. Ao contrário, buscou o conhecimento especializado e os nomes que o conhecimento científico revelava no país. Não nos deixa distorcer esta maleabilidade do crítico o seu próprio plano de obra: o segundo volume da coleção cuidava do pensamento filosófico e científico sobre a literatura. O seu compromisso com a personalidade crítica, portanto, não lhe fechava o campo de visão, mas, antes, o depurava e lhe permitia contatos profícuos com a academia. Da mesma maneira, José Honório Rodrigues elogiou as reflexões historiográficas de Álvaro Lins na biografia do Barão do Rio Branco e na crítica de outros estudos (SILVA JÚNIOR, 2002).

Ainda sendo vice-presidente da UNESCO no Brasil entre 1946 e 1952, quando parte para a cadeira de Estudos brasileiros da Universidade de Lisboa, Lins não pode ser resumido ao crítico ultra-personalista. Seus lugares na intelectualidade de sua época encontravam sustento em suas ações e seus escritos. O que Afonso Arinos tentou pintar como destemperado começa a mais parecer uma inteligência aguda e disposta às lutas que lhe surgirem.

III. Enfim, a política

Entre 1952 e 1954, o “anarquista teórico” seria nomeado pelo embaixador João Neves da Fontoura para a cadeira de Estudos brasileiros na Universidade de Lisboa. Mais uma vez, a influência pessoal vinha à baila, mas não se enviava um político para Portugal, e sim um intelectual, que, por repetidas vezes, colocara sua retidão de idéias acima das conveniências pessoais e políticas. O mesmo homem, que reconheceu no marxismo uma interessante janela de interpretação literária e uma fonte importante para os intelectuais do século XX (MAIA,

⁴⁵ Além do livro já citado, foi publicado, em 1952, *História da literatura brasileira – literatura oral*, de Câmara Cascudo.

2012) e que, em 1946, defendera a existência do partido socialista no Brasil, atribuindo-lhe um importante papel no jogo político (LINS, 1963), era enviado para o Portugal salazarista para ocupar uma cátedra de difusão cultural.

A bem da verdade, Lins tinha sido um de tantos intelectuais brasileiros que foram tocados pela diplomacia cultural portuguesa: seus estudos literários sobre Eça de Queirós e Antero de Quental o colocaram no radar do governo português, que o convidou em 1948 para conhecer as principais cidades portuguesas, além de ter uma audiência com Salazar (LINS, 1956). Na oportunidade com o chefe de governo, em consonância com o momento intelectual brasileiro, citou Dom Luís da Cunha em comunicação (*apud* LINS, 1956, p. 70): “convido Vossa Majestade a governar de costas para a Europa e de frente para a América, com os olhos postos no Brasil”. O idílico das suas impressões quanto a Portugal o fez superar até mesmo a reação lacônica de Salazar, que ainda dir-lhe-ia orgulhar-se de ter mantido Portugal fora da guerra, poupando as mães lusitanas ao sofrimento (LINS, 1956). Mas, de qualquer maneira, o controle que as autoridades portuguesas poderiam ter sobre o novo professor, sem que isto causasse um incidente, era mínimo.

Segundo Baena Soares (2006), durante este período Lins trava relações, basicamente, com a claudicante oposição portuguesa, os discordantes “toleráveis” do regime. Isto tende a ser corroborado levando-se em conta que, no início da década de 1950, esta era uma característica do regime português, cuja estabilidade permitia certo relaxamento para dar aparências democráticas ao país. A desorganização das oposições e a prisão dos inimigos do regime na comoção da guerra deixaram uma oposição “domesticada”, com a qual, provavelmente, Lins fez amizade no período. Um outro episódio também indicaria as noções éticas e pessoais que orientavam Álvaro Lins mesmo numa missão cultural. Quando da crise que derrubaria Fontoura da chancelaria, em 1953, conta o próprio diplomata (FONTOURA, 1956) ter sido procurado pelo crítico, que desejava entregar o cargo em Portugal em solidariedade ao amigo; que insistia na retidão pessoal acima da política⁴⁶.

Permanecendo até o final do triênio 1952-1954, Lins retornou ao país não mais para seus rodapés, mas sim para a editoria política do *Correio da Manhã*, deixando, também, a função de consultor da divisão cultural do Itamaraty. E é quando da crise da posse de JK que seu caminho volta a mudar. Assumir uma posição a favor da posse, significava, também, mais

⁴⁶ Portugal também não faria por menos no sentido da politização da missão cultural. Como Lins (1960) recordaria em seus diários diplomáticos, o chanceler português, Paulo Cunha, assumira a condução cerimonial da aula inaugural da cátedra de Estudos brasileiros em 1953. Em 1957, o próprio Paulo Cunha referir-se-ia ao ato como movimento de política internacional.

uma vez o afastamento com relação ao catolicismo, que se alinhara à UDN no ano anterior e que tinha larga presença no *Clube da Lanterna* de Carlos Lacerda. A certeza pela defesa inequívoca da posse, colocou-o na linha de frente dos novembristas. Vinte e cinco anos mais tarde, Drummond (1970) veria nisto um prejuízo à sua crítica, que só seria retomada e especializada em 1960, com um Álvaro Lins cada vez mais distante da política, principalmente depois de 1964 (BOLLE, 1979; SILVA JÚNIOR, 2002). Seus rodapés seriam mudados substancialmente, deixando de ser “a reitoria das letras brasileiras”, como chamou João Cabral de Mello Neto (*apud* SILVA JÚNIOR, 2002, p.127), para converter-se numa trincheira de defesa democrática.

A despeito dos ataques da *Tribuna da Imprensa*, a editoria de Álvaro Lins, insistia em declarar Juscelino Kubitschek como presidente eleito mesmo em 1955, ainda que não houvesse sido reconhecida a vitória pelo Tribunal Superior Eleitoral – o que só se daria em janeiro de 1956. A disposição para a polêmica, ao que tudo indica, dava-se de maneira desinteressada, uma vez que editorialista e presidente não se conheciam (BOJUNGA, 2010). O tom dos editoriais de Lins estava mais voltado à preservação da experiência democrática, como já estivera durante os debates da Constituição. A preocupação era, antes de tudo, institucional e legal. Mesmo tendo condenado a Carta e seus dispositivos esquizofrênicos, dizendo que o resultado evidente seria ou o marasmo ou a ditadura (LINS, 1963), Álvaro Lins insistia no respeito às regras estabelecidas.

Como já discutido no primeiro capítulo, Lins era um dos novembristas de primeira hora, quando nem mesmo a totalidade do PSD apoiava a posse do seu candidato. Dar-lhe um lugar no governo, portanto, era assegurar a estabilidade com a imprensa e um defensor afiado. Sua nomeação para a Casa Civil teve um efeito duplo. Por um lado, Lins converteu-se num assessor aguerrido, conselheiro ao lado do presidente para as crises dos primeiros meses de governo. Na biografia de Juscelino, Bojunga (2010) se refere, sem desenvolver detalhes, à exigência presidencial quanto à presença de Álvaro Lins nas discussões para administrar as crises. Nas noites cariocas que ainda não assentavam tão bem com o novo presidente, Lins era uma presença certa nas reuniões delicadas que Kubitschek convocava fora do Palácio do Catete.

Por outro lado, era um desastre em assunto de articulação política e de facilitação do trabalho burocrático. Em entrevista, Sette-Câmara afirma que Álvaro Lins não dispunha do menor traquejo burocrático que a função exigia. A inoperância generalizada da burocracia da Casa Civil travava exatamente a via mais fácil de acesso à presidência, constituindo um cunha nas engrenagens da faceta cartorial do Estado brasileiro. Seu caráter voltado às investigações

e as reflexões não suportava a exigência rasteira do cargo, incompatibilizando-o progressivamente com os políticos, que, por definição, pouca relação tinha com as preocupações intelectuais do chefe da Casa Civil. Adicione-se a isto que a maneira de estruturar a burocracia empreendida por Juscelino era bastante personalista. Armando Falcão (1989), quando colaborando com a pasta da Saúde, diz que até mesmo a primeira dama, dona Sarah Kubitschek expedia pedidos e ordens para a burocracia. O cipoal de papéis e de pedidos exigia um homem ágil para as demandas do cargo.

Além disto, a leitura dos jornais de 1956 deixa evidente o mal estar crescente gerado pela presença de Álvaro Lins. Inábil para atuar do outro lado da imprensa, expedia notas confusas, indispuera-se até mesmo com o seu *Correio da manhã*⁴⁷, que, mais agressivo do que o próprio Lacerda, acusava Lins de negligência em nomeações e de demoras absurdas na verificação de denúncias de corrupção. Pelas autarquias, pedidos de demissão começavam a ser divulgados à imprensa e as reclamações tinham como fulcro as demoras de Álvaro Lins. Desta forma, toda a possível gratidão presidencial que pudesse assistir-lhe na Casa Civil era insuficiente para quitar os danos políticos da sua presença no coração do governo. A simpática embaixada em Portugal se anunciava como uma grande saída honrosa.

Decidida sua nomeação em maio de 1956 – num governo que tomara posse em 31 de janeiro do mesmo ano –, Álvaro Lins se entende recompensado e passa a atuar na transição da Casa Civil. Com declarações desencontradas à imprensa, também era comum que o futuro embaixador aumentasse as ansiedades políticas quanto ao seu sucessor⁴⁸. Com o pronto *agrément* português, Lins passou a fazer gestos simbólicos em direção à sua ida para Lisboa; dos quais, dois são importantes para o nosso estudo.

Primeiro, a 10 de junho, comemorava-se o dia de Portugal e a Federação das Associações Portuguesas convidava o presidente da República e o próximo embaixador em Portugal para as comemorações no icônico Real Gabinete Português de Leitura, em celebração a Luís de Camões. A imprensa brasileira dava conta da satisfação portuguesa pela nomeação de Álvaro Lins como embaixador e seria o discurso no Real Gabinete seu primeiro grande ato político nesta nova situação, entre saudações de empresas brasileiras à comunidade portuguesa. Segundo o *Correio da Manhã* de 12 de junho, estavam presentes à sessão magna:

⁴⁷ O governista *A última hora* atribuíra esta posição do *Correio* por perseguição pessoal de um novo diretor contra Álvaro Lins. De qualquer maneira, o chefe da Casa Civil levava consigo indisposições pessoais de peso na imprensa para dentro do governo.

⁴⁸ Apesar das especulações da imprensa em torno dos nomes de Sobral Pinto e de Tancredo Neves, Nunes Leal acabaria assumindo a Casa Civil no segundo semestre de 1956.

Juscelino Kubitschek; António Faria, embaixador de Portugal; Negrão de Lima, prefeito do Distrito Federal; ministros de Estado; congressistas; escritores e jornalistas; e membros destacados da colônia portuguesa. Evidentemente, a maior atração era o discurso sobre Camões de Álvaro Lins.

Os primeiros discursos correm sem maiores sobressaltos. António Faria apresentava elogios aos dotes intelecto-culturais de Álvaro Lins, definindo-o como um presente brasileiro para Portugal. Catedrático de Coimbra, Manuel Lopes de Almeida exaltava a comunidade luso-brasileira e a irmandade dos povos. Kubitschek festejava a escolha de Lins, laudava a comunidade portuguesa e a grandeza de Camões, anunciando um momento de elevar o nome do Brasil em Portugal e de estreitar laços. No entanto, segundo os jornais consultados, Álvaro Lins não se fez presente à cerimônia, chegando ao final “por motivos de força maior”⁴⁹; porém mandara seu discurso para ser lido por seu secretário, Francisco de Assis Barbosa.

Não bastasse a evidente falha protocolar, o discurso de Álvaro Lins escondia outra gafe diplomática. A concisão dos demais oradores foi extrapolada pelo ímpeto literário do futuro embaixador: seu *Discurso sôbre Camões e Portugal* (LINS, 1956) contava com inacreditáveis 85 páginas. Que Barbosa o tenha lido a uma razão de dois ou três minutos por páginas o secretário tomou de 170 a 255 minutos da audiência com argutas considerações de Álvaro Lins sobre a obra camoniana. Pior: das 23 seções do discurso, apenas quatro tinham um caráter político; ou seja, que de fato interessavam àquela audiência. As demais, cobriam a obra camoniana num esforço crítico tão profundo intelectualmente quanto irrelevante politicamente. Enveredando pelo discurso, outro erro diplomático salta aos olhos nas primeiras páginas: faz uma alusão a uma “infeliz piada” da época, segundo a qual Portugal teria duas glórias, *Os lusíadas* e o Brasil.

O correr do discurso tentava unir o discurso culturalista à crítica literária, mas os resultados eram duvidosos. Como aponta António José Saraiva (2010), Camões louva o povo português e sua bravura, mas não seus monarcas, por vezes pintados como néscios culpados pelas misérias pessoais do poeta. Louvar a bravura de um povo para tentar elogiar um Estado que quer controlá-lo? Ainda que poeta nacional, Camões (2007) não hesita em subverter a ordem, questionar os motivos das grandes navegações, apontar contra os governantes os olhares desconfiados. Não é acaso, portanto, que Lins (1956) acabe usando as figuras da

⁴⁹ A *Última Hora* de 12 de junho diz que dona Heloísa Lins, sua esposa, sofrera uma queda no dia 10, ficando em coma durante algumas horas; justificando a ausência do marido. O mesmo reporta a *Tribuna da Imprensa* de 10 de junho.

Revolta dos 18 do forte para pensar nas forças portuguesas; mas o faz para saudar um governo que quer o vigor da hierarquia.

Apesar das facilidades dos lugares comuns, Lins as evita. Segundo Leodegário Azevedo (2007), um dos raros exemplares da primeira tiragem d'*Os lusíadas* está no Instituto Histórico Geográfico Brasileiro (IHGB), sobre o qual paira a lenda de ter pertencido ao próprio Luís de Camões. Da mesma maneira, havia uma outra edição *princeps* no próprio Real Gabinete, bem como a edição de 1670 que acompanhou Gago Coutinho e Sacadura Cabral na travessia aérea para o Rio de Janeiro. Ou ainda, o próprio prédio do Real Gabinete partia de um esforço cultural binacional, no qual Machado de Assis contribuíra com sua peça *Tu, só tu, puro amor*, por ocasião do lançamento da pedra fundamental da atual sede (REAL GABINETE PORTUGUÊS DE LEITURA, 1977). O lugar comum das boas maneiras diplomáticas se oferecia à farta para Álvaro Lins escrever um discurso de inteligência exaltando a amizade entre os dois países. Mesmo sua bibliografia era um farto campo para este propósito, podendo lembrar também de seu esforço em parceria com Aurélio Buarque (1956) no recente *Roteiro literário do Brasil e de Portugal*⁵⁰.

De política bem feita, pouco se viu na ocasião. As prováveis três horas de discurso passavam pela política em poucos momentos. Primeiro, numa, enfim, hábil manobra argumentativa, Álvaro Lins se deteve numa passagem d'*Os lusíadas* em que a América portuguesa aparece como a quarta parte do mundo, lugar paradisíaco dum reino novo; ignorando as outras três passagens do texto camoniano em que a América é acorrentada como colônia e possível fonte de sustento. Depois, exalta sua alegria pessoal com Portugal, lugar donde se sente natural, visto que a comunidade formada pelo luso é inquebrantável, tornando a Goa tão portuguesa – culturalmente – quanto o Minho. Se por habilidade política ou se por acaso, exaltava a capacidade portuguesa de “civilizar”, de fazer um mundo novo, no qual não havia dominadores e dominados. Por fim, ainda acenava com simpatia para a figura de um Salazar zeloso ao extremo com seu povo.

Ainda que os impactos tenham sido discretos na imprensa brasileira – provavelmente, pela estatura intelectual do discurso –, aquelas horas no Real Gabinete podem encerrar em si algumas pistas sobre o comportamento politicamente inadequado de Álvaro Lins.

⁵⁰ Nem mesmo autores marcadamente binacionais, como padre Antônio Vieira e Tomás Antônio Gonzaga foram utilizados. Ou ainda, poderia ser lembrado o lusitaníssimo Antônio Ferreira, primeiro escritor a encampar a língua portuguesa, ponto de união entre os povos, como sua língua única (SARAIVA, 2010). Excluímos com segurança a possibilidade de Álvaro Lins desconhecer qualquer um dos três autores, uma vez que todos constam em seu *Roteiro Literário do Brasil e de Portugal* (BUARQUE, 1956).

Principalmente, porque acontecimentos semelhantes se repetiriam no mês seguinte, quando da sua posse na Academia Brasileira de Letras.

Segundo seu amigo Manuel Bandeira (2009), a noite de 7 de julho de 1956 do Petit Trianon ficaria marcada pelos desencontros do novo imortal. Atraindo, novamente, o presidente da República e outras proeminentes figuras do governo, a posse de Álvaro Lins não passaria despercebida pela imprensa carioca. Onde Bandeira vira um homem tímido e profundamente emocionado com a cerimônia (e, por isso, estabonado), a imprensa oposicionista veria um oportuno alvo. Unânimes, ninguém omitiu que a cerimônia tinha ares de tragicomédia social. Atrasado por horas⁵¹ e nem um pouco aclimatado ao fardão, com seu penacho e espadim, Lins chegou já pela madrugada tendo embaixo do braço um discurso de 206 páginas, lidas aos solavancos do nervosismo e do desconforto das vestes (LINS, 1956a; BANDEIRA, 2009). Mais uma vez, chegava o crítico com um estudo exaustivo sobre seu tema, academicamente brilhante, desta vez sobre seu antecessor Roquette-Pinto. É certo que sua aclamação (Fontoura citaria a unanimidade de sua eleição) para a cadeira 17 da ABL se dera por sua capacidade intelectual ímpar, que, segundo seu receptor, João Neves da Fontoura (1956), era talhada para a Academia; porém a sensibilidade política, mais uma vez, falhava-lhe. Principalmente, se compararmos suas 206 páginas com o discurso de recepção preparado por Fontoura, com 58 páginas. A desordem foi tal que o tradicional cerimonial da Academia deve de ser abreviado por conta do cansaço da audiência. Confirma-se, portanto, uma certa inabilidade para as questões de protocolo político do novo embaixador, sempre mais preocupado com a precisão intelectual.

Grosso modo, parece não ser completamente equivocado dizer que Álvaro Lins era um homem açoitado pelas transformações de seu tempo, cujas dinâmicas, ainda que pudessem ser por suas idéias interpretadas, começavam a excluí-lo de suas redes conceituais. Talvez, Pedro Calmon (2002) tenha sido feliz em sua história social ao notar que a geração que viveu o final da República Velha carecia de um sentido de ordem, de uma busca pela verdade estável, que a insanidade política brasileira negava-lhe. Álvaro Lins parece ter sido um destes homens, que, apesar de terem uma leitura invejável do seu tempo, já não eram capazes de seguir seus avanços pelo anacronismo de seus horizontes cognitivos. Havia, portanto, uma ruptura na coluna do tempo e por ela escapavam os inadaptados. Porém,

⁵¹ Sette-Câmara diz ter sido responsável por buscar Álvaro Lins em casa, encontrando-o sem o fardão e ainda escrevendo o discurso sob efeito de remédios psiquiátricos. Ao que se seguiria, o diplomata descreveu como um “desastre completo”.

enquanto eram incompatíveis, estes homens também deixavam suas marcas e suas contribuições neste mesmo tempo que, de certa forma, os excluía.

Capítulo III

AS MÚLTIPLAS MISSÕES EM PORTUGAL

A HORA E A VEZ DA PRÁXIS

“*Se Deus vier, que venha armado.*”

(João Guimarães Rosa)

Alcançamos, finalmente, o último e mais importante capítulo desta dissertação. Pretendemos, aqui, dar a resposta para a pergunta de pesquisa à qual nos propusemos na introdução, *Como e sobre que bases político-intelectuais se deu o período da embaixada de Álvaro Lins?* Trata-se de dedicarmo-nos, agora, sobre o período entre 1956 e 1959, ao longo do qual Lins foi embaixador em Portugal.

Uma vez estabelecidas as duas dimensões do nosso estudo nos dois capítulos anteriores, fazemos aqui não só seus cruzamentos necessários para a construção de um quadro sobre o qual repousem as discussões sobre o tema agora em tela, mas também a conversão de suas informações em chaves interpretativas fundamentais para a construção de um argumento. Alcançamos esta última fase da dissertação ainda imbuídos da certeza de que não poderíamos propor avanço algum nas já existentes leituras sobre o período sem apresentarmos e utilizarmos estas chaves. Ainda que esteja aqui o fulcro da dissertação, insistimos que a construção do cenário, do tempo e do homem no tempo foi percurso *sine qua non* para alcançarmos as conclusões aqui apresentadas.

Desta forma, organizamos o presente capítulo em algumas fases de discussão. Primeiramente, introduzimos a nomeação, a posse e a chegada de Álvaro Lins à embaixada de Portugal. Este primeiro destaque criou seu espaço próprio na nossa redação por conta de surpresas surgidas ao longo do nosso trabalho de arquivo, que nos revelou uma dinâmica tão rica quanto conturbada nos primeiros passos de Álvaro Lins. Nossas percepções iniciais sobre as dificuldades políticas atravessadas pelo governo Kubitschek não apontavam para os desafios internos com os quais teria de bater-se um embaixador enviado para um cargo bastante estável e simbólico. As prebendas, as arestas com a UDN e as inimizades políticas, à primeira vista, não nos pareciam ter relevo o suficiente quando se trata de política externa e da articulação em torno de uma embaixada. Ledo engano. Tanto por seu volume, quanto por uma leitura mais cautelosa, esta porção da história foi revelando-se, ao mesmo tempo,

necessária para a compreensão do que aconteceu em torno da embaixada em todo o período – e, evidentemente, na composição das forças quando do caso Delgado – e capaz de gerar fontes para a composição tanto do espaço de experiência quanto do horizonte de expectativas do novo embaixador. Ou seja, tentamos compreender, primeiro, três aspectos deste momento; a posse em si; o clima que cercava o envio do novo embaixador e os significados desta mudança; e, enfim, qual era a agenda política que se supunha ser desenvolvida a partir da chegada de Lins a Lisboa.

Num segundo momento, aí sim, passamos a investigar a vida da embaixada, a prática, o movimento daquilo que conseguimos organizar em idéias e em intenções até então. Naturalmente, ao mesmo tempo em que interpretamos e construímos os atos à luz das imagens e das possibilidades que aventamos anteriormente, também cotejamos estas frente à realidade material, à vida empírica. Deste duplo movimento, depuramos, aí sim, uma história político-intelectual do período, teoricamente vazada em direções estratégicas de maneira a poder ser inundada pelas informações que a sustentam. Em outras palavras, submetemos aqui nossa visão teórica de história a um grande teste perante o qual observamos ser capaz de compor um todo explicativo robusto o suficiente para transbordar algumas conclusões. Acreditamos ter alcançado uma estrutura argumentativa-interpretativa que não naufrague pelo peso da imensidão dos dados sem direção intelectual, mas que nem padeça da porosidade de uma abstração injusta à dinâmica que observamos nas duas dimensões anteriores. Como é o tema menos mapeado pela bibliografia sobre as relações Brasil-Portugal, entendemos por bem tratá-la destacadamente com relação ao caso Delgado. O risco de um desequilíbrio de atenções sobre os dois pontos em decorrência da relevância do incidente do asilo nos levou a considerar, primeiro, os três primeiros anos da missão em todas as suas possibilidades, sem organizá-los teleologicamente com direção à entrada do general na embaixada. Sobretudo, não é razoável em uma dissertação com a estruturação que esta teve até aqui tomarmos por “natural” a equiparação de atenção dada a três anos àquela dedicada aos últimos quatro meses de missão.

Por sua vez, temos, na terceira seção deste capítulo, um sobressalto interessante. Concluimos que os esquemas organizados no primeiro capítulo acerca da situação portuguesa quando da ida de Lins para Lisboa se tornaram perigosamente frágeis para que a dissertação avançasse sem uma atualização de visões. Em nossas pesquisas, fomos mais uma vez surpreendidos pela importância de transformações político-intelectuais normalmente relegadas ao segundo plano. Não poderíamos, desta forma, desenvolver uma análise suficientemente estruturada sobre o caso Delgado sem antes compreendermos bem as

transformações vividas por Portugal no período eleitoral de 1958. A defasagem interpretativa e o encastelamento diplomático, que o descarte da discussão sobre este período provoca, introduziria um viés fatal para o bom funcionamento da nossa organização teórica no final da dissertação e na porção do tema mais irrigada por pesquisas anteriores.

Eis, então, na quarta seção, o famigerado caso Delgado. Neste ponto da pesquisa, talvez, esteja o apogeu dos nossos esforços micro-históricos, já que tanto a riqueza documental quanto a natureza do tema nos permite uma rica aplicação deste método. Ao irmos além dos arquivos do Itamaraty e ao tratarmos as memórias diplomáticas de Lins sobre o caso, *Missão em Portugal*, como uma fonte primária – ou seja, submetendo-a a rigorosa crítica – criamos aqui uma janela para novas interpretações e novas informações sobre o caso, principalmente quando associamos a produção doméstica à bibliografia portuguesa. Desta forma, assim esperamos, compusemos uma argumentação multi-facetada e enriquecida com preocupações que escaparam aos outros trabalhos sobre o assunto, os quais, por questões de escopo, não puderam, por exemplo, deter-se nos significados da figura do general Humberto Delgado quando do asilo ou, ainda, das pressões portuguesas para além da perseguição política, como os fatores simbólicos que estavam imbricados no caso.

Por fim, dedicamo-nos a uma reorganização geral do quadro que esboçamos ao longo de toda a dissertação. A última seção deste capítulo tem por objetivo básico interpretar os significados e apontar os desdobramentos da embaixada de Álvaro Lins. Para além de uma conclusão, reafirmamos aqui uma concepção apontada na nossa introdução: a polissemia inerente à nossa pergunta de pesquisa. Em outras palavras, este último esforço argumentativo tem por finalidade a superação da própria pergunta, indicando lugares intelectuais que as respostas obtidas aqui podem ocupar. Encerramos este capítulo com uma inversão da equação, já que, primeiro, apontamos os resultados básicos da missão para reorganizarmos o quadro básico das relações Brasil-Portugal e, depois, indicamos suas possíveis causas para retomarmos o diálogo com a realidade político-intelectual brasileira e com as componentes do pensamento de Álvaro Lins.

De uma maneira geral, este capítulo coloca todo o arcabouço teórico-metodológico em movimento e em contato com as intuições e convicções intelectuais expostas e defendidas na introdução. A tristeza, finalmente, foi estudada em vida e dissecada em seus significados póstumos.

I. Tudo precisa mudar para continuar igual

Após menos de seis meses à frente da Casa Civil, Álvaro Lins passava a dedicar-se à sua ida para Portugal. Segundo Sette-Câmara, era preciso retirá-lo do Rio de Janeiro ao mesmo tempo que Juscelino lhe devia muito pelo apoio dado à posse. A solução da equação parecia perfeita e com razão, já que os jornais portugueses reproduzidos no Brasil saudavam a escolha de Lins como um presente brasileiro a Portugal, ao mesmo tempo que Kubitschek animava esta versão dizendo que enviava um amigo a Lisboa para falar mais próximo ao povo português. Igualmente, a saída honrosa satisfazia a política doméstica, cujas pressões diminuiriam sem os desacertos já comuns na Casa Civil.

Apesar do desacerto no Real Gabinete, Lins (*apud* BRANDÃO, 2015, pp. 218-219) enviaria uma carta a Salazar em julho de 1956 falando de sua satisfação de voltar a Portugal e enviando-lhe cópia do *Discurso sobre Camões e Portugal*, além de relembrar a audiência de 1948. Segundo o *Correio da manhã*, Lins disse, a 24 de junho, para a United Press, que sua missão seria governada pelo bom senso e pela boa vontade, desejando por em prática os tratados já existentes entre os dois países. Na mesma esteira, em julho, os jornais portugueses governistas *Diário de Lisboa* e *O diário de notícias* se colocavam a serviço do novo embaixador para estreitar ao máximo os laços de amizade entre Brasil e Portugal; bem como Peregrino Júnior, presidente da ABL, definia, à imprensa portuguesa, o novo embaixador como amigo sincero e devotado a Portugal, como também capaz de levar consigo o prestígio presidencial e a vontade brasileira de uma ação cordial e afetiva com Portugal.

No plano interno, a nomeação, que esperava a sabatina no Senado, dividia as opiniões discretamente. Se na *Tribuna da imprensa* era comum aparecer notícias sobre a reprovação do corpo diplomático quanto às idéias do novo embaixador; a *Última hora* e o *Correio da manhã* reforçavam a aprovação do povo português ao nome de Álvaro Lins, como o homem capaz de selar um novo momento das relações. Paralelamente, ao mesmo tempo que Sette-Câmara afirma que, de início, Lins provocou desgastes com quadros lusófilos do Itamaraty; Baena Soares (2006), já alocado em Lisboa, lembra dos quadros mais jovens do corpo diplomático, animados com a possibilidade da superação da visão do Portugal avozinho.

Surpreendentemente, a sabatina no Senado, ocorrida em 28 de agosto de 1956, ocorreu sem maiores sobressaltos políticos, nem grandes reverberações na imprensa. Os jornais dão conta de que se tratava de uma sessão fechada e de votação secreta, da qual poucas informações vazaram. Entre eles, estava uma insistência “desnecessária” de Lins para dissertar sobre a questão da Goa e sua descolonização, disposto a colocar, de qualquer

maneira, em debate um ponto delicado da política externa brasileira e das relações bilaterais. Do ponto de vista comercial, Lins apresentara algumas idéias próprias, que, segundo fontes do Itamaraty disseram à época, eram de inteira responsabilidade do embaixador, que nem as teria submetido ao presidente. Dentre elas, visando a inserção do café brasileiro na Europa em reconstrução, Lins teria proposto a mistura do café brasileiro aos grãos angolanos para enriquecer os laços comerciais das pautas exportadoras de duas economias paralelas, como eram a brasileira e a portuguesa⁵². De qualquer forma, a votação secreta da Comissão de Relações Exteriores aprovou seu nome por sete votos a um; e o plenário da Casa ratificou a decisão por 40 votos a dois⁵³.

A correspondência de Lins com o Itamaraty informa que apresentou suas credenciais ao presidente Craveiro Lopes em 18 de dezembro de 1956⁵⁴, citando uma deferência especial à sua chegada em Lisboa. Os primeiros diálogos teriam girado em torno do consenso sobre a necessidade de dinamizar as relações, principalmente com a regulamentação do Tratado de Amizade e Consulta de 1953.

O diagnóstico traçado por Lins das relações com Portugal nestas comunicações apontavam em duas direções. Primeiro, o nível raso das relações econômico-comerciais com Portugal, as quais manifestava vontade de dinamizar. Segundo, os problemas da difusão cultural dos dois países, cujos impasses políticos inviabilizaram outrora um acordo ortográfico e dificultaram os avanços na criação de cátedras mais dinâmicas de estudos portugueses e brasileiros em termos de reciprocidade. Para o novo embaixador, era necessário dar mais resultados às relações, superando a eloqüência dos discursos culturalistas.

Craveiro Lopes também sinalizava na direção de relações mais realizadoras, no entanto, fazia-o lançando mão do mesmo discurso afetivo que estagnara as relações entre dois países. Cobrira de elogios o embaixador-intelectual, bem como o presidente brasileiro e seu país. No momento de discutir, de fato, a conversão do Tratado de 1953 na alardeada comunidade de povos; Lopes não media esforços para deixar evidente a exigência soberanista portuguesa.

⁵² Idéia de qualidade muito discutível, uma vez que o Brasil cultivava, via de regra, a variante arábica do café, muito distinta daquela produzida na África subsaariana. Ou seja, os grãos brasileiros e angolanos possuem características, provavelmente, excessivamente díspares para serem simplesmente misturados.

⁵³ Infelizmente, uma aguerrida discussão ao final do expediente da aprovação plenária do novo embaixador acabou por tumultuar as notas taquigráficas, que não registraram nos anais do Senado a votação da nomeação de Álvaro Lins.

⁵⁴ Coincidência ou não, o novo embaixador levaria nove dias para expedir três cartas informando o Ministério sobre o assunto. Mais uma vez, encontramos indícios das dificuldades burocráticas de Lins.

Não é difícil compreender, portanto, que o envio de Álvaro Lins para Lisboa era, antes de mais nada, a glória retórica das relações. O presente de Kubitschek a Portugal deveria agir mudando tudo para deixar tudo à sua maneira. A inércia das relações se encarregaria de regulamentar “adequadamente” o tratado, bem como a baixa densidade comercial e cultural das relações poderia subsistir por anos com o anêmico envolvimento brasileiro. Brasil e Portugal pareciam ter combinado um jogo de cartas marcadas por ambos, mas o novo operador da política externa parecia não estar totalmente consciente disto.

II. A ilusão e o sobressalto

Ao partir para Lisboa, Álvaro Lins (1960) acreditava estar guardado por duas garantias. A primeira, fizera-se mensageiro pessoal de Juscelino Kubitschek, portando cartas diretas a Craveiro Lopes e Salazar, além de credenciais que lhe endossavam a inteligência e sua representatividade para o país. Na sua apresentação, o presidente escrevera que abrisse mão de um importante quadro do seu governo para render um tributo à amizade entre os países, dando à embaixada e a Portugal a presença de um amigo fraterno. Disto, resultou a longuíssima entrevista do novo embaixador com o presidente Lopes, que duraria cerca de três horas e que renderia as impressões discutidas anteriormente.

No outro bolso, entendia levar consigo a relevância política do seu posto. Ainda em setembro de 1956, o presidente expedira, uma carta ao seu chanceler, José Carlos de Macedo Soares, pedindo que todas as decisões que envolvessem Portugal passassem pela mesa do novo embaixador, bem como todos os consulados e os diplomatas estivessem cientes desta nova disposição. Não espanta, portanto, as vias de sinceridade em que entra a conversar com o chanceler português em dezembro do mesmo ano, dizendo que não há uma política real entre Brasil e Portugal, que não a grandiloquência vazia da afetividade (LINS, 1960).

O que não via o novo embaixador, nem mesmo no rescaldo de suas memórias diplomáticas, era o caminho do seu isolamento. Uma busca nos três principais jornais cariocas – *Última Hora*, *Tribuna da Imprensa* e *Correio da Manhã* – revela que o nome Álvaro Lins esmaeceria nas suas páginas ao longo de 1957 e de 1958. O seu poder inequívoco não se anunciava, uma vez que, quando não personagem de tristes piadas, seu nome mais circulava nas colunas sociais do que no caderno de política. O exílio discreto começara com tonalidades de força política. A ilusão se armava.

Sua rotina nos primeiros meses reforçava esta distorção de percepção. Cruzando seus telegramas e suas memórias, percebe-se uma vida social agitada, sendo o único embaixador

estrangeiro convidado para a recepção da rainha Elizabeth II no Palácio da Ajuda em 1957. Da mesma maneira, sua participação na sociedade portuguesa vai mostrando-se viva. Além das velhas amizades com a oposição portuguesa, da qual nos dá conta Baena Soares (2006), Lins registra em suas memórias a participação nos círculos monárquicos e artísticos, como a casa de Amália Rodrigues, cantora maior de Portugal e discreta admiradora do salazarismo (BRANDÃO, 2015).

Politicamente, porém, a vida portuguesa o enredava discretamente. Cada vez mais animado com os assédios de ministros portugueses, cheios de deferências ao Brasil e ao seu presidente, os telegramas de Álvaro Lins vão perdendo precisão pelas leituras interpessoais que faz da situação portuguesa. Por exemplo, suas simpatias com o chanceler Paulo Cunha produzem uma impressão constante de confiança em sua correspondência diplomática, enfraquecendo seu trabalho crítico frente às informações coletadas. Da mesma maneira, seus relatos de conversas chegam eivados de liberalidades opinativas pouco recomendáveis para um embaixador, como quando diz a Cunha sobre as desvantagens para Portugal da integração européia⁵⁵.

Convencido da sua capacidade de manobra conferida por Juscelino⁵⁶ e pouco afeito a estas tramas, Lins tem seu primeiro sobressalto em março de 1957. Caldeira Queiroz, chefe político da chancelaria lusa, procura-o na embaixada e pede esclarecimentos sobre os acordos brasileiros quanto a Fernando de Noronha com o governo americano. Alegando evidente interesse português por possível paralelo jurídico com os Açores, Queiroz evoca o Tratado de Amizade e Consulta, ainda não regulamentado, tampouco recepcionado pelos dois países. Fazendo lembrar ao diplomata português o momento jurídico do tratado, Lins o interpelaria em nome de quem estava falando e ouviria que Salazar o despachara à embaixada brasileira. Dias depois, em entrevista de trinta minutos com o presidente do Conselho, Lins ouviria do próprio Salazar que ele mesmo pedira explicações à embaixada. Ao mesmo tempo, parte do chanceler português a proposta de conversão do Dia de Portugal em Dia da Comunidade Luso-Brasileira, que passaria a ser celebrado quando da visita de Craveiro Lopes ao Rio de

⁵⁵ Ato contínuo, sua correspondência chega contaminada por esta visão ao Rio de Janeiro, dando conta de um Portugal desinteressado na Europa; enquanto, como já visto, Salazar se esforçava para manter contato com esta nova realidade continental.

⁵⁶ Em seu diário, interpreta, em nota de 1957, a falta de orientações dadas por Juscelino para sua missão em Portugal, como uma confiança presidencial em seu julgamento pessoal e sua perspicácia política. Sua correspondência com JK dá conta de uma relação de amizade entre os dois, além da proximidade entre a primeira-dama e dona Heloísa Lins.

Janeiro no mesmo ano. Os tecidos diáfanos da política portuguesa envolviam progressivamente o embaixador.

Ainda que tenha ocorrido uma animação do corpo diplomático brasileiro com a chegada de Álvaro Lins (SOARES, 2006), a documentação diplomática indica um momento de transferências e remoções na embaixada em Portugal no início de 1957. Ao contrário do que Sette-Câmara diz, não parece tratar-se de um “expurgo” comandado pelo embaixador, mas antes uma consequência da roleta-russa burocrática, à qual, para tentar manter o funcionamento da embaixada, Lins tenta opor-se, acionando seus contatos no Rio de Janeiro para adiar as remoções. Porém, a própria lógica do Ministério impedia o adiamento desta alteração, deixando o embaixador um pouco mais exposto às tramas do regime português. O que mantinha a embaixada ocupada, no entanto, era a proximidade da visita do presidente Craveiro Lopes ao Rio de Janeiro. Paralelamente, as anotações de Álvaro Lins (1960) dão conta de viagens pelos interiores de Portugal, numa visão idílica do país, um Portugal avozinho, de pescadores e de tradições tejanas. As passagens sobre as viagens mais parecem vontades romanescas do que propriamente uma análise sobre a situação do país.

Incentivado por Juscelino em sua comunicação pessoal, Lins assumiria a frente dos preparativos junto às autoridades portuguesas. Indo ter pessoalmente com Lopes em mais uma longa entrevista, o embaixador brasileiro avançava sobre as prerrogativas do cerimonial do Itamaraty, criando um primeiro atrito com a instituição. O personalismo de Álvaro Lins fora encorajado pelo próprio presidente brasileiro, que o autorizava a quebrar as regras do manual palaciano, concedendo entrevistas à imprensa portuguesa e despachando sem consultar o Rio de Janeiro. A solução encontrada acabou por ser uma “linha direta” montada por Sette-Câmara entre o gabinete presidencial e o angustiado embaixador. Criou-se, portanto, uma situação em que o presidente da República era chamado a hipotecar apoio ao seu embaixador contra o seu próprio ministério. Não nos parece uma situação duradoura, tampouco banal; podendo ser um sinal do interesse de Juscelino na visita de Craveiro Lopes, mais do que nos confortos de seu embaixador. Lembrando Skidmore (2010), era o modo costumeiro de governar empregado por Kubitschek.

A visita de Lopes ocorreu em junho de 1957 sem maiores sobressaltos, com a presença do chanceler Paulo Cunha e de Álvaro Lins na comitiva, ambos, por fim, elogiados pelos presidentes pelo empenho em promover a celebração das duas nações. A imprensa dos dois países se davam por satisfeitas com a celebração e, como já discutido, a fase retórica das relações alcançava um novo momento com a simpatia de Juscelino por Portugal, já

comprovada pelos posicionamentos na ONU quanto à questão da Goa no início do ano (MAGALHÃES, 2000).

Passado o entusiasmo da visita, o que sobrava sobre Álvaro Lins era a ironia dos opositores e dos seus desafetos antigos. O situacionista *Última Hora* não lhe poupava o menor deslize ou boato: o costume dos embaixadores não pertencentes à carreira diplomática de viajarem com frequência ao Brasil era, em Álvaro Lins, um defeito imperdoável. As suas raras aparições nos jornais ainda tinham de dividir espaço com estes tipos de acusação. Mas a situação ficaria mais grave com o acirramento das dificuldades no interior da embaixada em Lisboa. Cardoso de Miranda, velho diplomata e conselheiro econômico da embaixada em Portugal, era um lusófilo típico dos quadros do Itamaraty. Já em fim de carreira e pouco disposto a deixar Lisboa, Miranda evita o confronto direto com o embaixador e passa a colaborar com os opositores de Lins. Localizando as fortunas epistolares, dois nomes atiravam contra Álvaro Lins; primeiro, Aliomar Baleeiro, deputado federal; segundo, Victorino Freire, senador. Baleeiro era tipo por Afonso Arinos como um agitador de discussões de corte conservador, mas sem linha ideológica clara, apesar de, segundo Armando Falcão (1989), ser membro cativo da “banda de música” da UDN. Por sua vez, Victorino Freire, senador pelo PSD, era o típico político que conserva seu curral eleitoral, bem como seus inimigos e seus amigos (GRILL, 2012). Juntamente aos opositores, agia Fanor Cumplido, chefe do Escritório de propaganda e expansão comercial do governo brasileiro em Lisboa⁵⁷.

A troca de acusações entre 1957 e 1958 é farta neste grupo. Victorino Freire chega a ameaçar, por carta de setembro de 1957, instaurar uma Comissão Parlamentar de Inquérito para analisar a sanidade mental do embaixador, dizendo já ter o apoio de 25 senadores. No entanto, os anais do Senado não registram nenhum requerimento deste tipo. A seqüência das trocas de carta entre Freire e Lins é uma escalada de acusações, incluindo imputações de desvio de dinheiro público, loucura (induzida pelo vício em remédios psiquiátricos)⁵⁸ e

⁵⁷ Segundo Leitão da Cunha (2003), estes escritórios mais se assemelhavam a um travão dentro do serviço diplomático brasileiro, uma vez que acomodavam apadrinhados políticos sem compromisso com o expediente da embaixada.

⁵⁸ Encontramos aqui uma convergência difícil de refutar, mas também não é passível de confirmação. Como dito no capítulo anterior, Sette-Câmara também atribui ao uso de medicamentos psiquiátricos as péssimas condições de Álvaro Lins em sua posse na ABL. No entanto, o depoimento de Sette-Câmara pode ter sido influenciado pelo seu subconsciente, que tomou conhecimento, à época, das dúvidas sobre a sanidade do embaixador. Da mesma maneira, ele também relataria um caso em que Álvaro Lins teria saído nu pelas ruas de Lisboa. Segundo Victorino Freire, a loucura do embaixador teria sido induzida pelo uso indiscriminado de Dixamil, medicamento psiquiátrico. No entanto, nossas pesquisas

difamação da primeira-dama brasileira. O tom cresceria ainda mais quando, segundo jornais da época (e corroborado pelo desprezo de Lins em suas memórias), o embaixador rompe com o escritório comercial de Fanor Cumplido, alcançando as ofensas pessoais. Enquanto isto, Cardoso de Miranda, ao longo de 1958, faz a triangulação entre Baleeiro e Freire, oferecendo a ambos denúncias como uma “conduta imprópria” e relapsa para o cargo. Segundo o conselheiro, havia provas materiais da insanidade de Lins, bem como da exposição do país ao ridículo por mendigar honrarias, além da “grosseira” recusa de chapa diplomática para o carro de Cumplido.

Paralelamente, surgem boletins assinados pela obscura *Resistência moral, movimento cristão de preservação social e defesa do decoro da vida pública* – que funcionários da embaixada, em comunicação com o ministério, atribuiriam a membros do próprio Itamaraty – de provável origem no Rio de Janeiro, que se encarregam de acusar Álvaro Lins. Entre as acusações, figuravam:

- agressão a dona Heloísa Lins – o que, à época e para aquela classe social podia ser traduzido como covardia masculina⁵⁹;
- provocador de constantes atritos com os professores que assumiram a cátedra de Estudos brasileiros na Universidade de Lisboa;
- escandalizar a sociedade portuguesa com comportamento obsceno e francas alianças com os anti-salazaristas;
- atuação na imprensa portuguesa à revelia do Itamaraty;
- tráfico de influência para aquisição de nova sede para a embaixada brasileira;
- *gaffeur* recorrente, inclusive quanto à qualidade ortográfica de seus despachos e à mendicância de homenagens.

As cartas de Cumplido a Baleeiro falando de um Álvaro Lins irritadíssimo pelas acusações e disposto a uma perseguição política na embaixada. A irritação é bem provável que tenha de fato acontecido, uma vez que as acusações de insanidade chegavam à imprensa brasileira, sendo que a *Última Hora* publicaria, baseada nestes boletins, que Lins reorganizara os móveis da embaixada para poder percorrer seus corredores de velocípede. Por outro lado, o

não lograram identificar a existência (e as aplicações) deste medicamento. De qualquer forma, isto não pode ser usado para desacreditar a acusação de Freire, já que o grande salto qualitativo dos medicamentos psiquiátricos só se daria com a descoberta do anti-depressivo Prozac (fluoxetina), em 1972. Até então, os medicamentos psiquiátricos tinham eficácia limitada, bem como severos efeitos colaterais.

⁵⁹ Informação esta que Afonso Arinos reafirmaria em sua entrevista ao CPDOC.

ano de 1958 e o acirramento das acusações começavam a dar sinais do abandono político que ele vivia. As correspondências entre Lins e Kubitschek dão conta de que era ordem presidencial a atuação do embaixador na imprensa portuguesa, bem como a aquisição de uma nova sede, que já fora indicada pelo próprio presidente, o Palácio Pimenta, que lhe chamara a atenção quando da visita a Portugal em 1955⁶⁰.

No entanto, estas acusações infundadas não geraram uma defesa por parte dos amigos do embaixador; como a vexa sentida pelo corpo diplomático não se verifica nos depoimentos já citados, nem nos telegramas do embaixador, que dir-se-ia satisfeito com seu quadro em novembro de 1958. Por sua vez, a homenagem pedida se tratava do repasse de um pedido enviado por Sette-Câmara, em março de 1958, que vocalizava o pedido de reconhecimento do Corpo de Fuzileiros Navais com a comenda Ordem da Torre e Espada, já conferida à Escola Naval brasileira, que fora reconhecida como desdobramento da Escola de Sagres. Como se vê, em sua grande maioria, são acusações mais dispostas a minar as disposições de uma personalidade forte (e orgulhosa das suas virtudes intelectuais) do que realmente fazer uma acusação séria. De qualquer maneira, em carta de maio de maio de 1958 a Sette-Câmara, Lins reclama da atuação de Freire em Lisboa, que teria desmerecido a própria embaixada brasileira, uma vez que atribuíra à embaixada portuguesa no Brasil a responsabilidade por velar pelo bem-estar e o bom funcionamento das relações bilaterais e dos interesses comuns. Na mesma carta, atribui, também, a responsabilidade à Presidência da República, que mantinha Freire como líder da maioria no Senado, bem como condescendia com atuação de Cumplido, que se arrogava um *status* semelhante ao de embaixador.

Quanto à promoção cultural brasileira pela cátedra na Universidade de Lisboa, ainda que seja verdade a existência de atritos com os professores enviados, como, segundo Sette-Câmara, Josué Montello, Lins não era um crítico vazio da situação. Em telegrama de 28 de outubro de 1958 para a presidência da República (e pedindo o apoio de Sette-Câmara), propõe que a própria embaixada componha um curso fixo para a Universidade, aumentando o número de aulas, bem como estabelecendo pontos centrais para a difusão do conhecimento sobre o Brasil. Para cortar custos, propõe, isto sim, o fim da ida de professores brasileiros a Lisboa,

⁶⁰ Telegramas de 1957 e 1958 dão ampla informação ao Itamaraty sobre a aquisição da nova sede da embaixada. O mesmo se repetiria em telegramas de 1960, quando da chegada de Negrão de Lima a Lisboa. O prédio em que a embaixada funcionava, segundo estas comunicações, era vexatório, fazendo parede-meia com o quartel da PIDE e dividindo o térreo com a companhia de luz de Lisboa. Segundo Frederico Rosa (2013), o barulho da tortura da PIDE teria sido alvo de reclamações da própria embaixatriz brasileira. Da mesma maneira, consta nos anais do Senado de setembro de 1957 a defesa do senador Novaes Filho da aquisição de novas sedes diplomáticas em Lisboa e Viena.

passando a utilizar os diplomatas lá alocados⁶¹. Desta forma – e dada a falta de formalização –, podemos argumentar com alguma certeza sobre o vazio factual das críticas feitas a Álvaro Lins neste período. No entanto, não podemos perder de vista os impactos pessoais e políticos que este momento acarretava. Isolado e sem poder usar da imprensa brasileira para defender-se⁶², Lins também não poderia criar motivos para que alguém saísse em sua defesa. Desta forma, não é surpresa o silêncio da imprensa brasileira quando do seu recebimento da Grã-Cruz da Ordem de Cristo, em 30 de dezembro de 1957 (PORTUGAL, 2016); ou ainda do relevo dado ao boato da sua substituição por Olegário Mariano.

Em outubro de 1957, Lins teria outro encontro difícil com Paulo Cunha. Desta vez, o Brasil votara, na ONU, a favor da criação do painel econômico para a África; atitude lida por Portugal como um aceno decidido na direção da descolonização⁶³. Cunha, mais uma vez, lançaria mão do tratado de 1953, que seguia sem regulamentação. Ainda que se valesse desta argumentação, a situação começava a ficar delicada demais para seguir sem bases mais sólidas (LINS, 1961). Telegramas daquele ano para a Casa Civil de Nunes Leal nos dão conta de que a presidência ainda não discutira vários dos dispositivos. A troca de notas interpretativas sobre o tratado dar-se-ia entre as duas chancelarias e ocorreu ao longo de 1958 com evidente vantagem para Portugal. O tratamento nacional garantido pelo acordo ficaria restrito, para os brasileiros, ao Portugal continental e aos Açores, excluindo as colônias disto⁶⁴. Ou seja, os investimentos brasileiros não podiam entrar no espaço econômico africano, bem como a importação de produtos coloniais continuava passando por Portugal. Da mesma maneira, mantinha-se uma interpretação lata da consulta em caso “evidente interesse”, permitindo a Portugal, muito mais interessado nas ações brasileiras do que o contrário, evocar o acordo dentro de seu realismo fraterno (GONÇALVES, 2010; MAGALHÃES, 2000).

⁶¹ De qualquer maneira, esta polêmica com a cátedra da Universidade de Lisboa custar-lhe-ia, também, a sua amizade com Aurélio Buarque, pretendente a assumir as aulas.

⁶² Segundo a *Última Hora*, Lins chegou a travar contatos com Assis Chateaubriand para voltar a escrever seus rodapés literários, desta vez para *O Jornal*. No entanto, a proposta não teria vingado.

⁶³ Trata-se, portanto, de um flagrante momento em que a carta “plenipotenciária” de JK que levara para Lisboa de pouca serventia se revelava. As relações com Portugal ultrapassavam a embaixada em muitas frentes, principalmente no tocante à questão colonial. Os assuntos que deveriam passar, necessariamente, pela mesa da embaixada em Lisboa eram processados à revelia das opiniões de Lins.

⁶⁴ Williams Gonçalves (2010) faz a feliz observação de que este também era um interesse das elites brasileiras, que não aceitavam bem a idéia da possibilidade da imigração africana para o Brasil, que seria facilitada caso o Tratado fosse estendido a todo império português. Luiz Werneck Vianna (1978) aponta ainda que o mosaico modernizador brasileiro incluía, em seu substrato, os nem sempre discretos desejos das nossas elites de embranquecimento da população.

No entanto, as trocas de notas ficaram restritas às chancelarias. Como já notara Santos (2011), Lins enviara, ao Rio de Janeiro, repetidos pedidos de acesso às notas, que jamais foram remetidas à embaixada em Lisboa; telegramas seus do fim de 1958 relatam uma desinformação grave do embaixador sobre o que o Itamaraty fizera do acordo. Da mesma maneira, o Senado e sua comissão de relações exteriores discutem, em dezembro de 1958, a falta de esclarecimentos necessários sobre a posição do tratado. Sintomaticamente, a correspondência diplomática de Negrão de Lima em 1961, que fora chanceler à época das notas e, então, embaixador em Lisboa, continuou insistindo sobre a necessidade de maior precisão sobre o documento legal.

Mesmo sendo chamado eventualmente ao Rio de Janeiro a serviço por Kubitscheck e mantendo uma correspondência afetuosa com o presidente, Álvaro Lins continuou sendo progressivamente excluído da cena política. Apesar de continuar batendo-se em Portugal, com tons progressivamente menos amistosos, em defesa do Brasil, seu nome foi desaparecendo dos jornais. Baena Soares (2006) relata que a atuação cultural, que estava a seu cargo e que tinha grande afinidade com as posturas do embaixador, era ativa em 1957 e 1958, mas mantinha relações muito dinâmicas com a oposição portuguesa. Seu relato lembra dos problemas das companhias brasileiras com a censura portuguesa e destaca o caso de *A raposa e as uvas*, peça de Guilherme Figueiredo. Segundo os jornais da época, tratava-se de uma peça de sucesso nacional e de interessante repercussão internacional, com temporadas bem sucedidas até mesmo na Cortina de Ferro, recebendo alguns prêmios. No entanto, a censura portuguesa, segundo o diplomata, resolvera-se a proibir a peça em sua estréia em Lisboa, que contava com a presença maciça do corpo da embaixada. Informado da situação, Lins teria dado ordens para a companhia iniciar o espetáculo, sob a proteção política da embaixada, para a ovação da platéia. Nos jornais brasileiros? Silêncio e uma breve referência a uma temporada de sucesso de um mês em Lisboa.

Na área cultural, 1958 também traria a crise do livro. Os direitos autorais, apesar dos acordos anteriores, continuam apartados entre Brasil e Portugal, sem haver grandes avanços sobre a matéria (SOARES, 2006). Como já discutiu Santos (2011), a embaixada tenta movimentar-se para facilitar a aproximação dos mercados editoriais, mas a oficiosa imprensa portuguesa, respondendo declarações pejorativas de Rachel de Queiroz sobre o regime português, passa a menosprezar o mercado editorial brasileiro. O Brasil passa a ser retratado como um país atrasado culturalmente e despreparado para competir com as edições portuguesas. A raivosa postura dos jornais governistas de Portugal misturava política e economia na afirmação de superioridade portuguesa sobre o Brasil, ainda que omitisse o

protecionismo luso quanto aos livros e a censura total contra os livros de Jorge Amado e Rachel de Queiroz, e parcial, com “traduções” lusitanas dos livros brasileiros. Na defesa do regime, a “infantaria jornalística” de Salazar não economizava em dar por irrelevante o mercado leitor brasileiro e por instável e inferior a experiência política brasileira.

Aproveitando o ensejo, encerremos esta seção observando as relações comerciais entre Brasil e Portugal no período. Como Santos (2011) já notara, tratavam-se de duas economias paralelas, sem possibilidades de dinamização mais profunda, uma vez que os principais produtos portugueses para o Brasil, azeite de oliva, cortiça e algumas outras matérias primas, além do vinho, não eram capazes de uma agenda comercial própria; e, simetricamente, o perfil agro-exportador de um país que iniciava um ciclo de industrialização como o Brasil pouco ou nada tinha a colaborar com Portugal. Ampliando um pouco a discussão, vemos dois entraves básicos para o comércio entre os dois países. Em Portugal, como já dito, o receituário econômico salazarista, mesmo tendo cedido espaço para os impulsos modernizantes, exigia um controle bastante restrito da situação monetária⁶⁵, usando do comércio compensado e das cotas de exportação para controlar a economia. Ora, dado o compromisso salazarista com o setor agrário português e com o esforço de povoação das colônias para justificar o discurso de territórios ultra-marinos, não havia motivo para Portugal facilitar a entrada de produtos brasileiros no período. Simultaneamente, as exportações estavam presas às necessidades de compensações, o que tornava menos interessante intensificar a venda para o Brasil dentro daquele modelo econômico, pois, além de competidores com as colônias, os produtos brasileiros não agregavam ao esforço modernizador português, além de imobilizar parte dos produtos lusitanos em trocas comerciais sem retorno em maquinário (SANTOS, 2011; MENESES, 2010).

Por sua vez, o Brasil tinha uma demanda inelástica aos produtos portugueses, que eram praticamente todos não essenciais. O modelo de substituição de importações brasileiro também não se encaixava com o modelo português, visto que as exportações serviam ao Brasil como geradoras de divisas, e não como produto de troca comercial compensada como preferia Lisboa. A negativa de Juscelino em reatar com a União Soviética, que, segundo Sette-Câmara, resultava da preocupação presidencial com a política doméstica, fazia com que

⁶⁵ Sintomaticamente, Juscelino disse, em entrevista publicada no *Diário Carioca* de 15 de julho de 1958, que tomara importantes lições de “estadista” com Salazar quando da sua visita a Portugal em 1955. Na ocasião, o chefe de governo português ficara impressionado com a disposição do brasileiro para a modernização econômica, mas alertara para a importância fundamental da estabilização monetária, que julgava ser uma das suas maiores contribuições a Portugal.

o país procurasse uma maior inserção na Europa ocidental, para o que Portugal seria uma plataforma interessante, mas não um fim em si mesmo. A incompatibilidade se aprofundaria com as reformas necessárias ao plano econômico de Juscelino entre 1958 e 1959. O Plano de Estabilização Monetária de Roberto Campos (1994), apenas parcialmente adotado, exigia uma racionalização dos parceiros comerciais e dos gastos das divisas para financiar os planos desenvolvimentistas. Juntamente com a moratória ao Fundo Monetário Internacional (FMI), o momento econômico brasileiro inspirava cuidados que não permitiam sentimentalismos, exigindo investidores e parcerias mais articuladas, tudo o que Portugal não poderia (e nem desejaria) oferecer (BOJUNGA, 2010; SKIDMORE, 2010).

Nesta tela, Williams Gonçalves (2010) considera a crise entre o Brasil e o café angolano um importante momento de desencontro entre os países. Pretendendo inserir seu café na Europa, Brasil entra em tratativas com Portugal para a abertura do mercado, mas, tendo em vista a expansão da lavoura colonial, Lisboa fica pragmaticamente reticente em todas as tentativas brasileiras. Quando da articulação do Acordo Internacional do Café de janeiro de 1958, Portugal já investira grandes esforços para que o café angolano prosperasse no mercado internacional, sonhando converter Angola numa colônia de povoamento. Por isso, a negativa de Lisboa de entrar num acordo que visava o controle das quantidades de café no mercado internacional, hipotecando a um cartel internacional a autonomia do comércio da *commoditie*. A pressão no Rio de Janeiro, desta vez, surtiu efeito a favor do Brasil sobre a embaixada portuguesa, que aceitou assinar o acordo, mas exigiu, em contrapartida, controle de exportação do vinho brasileiro e a aceleração da tramitação do Tratado de 1953 no Parlamento brasileiro (GONÇALVES, 2010).

Porém, a análise de Gonçalves cai no mesmo equívoco que Álvaro Lins cometeu: lêem a questão como um problema entre Brasil e Portugal. Lins (1960) teria preparado relatórios sobre o café em parceria com a embaixada de Assis Chateaubriand em Londres, tentando influenciar as discussões no Brasil; mas jamais teve em vista que a questão com Portugal, neste ponto, era secundária. Segundo Pedro Malan (1984), as exportações de café representavam, no início do governo Juscelino, 60% do volume de divisas que entravam no Brasil. Ainda que o café tenha declinado ao longo da década de 1950, o processo de modernização da economia, necessariamente, passava por ele e as super-safras, além da ascensão dos grãos africanos, prejudicavam os preços internacionais. Segundo o autor, de 1956 a 1958, as negociações sobre o controle das quantidades de café no mercado se concentraram, basicamente, entre Brasil e Colômbia, os maiores interessados na organização de um convênio sobre o assunto. Antes mesmo do acordo de 1958, os dois países já se

impunham grandes cortes na oferta do grão para assegurar os preços, deixando as questões sobre o café africano em segundo plano. Ou seja, os acordos giravam em torno da América do Sul, enquanto, para o arrivista Portugal que, até então pouco lucrara com o comércio do café, a posição irresponsável quanto aos preços internacionais era de custo político muito baixo. Para quem até então estivera fora do mercado internacional do café, era mais importante assegurar a entrada do seu produto no mercado do que discutir o preço com exportadores estabelecidos. Mais uma vez, os acordos comerciais entre Rio de Janeiro e Lisboa eram mais políticos do que propriamente econômicos; além de, mesmo sem o saber, escaparem de todo ao controle do iludido Álvaro Lins.

Por sua vez, é muito curioso (e significativo) um caso ocorrido com o açúcar brasileiro em 1957. Segundo telegrama enviada a Gomes Maranhão, presidente do Instituto do Açúcar e do Alcool, em março, Lins teria sido interpelado pelo chanceler português, nos bastidores de um evento oficial, para dar respostas, num prazo de 24 horas, sobre a intenção brasileira de vender a Portugal cinco toneladas de açúcar com um ágio de 20% sobre o preço internacional; para tanto, evidentemente, Paulo Cunha evocava os convênios comerciais e a posição de nação mais favorecida enunciada no tratado de 1953. Fazia calar, no entanto, segundo a resposta do próprio Gomes Maranhão, a recusa portuguesa de comprar o açúcar brasileiro no ano anterior, a recusa à oferta brasileira de dez mil toneladas e o acordo estabelecido, em que o Brasil mercava apenas os excedentes com o referido ágio para evitar perdas aos produtores brasileiros. Lins narrava como “visivelmente melancólico” o tom usado por Paulo Cunha para tratar do assunto da preferência a Portugal; embora o costume do comércio entre os países, segundo despacho de abril de 1957 da Casa Civil, fosse o da prática deste ágio. Sintomaticamente, nem mesmo a proposta de Álvaro Lins de cobrar do governo português o cumprimento das cotas de exportação para o Brasil de produtos não supérfluos, como a cortiça⁶⁶, seria o suficiente para cobrir os prejuízos da transação proposta por Lisboa.

O embaixador inábil politicamente estava enredado na complexa política portuguesa e na agenda propositalmente infrutífera sem dar-se conta; e sua solução pessoal passava por uma visível piora na disposição de manter os olhos fechados em nome do afeto a Portugal. Ao mesmo tempo, sua cabeça já não valia muito para o governo no Rio de Janeiro.

⁶⁶ Cotas estas que, segundo as correspondências, Portugal havia se negado a cumprir em 1956.

III. A mudança brusca em Portugal: as eleições de 1958

Eis que temos de voltarmo-nos, novamente, para o cenário. O 1958 português imprimiu, na política e nos imaginários, figuras que tornam a visão sobre Portugal esboçada no primeiro capítulo parcialmente imprópria para darmos continuidade às nossas análises. O “tufão sobre Portugal”, definição do próprio Humberto Delgado sobre sua campanha presidencial, não pode ser circunscrito apenas como parte de uma cadeia de eventos que levou o general a pedir asilo na embaixada brasileira⁶⁷. O que se viu em Portugal naquele ano foi capaz de atravessar gerações, incubado na memória dos jovens oficiais que, dezesseis anos mais tarde, levantar-se-iam na Revolução dos Cravos (ROSA, 2015). Ora, se algo foi tão poderoso a ponto de atravessar década e meia sob perseguições e censuras do Estado Novo, como poderíamos descartá-lo na construção de uma compreensão de fatos que lhe são corolários?⁶⁸ Estabilizemos aqui, portanto, uma compreensão mínima do que viveu Portugal no tempo do seu tufão eleitoral.

Segundo Fernando Rosas (1958), a década de 1950 representa um momento de importantes transformações em Portugal. Do ponto de vista político, quatro vetores foram essenciais para a construção deste momento; além das subterrâneas mudanças da sociedade portuguesa, que, como já discutido, vivia, à sua maneira, a era de ouro do capitalismo. Primeiro, a latente e constante degeneração do regime político desde o fim da Primeira Guerra, convivendo com a dualidade das fraturas internas da União Nacional e o aumento da repressão e das ações de Salazar. A corrente civil do partido crescia – principalmente na figura de Marcelo Caetano – e movimentava consigo os militares, desfazendo um arranjo estável que Carmona e Salazar conseguiam manter desde o início do Estado Novo. Em segundo lugar, houve a articulação sem precedentes (e sem repetição) das oposições portuguesas na seqüência da eleição de Craveiro Lopes em 1951; paulatinamente, tomava forma uma nova consciência sobre a necessidade de colocar as diferenças ideológicas abaixo da luta contra o Estado Novo. Terceiro, como será visto a seguir, a personalidade emergente do general Humberto Delgado foi capaz de comover as massas de maneira única,

⁶⁷ Adotada este tipo de conduta investigatória, não produziríamos mais do que um pastiche ridículo dos acontecimentos; além do que nos lançariamos em evidente contradição (ou traição?) ao que estabelecemos na introdução como balizadores intelectuais e teóricos de toda esta dissertação. Venceu, mais uma vez, a necessidade investigativa sobre a abstração imediata da teoria e a simetria de temas.

⁶⁸ Lembremos que este fino ajuste frente a alteração do cenário tem ainda mais relevância em decorrência de nossa opção teórica de cruzar as escalas de análise. De outra forma, nossa abordagem da dimensão “micro” estaria órfã de um instrumental capaz de interpretá-la.

desfraldando um novo horizonte na política de Portugal. Criava-se, portanto, a convicção sobre a possibilidade de mudança ao alcance da população. Por fim, o acirramento da dubiedade da posição lusitana no ambiente internacional. Apesar de ser membro da OTAN, da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e, a partir de 1955, da ONU; as ventos da descolonização apareciam com mais força e nenhuma aliança européia tradicional estava disposta ao desgaste político para a defesa do patrimônio português. O relaxamento das tensões internacionais com o fim da presença de Stalin no tabuleiro e com a *coexistência pacífica* – bem como com a nova embocadura soviética desenvolvida por Nikita Krutchev – reduziam a relevância do discurso ocidentalista português. Ao mesmo tempo, as opiniões públicas americana e inglesa viam com bons olhos as eleições de 1958, bem como se enfasiavam das demandas coloniais; com o desmonte “controlado” do império inglês, criava-se, subterraneamente, uma crise de relação com Portugal. Ou seja, o isolamento português voltava a ser uma possibilidade real, apesar de todos os seus esforços em contrário.

A legislação portuguesa estabelecia que o presidente da República fosse eleito por voto direto para um mandato de sete anos, no qual teria o poder de nomear (e, portanto, de demitir) o chefe de governo. Após a malfadada eleição, em 1949, de Óscar Carmona, que viria a falecer dois anos depois, e o reequilíbrio das forças políticas com a eleição de Craveiro Lopes em 1951; Portugal chegava, mais uma vez, a uma eleição presidencial em 1958. No entanto, o Estado Novo voltava a ter movimentos tectônicos de suas forças políticas: Craveiro Lopes e Marcelo Caetano levantavam a possibilidade da substituição de Salazar à frente do governo. Obviamente, disto decorreria o choque contra os grandes círculos leais ao ditador, os quais levantaram, imediatamente, a possibilidade da reação militar, fosse para estabilizar um país sem Salazar, fosse para garantir Fernando Santos Costa, braço direito de Salazar, inimigo de Craveiro Lopes e ministro da Defesa. Ironicamente, o destino que pretendiam dar a Salazar era a presidência da República, exatamente o cargo que o próprio se esforçara para esvaziar de poderes (MENESES, 2010).

Mais uma vez, tornava-se patente a necessidade de reorganizar as forças dentro do Estado, já que nem Lopes nem Costa tinham a capacidade de mobilização necessária para encampar, de fato, uma disputa intestina de resultados confiáveis. Militares de carreira, presidente e ministro da Defesa exerciam forte influência sobre as forças armadas, cuja

divisão tinha por consequência o esvaziamento da força política das três armas portuguesas⁶⁹, uma vez que nenhum dos grupos apresentava a resposta unívoca capaz de guiar o Estado Novo (FERREIRA, 1996; FARIA, 1998). Mais uma vez, Salazar se via diante de fraturas políticas que lhe viabilizavam sua permanência à frente do governo.

O impasse político fornecia uma resposta confortabilíssima ao ditador: liderar a União Nacional a uma candidatura outra que não a do presidente Craveiro Lopes. Nestes passos, Salazar conseguia se reafirmar politicamente, além de retirar a ameaça de um presidente que pensasse sua saída do governo e de isolar Marcelo Caetano, que, embora tentasse revigorar a idéia do deslocamento do ditador para a presidência, ficaria politicamente ilhado por sua associação a Lopes. Desenhava-se, portanto, uma solução capaz de dar novo ânimo ao salazarismo, que, em abril de 1958, jogaria um grande trunfo: a indicação de um candidato fiel e inexpressivo politicamente, o almirante Américo Tomás, então ministro da Marinha. A fragilidade de Tomás, paradoxalmente, era o impulso que a glória de Salazar mais procurava: mais uma vez, o velho ditador se apresentava como o homem forte capaz de solucionar os problemas e de isolar seus inimigos e, sobretudo, tornava-se definitivamente visível por trás da debilidade política do almirante (FERREIRA, 1998; MENESES, 2010).

Como jamais a oposição chegara às urnas de fato – sempre retirando seus candidatos às vésperas para denunciar a farsa eleitoral portuguesa –, não era necessário ao governo incluir entre suas preocupações as possibilidades eleitorais da oposição⁷⁰ e, portanto, a equação política parecia solucionada para o ano de 1958 com a vitória certa e plácida de Américo Tomás. No entanto, havia algo de diferente fora do Estado Novo: uma nova organização das oposições. Em fins de 1957, a oposição do Porto, principal foco dos opositores, começaria a articular-se em torno de um projeto único de candidatura para as eleições do ano seguinte, desta vez disposta a um ato amplo, capaz de enfrentar a pesada maquinaria da União Nacional. Ainda que a vitória em eleições fraudadas fosse, evidentemente, uma quimera, a candidatura deveria ser forte o suficiente para expor as estruturas repressoras da ditadura. Em outras palavras, a oposição começava a pensar que a comoção popular pudesse ser mais forte do que os votos para abalar o governo (CUNHA, 2014).

⁶⁹ Destaque-se que esta é uma situação muito diversa daquela vivida na curta presidência de Óscar Carmona, o qual falava sozinho em nome das Forças e contava com a lealdade dos militares.

⁷⁰ Fique claro, no entanto, que isto em tempo nenhum se traduziu num abrandamento da repressão e do estado de vigilância constante. Ainda que as fraudes garantissem os resultados eleitorais, jamais a ditadura portuguesa abriu mão do controle sobre seus opositores.

E é em outubro de 1957 que o capitão Henrique Galvão⁷¹, preso e debilitado no Hospital Santa Maria, dá o primeiro passo em direção àquele que seria o candidato opositor, o general Humberto Delgado. Enquanto no Porto se falava no capitão reformado Almeida Santos, Galvão se encontrava com o velho amigo da Aeronáutica, general da ativa recém-chegado de longo período como representante português junto à OTAN (ROSA, 2015).

Quando de seu envio a Washington em 1952, Delgado já era o pai da aviação civil portuguesa, responsável pela criação da TAP e o reconhecido artífice do acordo entre Lisboa e os países aliados sobre o uso das bases aéreas dos Açores durante a guerra; no entanto, também era a personalidade dúbia capaz de criticar os atrasos portugueses e as fragilidades da democracia do Estado Novo, mesmo mantendo-se relativamente fiel ao salazarismo. Este homem, que provocava incômodos patentes à PIDE por suas amizades com os opositores do regime – destacadamente com Henrique Galvão –, retornava ao país em definitivo em 1957 com acentuadas inspirações oposicionistas. Seja pelo contato com as outras democracias (e, principalmente, com a euforia americana em torno da eleição de Dwight Eisenhower), seja pela percepção da deterioração de Portugal sob a ditadura, Delgado voltou ao país disposto a uma sedição militar contra o governo. Militar que era, estava convencido da capacidade de reorganização nacional sob as forças das armas e da transição equilibrada para uma democracia. Em outras palavras, acreditava que as mesmas armas que sepultaram a Primeira República portuguesa deveriam restabelecer a ordem e entregar o país à democracia (*idem*).

No entanto, o comprometimento das Forças com as fraturas entre Craveiro Lopes e Santos Costa deixou evidente a Delgado a inexequibilidade imediata do seu plano de saída pelas armas. Ou seja, quando do convite de Galvão para a candidatura oposicionista à presidência, Delgado era um homem único em Portugal: um militar de alta patente, da ativa e de passado brilhante disposto a liderar um movimento contra o governo, fosse pelo voto, fosse pelas armas. Em outubro de 1957, no Hospital de Santa Maria, lançava-se a primeira semente para eleições inéditas em Portugal (ROSA, 2015; CUNHA, 2014).

⁷¹ Anteriormente figura promissora do salazarismo, o capitão Henrique Galvão caiu em desgraça contínua dentro do Estado Novo ao longo da década de 1940. Alimentando crescente ódio contra Salazar, Galvão iniciou uma campanha de denúncia de graves abusos laborais sob proteção portuguesa em Angola e, posteriormente, de inatividade completa do governo para que cessassem as constantes violações ocorridas nas colônias, rompendo em definitivo com o salazarismo. Marcado opositor e convertido em alvo da PIDE, Henrique Galvão foi preso em 1952 – de onde só sairia em fuga em 1959 –, submetido à corte militar e expulso do Exército. No entanto, sua forte popularidade e sua visibilidade lhe conferiam um espaço importante dentro da oposição.

Ciente de que o aceite marcaria um caminho sem retorno e o fim de sua vida militar dentro do salazarismo, Delgado deu o sinal positivo para o seguimento das articulações em torno do seu nome e, quase que de imediato, conseguiu em António Sérgio a liderança civil e republicana capaz de colocar os grandes nomes do Porto ao seu favor. Mesmo que os importantes círculos de Aveiro e de Lisboa ainda relutassem em apoiar um militar envolvido no golpe de 28 de maio de 1926, que pôs termo à conturbada Primeira República portuguesa (período liberal); a oposição portuense cerrou fileiras, em janeiro de 1958, pela candidatura do general. General este que se consolidaria como o candidato independente quando Cunha Leal, republicano e opositor de primeira hora, recusou a indicação à candidatura e se decidiu pelo apoio a Delgado em abril. Ou seja, enquanto a União Nacional de Salazar apresentava o frágil Américo Tomás em meio à certeza de sobrevivência do regime, mesmo após a queda do Eixo; apresentava-se, oficialmente, a candidatura de Humberto Delgado a 19 de abril, conseguindo conjugar o norte do país, liderado pelo Porto, aos círculos tradicionais de Lisboa (PINHO, 2013; ROSA, 2015).

Estabelecia-se, assim, uma candidatura de consenso na oposição, tendo como ponto chave o compromisso da renovação completa da política, com a superação do autoritarismo e o restabelecimento dos princípios assentados com a Constituição de 1933. O homem que estivera por tanto tempo ao lado do salazarismo passava a assumir a idéia do atraso político de Portugal, o qual estaria, para ele, em desacordo com a OTAN – em cujo estatuto se anunciava o incentivo à democratização dos povos – e com a Europa livre e democrática. Anunciava-se, portanto, uma agenda política básica capaz de acomodar todos os descontentes e de seduzir os indecisos que viviam na periferia do salazarismo, uma vez que se anunciava uma transição segura para o país.

De certa maneira, o lançamento de Delgado desmistificava a ordem social alcançada pelo regime, que insistia na eminência do caos em caso de mudança política, e acenava para uma correção de rumos fora do continuísmo renovador, capaz de reabilitar até mesmo os homens que ajudaram a instalar o regime. E estas propostas estavam assentadas sobre quatro pontos (MENESES, 2010; ROSA, 1998, 2015; PINHO, 2013):

- Pacificar Portugal pela anistia aos afetados pelas medidas de segurança do Estado Novo;
- revogar os decretos que suspendiam o artigo 8º da Constituição, que assegurava as liberdades e os direitos fundamentais do indivíduo e das organizações políticas;
- reformular a lei eleitoral, para, na seqüência, convocar eleições gerais;

- moralizar os costumes políticos e a administração pública⁷².

Com as eleições definidas para 8 de junho de 1958, a candidatura de Delgado era tão surpreendente que, enquanto se avolumava entre as lideranças ao longo de abril, a própria PIDE não sabia como operacionalizar uma reação. Os relatos dos agentes encontrados por Rosa (2015) apontam para uma desorientação generalizada em volta da candidatura, incapazes de alimentar o governo (e, obviamente, a União Nacional) de uma imagem fidedigna sobre o que se desenhava na oposição. Concomitantemente, Delgado e os oposicionistas não se furtavam a questionar a figura de Américo Tomás. Delgado, por exemplo, não se furtou a apontar para a carreira militar de Tomás, dizendo-a apagada e incompleta por jamais ter estado nas colônias, reforçando a impressão entre o oficialato português de que a queda do regime era eminente e que era necessária uma “saída honrosa” para a democracia. E é neste ponto que abrimos uma janela importante para a observação do ideário envolvido nas eleições (ROSAS, 2015)⁷³.

O general opositor, como aponta Manuel Sertório (1990), era o vértice da convergência, mas não a tradução literal das muitas aspirações da oposição. Naquele momento, Delgado e toda a oposição (à exceção dos comunistas) estavam comprometidos com a criação de uma frente ampla para derrubar o Estado Novo em Portugal; mas suas redes conceituais não se estendiam para além disto. O compromisso com a união fazia com que assuntos como o colonialismo – denunciado por nomes como Henrique Galvão – e o sistema de governo⁷⁴ a ser seguido fossem deixados para um segundo momento⁷⁵. Sertório é muito feliz ao lembrar que o próprio Delgado passaria por várias fases políticas entre a volta de

⁷² Leia-se: dismantelar o complexo burocrático-corporativo criado pelo Estado Novo ao longo de 32 anos de autoritarismo.

⁷³ Com o avançar da campanha, Humberto Delgado focalizaria seus ataques em Salazar, desprezando que seu concorrente eleitoral era, em tese, Américo Tomás. Num dos seus poucos discursos que sobreviveram na íntegra, em Chaves a 22 de maio de 1958, Delgado (1998) não faz uma única menção ao nome do almirante.

⁷⁴ Esta era uma dúvida que cercava até mesmo o governo. Entre as fileiras salazaristas, havia aqueles que entendiam na monarquia parlamentar (assumindo Salazar o cargo de primeiro-ministro) a grande solução de estabilidade possível; bem como havia uma aristocracia disposta ao acerto político com o salazarismo. Por sua vez, a oposição em 1958 estava tão disposta à composição ampla que, mesmo tendo António Sérgio, republicano fiel, como líder importante, abriu espaço para a adesão monarquista à candidatura. Sintomaticamente, na declaração aos portugueses que foi seu lançamento definitivo, Delgado alterou o lema republicano, preferindo dizer sua presidência “pela Pátria e pelos os portugueses” (ROSA, 2015, p. 211).

⁷⁵ Desta forma, não é contraditória as declarações de Delgado ridicularizando Américo Tomás por não conhecer o ultramar, a vida colonial e o sistema imperial português, já que as independências afro-aisáticas não estava em jogo naquelas discussões eleitorais.

Washington (1957) até sua morte em 1965, atravessando um espectro que alcançou desde a reforma da ditadura até o socialismo anticolonial. É importante não perdermos de vista que, naquele momento, o fenômeno estava circunscrito à luta contra o Estado Novo e contra o salazarismo. Ou seja, o que a oposição portuguesa estava propondo em 1958 não respondia ainda aos desconfortos de parte da intelectualidade brasileira quanto ao colonialismo, tampouco o apoio a Delgado poderia ser traduzido necessariamente como um ato anticolonialista. No horizonte oposicionista, o grande alvo, portanto, era o fim do Estado Novo.

A consagração da Candidatura Nacional Independente e a abertura da campanha ocorreria em Lisboa no 1º de maio sob o compromisso de, ao contrário da estratégia dos anos anteriores, ir às urnas de qualquer maneira, independente da desigualdade de armas eleitorais – inclusive quanto à apuração. Lançava-se, naquele momento, o “momento de decidir por si os destinos por um sistema evolutivo e pacificador” (DELGADO, apud ROSA, 2015) sem restrições às adesões e comprometido com o voto.

Parte deste compromisso, no entanto, derivava da noção (um tanto tardia por parte da oposição) de que, apesar de general de prestígio e da ativa, Humberto Delgado estava há muito tempo isolado do convívio da caserna, não era um nome presente entre os jovens oficiais naquele momento. O tempo fora do país e envolvido com a aviação civil erodiram a influência do general nos meios militares, que se voltavam ainda mais a Craveiro Lopes frente à opção de Santos Costa por Américo Tomás. A via das armas, para surpresa da oposição, era impossível naquele momento por baixa adesão militar; seria necessário votar, mesmo sob fraudes (ROSA, 2015).

Cercada por cautelas para galvanizar o maior número de eleitores possível, a campanha estava decidida a não assumir de chofre uma posição contra Salazar, cuja ascensão política como salvador das finanças nacionais ainda era forte na memória coletiva portuguesa. No entanto, a campanha e as eleições assumiram uma dimensão inédita durante uma coletiva de imprensa em 10 de maio: perguntado sobre a continuidade de Salazar na presidência do Conselho caso fosse eleito em junho, Delgado foi sintético e brutal em sua resposta, Obviamente, demito-o. Diante da estupefação generalizada, o general atacava diretamente o chefe de governo dizendo-o ultrapassado como economista e estagnado como político, ainda que reconhecesse suas contribuições enquanto ministro das Finanças nos primeiros anos do

regime⁷⁶. Estava definido, pois, o tom daquelas eleições: não se tratava mais de uma disputa entre candidatos à presidência; a luta de Delgado passava a ser contra Salazar, convertendo Américo Tomás numa infeliz alegoria eleitoral (PINHO, 2013; ROSA, 2015).

Foi forjado ali o epíteto que acompanharia Delgado até sua morte, o general sem medo. Quatro dias mais tarde, deu-se sua apoteose e a mudança do seu lugar naquele Portugal e no imaginário português. Após a declaração de Lisboa, a oposição resolvera lançar sua sorte final no seu berço, o Porto, onde, assegurava a PIDE, ocorria uma desmobilização geral depois da patente afronta à figura de Salazar. Porém, a despeito de qualquer previsão de qualquer ponto do campo político (ou da repressão), o Porto convulsionou lançando metade de sua população – 200 mil pessoas – às ruas para receber o comboio do general sem medo. Sem qualquer preparo das autoridades policiais, a população solapou as ruas portuenses para triunfo da oposição e do carisma pessoal de Delgado, que discursava pelo fim do medo, pela liberdade e pela glória de Portugal. Antigas figuras da Primeira República assomavam às exortações ao candidato, enquanto a população tornava nulas todas as determinações policiais para “restabelecimento da ordem pública” numa mensagem claríssima de que a Cidade Invicta, mais uma vez, despertava para sua independência intrépida para abraçar Humberto Delgado e sua luta⁷⁷. O general sem medo (apud ROSA, p. 227) atearia fogo ao imaginário do Porto e do país ao final da noite, quando diria em seu discurso de encerramento:

“Empenhei nesta batalha a minha vida, as minhas estrelas de general e toda a minha alma de patriota, mas meu coração ficará no Porto, já que no Porto nasceu, como noutros momentos históricos, o indomável espírito de luta que só terminará com a vitória da liberdade em Portugal”.

Evocando a figura do rei-soldado de D. Pedro IV, Delgado colocava no centro do processo político a força simbólica da tradição portuguesa. Confirmada sua sorte no Porto, estava, nas suas próprias palavras, lançado o tufão sobre Portugal, cujos símbolos eram reativados para dar sinal de sua grandeza frente aos tempos do Estado Novo. O orgulho portuense de sua invencibilidade era, certamente, muito maior do que o medo e os trinta e

⁷⁶ Ratifica-se, portanto, a impressão de Manuel Sertório (1990) sobre a transformação contínua da compreensão política do general. Como veremos ao final deste capítulo, mesmo após os traumas do asilo político, Delgado, tentando cooptar a colônia lusitana no Brasil, voltaria a destacar os méritos de Salazar no início do regime.

⁷⁷ Propositamente, doravante confundiremos a pessoa e a causa defendida. A memória oral levantada por Rosa nos guia (e nos absolve) nesta escolha, já que nos dá conta de que o carisma de Delgado foi peça fundamental para a comoção social, que passou a tratá-lo como figura indissociável na luta pela libertação nacional.

dois anos de ditadura e estava aí a última chave da oposição para conseguir fazer o eleitorado olhar além da estatura de Salazar. Ora, que outra praça do país poderia se recusar a ver o triunfo no Porto? Que eleitor descontente ainda deixaria o medo da repressão triunfar sobre suas convicções uma vez que agora, sim, havia uma candidatura capaz de chegar às urnas e de unir o país? O ditador que se lamentara publicamente de nunca ter havido uma disputa eleitoral de fato após o golpe de 1926, desta vez não só tinha um exemplar acirradíssimo, como sua própria cadeira era o ponto fulcral da disputa. E o pior para o salazarismo se tornava verdade, uma vez que a mobilização social, seu inimigo constante, era uma das principais virtudes da campanha oposicionista.

E, honrando sua tradição autoritária, o governo despachou de imediato pela repressão das manifestações em nome da ordem. A saída de Delgado do Porto no dia seguinte já não contou com a desorganização policial da véspera, ganhando contornos de isolamento militar completo, impedindo nova comoção com sua partida. A partir daquele instante, o regime percebera que nada parecido com a chegada ao Porto poderia voltar a acontecer, independente dos meios utilizados para impedi-lo. E, em se tratando de simbólicos, como mensurar as conseqüências de uma chegada gloriosa do general em Lisboa? Um massacre sem par era preferível para o governo, decidido pela repressão ainda que isto lhe fizesse expor sua face mais obscura. A chegada de Delgado em Lisboa marcou o início definitivo desta nova fase do jogo eleitoral, uma vez que as autoridades competentes lançaram mão de bloqueios militares – com ameaça de morte ao general em caso de desobediência – nas áreas que concentravam os apoiadores e de cargas de metralhadoras para dispersar a população. O que se seguiu foi um escabroso jogo de xadrez entre o governo – que já não se ocupava em separar o que era Estado e o que era a União Nacional – e a oposição, que envolveu invasões aos comitês eleitorais de Delgado, 87 prisões políticas, aumento da censura aos meios de comunicação e alterações nas regras do processo eleitoral (ALVES, 1998).

Fosse com imposição de dificuldades de reunião, fosse com a proibição de auditoria não-governamental da contagem dos votos, o regime encaminhava a olhos vistos a eleição para o desfecho desejado. Frente às dificuldades crescentes de seguir com a campanha, uma vez que até mesmo o material impresso costumava ser apreendido pelo país por subversão e “incitação ao ódio e à desordem”, houve a unificação final da oposição em 29 de maio com adesão de Arlindo Vicente, candidato comunista, à campanha de Delgado no “Pacto de Cacilhas”, que, de modo geral, não alterava a base do programa de governo já apresentada. Açodado, preferiu o governo denunciar a oposição por conspiração comunista, insistindo na tese da subversão e da incitação do medo entre a população (ROSA, 2015).

Seguindo a disputa pelos símbolos nacionais, Delgado foi a Braga, berço do golpe de 1926, para denunciar a falta de um Estado de direito em Portugal e a Coimbra, furando bloqueios das estradas, para conquistar o apoio das capas negras. Por sua vez, o governo contra-atacava, Santos Costa proibiu o uso da farda de general em atos políticos e o comandante do Estado-Maior proibiu a movimentação de Delgado em Braga e em outros redutos que o aproximassem do Porto. Por outro lado, a eminência da fraude alimentava em Delgado a vontade da saída militar, já que seu prestígio pelo país poderia servir de combustível numa sublevação. O busílis estava em saber o quão permeáveis eram os meios militares para a influência da comoção da campanha, ainda mais por estarem muito ligados a Craveiro Lopes (*idem*).

Humberto Delgado, de posse de seu uniforme militar banido da campanha, estava, a sete dias das eleições, de prontidão em Coimbra para acorrer a Braga⁷⁸ para deflagrar um novo arranque, levantando a cidade novamente contra Lisboa. O 1º de junho, no entanto, foi marcado pela desmobilização das Forças, apesar das promessas reiteradas de jovens oficiais. Seja por dúvidas sobre o temperamento de Delgado, seja por aguardar um sinal positivo – que nunca houve – vindo de Craveiro Lopes, já sem grandes compromissos com Salazar, os quartéis que deveriam dar o arranque recuaram e levaram consigo a última esperança de Delgado antes da “derrota nas urnas”. E foi exatamente o presidente Lopes (*apud* BRANDÃO, 2015, pp. 228-229) quem, dois dias depois, enviou a Salazar curiosa carta, na qual aponta para a possibilidade (ainda que discreta) de novos levantes militares, visto que a insatisfação era crescente entre a classe, que aguardaria apenas um aceno superior capaz de alcançar número suficiente de elementos para o arranque. Na carta, curiosamente, Lopes afasta o papel de Delgado na conspiração, elevando à presidência o prestígio capaz de desencadear ou de refrear uma insurreição. Segundo o presidente, os militares tinham em mente a demissão de Santos Costa, o adiamento das eleições e a reconsideração sobre o novo chefe de Estado; sendo todos “dignos e desinteressados, profundamente chocados – como eu próprio – pelas arbitrariedades, brutalidades e completa ausência de escrúpulos do homem que durante mais de 20 anos chefia o Exército” (*idem*, p. 299). É evidente que Craveiro Lopes não acusaria diretamente Salazar pelos mal-feitos do seu sempre fiel ministro, mas fica muito

⁷⁸ Novamente, remete-se ao peso simbólico empregado por Humberto Delgado em suas ações. Braga fora o berço do golpe de 1926, no qual ele, Delgado, e outros oficiais tomaram parte. De alguma forma, um novo arranque vindo de Braga era traduzível por mais uma ação das Forças para devolver a Portugal a normalidade. Resolver-se-ia, portanto, o desequilíbrio simbólico da ação militar contra um regime ao qual sempre foi fiel.

claro como as peças estavam se movendo aceleradamente às vésperas de eleições, cujos desdobramentos nem mesmo as fraudes eleitorais conseguiriam controlar.

De qualquer modo, a esperança na capacidade da liderança de Delgado conjugar o apoio civil à insatisfação das Armas com seu ministro da Defesa, que enfraquecera-se ante às arbitrariedades e ao apadrinhamento político de Tomás, naufragava ali, em Braga, mas tornar-se-ia uma marca constante em seu pensamento. Vendo que a possibilidade de levante tinha alcance tal que apenas a não-adesão de Craveiro Lopes foi capaz de refreá-lo, Delgado passa a insistir na tese de que bastaria um único quartel aderir à sua liderança, para que ele conseguisse solapar pelas armas todo o regime. Havia uma crença profunda na insatisfação latente por parte do jovem oficialato e dos velhos tenentes de 1926, muitos deles decaídos dentro do regime; mas, depois da falha do 1º de junho, Delgado jamais aceitaria novamente uma ligação com a figura de Craveiro Lopes, insistindo na capacidade de uma fagulha para deflagrar a intentona. Mais do que a eficácia ou não desta fagulha hipotética, interessa-nos aqui a convicção do general na capacidade do levante, uma vez que, junto com ele, caminhava toda a oposição do país.

Apesar de toda a frustração e do evidente desfecho, Delgado decidiu pela permanência na disputa eleitoral, levaria até o fim o lema “Tornai-vos conscientes! Amordaçados: falai. O medo acabou! Votai no general Humberto Delgado!” (ROSA, 2015). Exortava, assim, os portugueses à persistência na luta, obrigando o regime a atos mais extremos, uma vez que até mesmo nos detalhes mais prosaicos havia a tentativa de sabotar a candidatura de Delgado: dificuldades de acesso aos cadernos eleitorais e de distribuição de listas de voto, além de descontroladas ações da PIDE na apreensão de materiais de campanha e de listas eleitorais, enquanto as listas de Tomás eram distribuídas pelo próprio Estado. Curiosamente, o regime percebeu, então, o perfil conservador do voto feminino, e passou, nos últimos instantes, a facilitar o alistamento eleitoral das mulheres (ALVES, 1998). Dariam ainda seu derradeiro golpe procedimental no dia anterior à votação com a decretação de um veto à fiscalização das assembleias de voto pelos membros da oposição.

Evidentemente, a tragicomédia eleitoral acabou com vitória esmagadora de Américo Tomás (75,8% dos votos) e com uma ressaca generalizada na oposição. O tufão delgadista, após seis meses intensos, perdia o alvo claro e o curso de ação, uma vez que a legislação tornava absolutamente inúteis quaisquer esforços de questionar os resultados. As leis portuguesas permitiam apenas o questionamento da totalização de votos e do processo de votação na seção eleitoral do indivíduo requerente, sendo, na prática, impossível impugnar a totalidade das eleições. A oposição ainda tentou argumentar tomando o Porto como exemplo,

onde foram contados 8.865 votos para Delgado, enquanto em Vila Nova de Gaia, vilarejo vizinho com um décimo da população, o general contava com 7.768 votos; no entanto, tudo o que conseguiram foi uma resposta lacônica do presidente apontando para a intempestividade da argumentação. Findas as vias legais, Delgado também estava ilhado entre os militares, que, já voltados para o novo governo, pressionavam para a queda de Santos Costa do ministério, o que viria a acontecer em agosto seguinte (PINHO, 2003; ROSA, 2015).

Findava o processo eleitoral com muitas feridas abertas, com a ressaca oposicionista e com a dúvida sobre os rumos a serem desenvolvidos pela oposição. Talvez, caiba, por último, um retrato interessante do regime desenhado pelo governador civil do Porto em 14 de junho de 1958 ao ministro do Interior:

“Efectivamente a principal candidatura Oposicionista, aquela que iria disputar a eleição até final, a candidatura Humberto Delgado, nasceu nesta cidade e foi chamada desde início a candidatura do Porto. O título não enobrece os portuenses, antes pelo contrário, mas temos de o aceitar como uma realidade política, com características de permanência, pois desde há muito, e nomeadamente em anteriores campanhas eleitorais, o Porto aparece como o foco mais activo da Oposição em todo o País e nada indica que este estado de coisas se venha a modificar” (sic) (apud ALVES, 1998, p. 3).

IV. O caso Delgado (ou O encontro com a saudade lusitana)

A ressaca eleitoral de 1958 não parecia ter afetado decisivamente a condução da embaixada. As correspondências do embaixador com o presidente brasileiro davam conta do reconhecimento brasileiro à vitória de Américo Tomás, com quem Lins dizia ter bons diálogos de amizade e de cordialidade, tendo o almirante expresso sua admiração por Juscelino.

No entanto, as contradições que Álvaro Lins acumulara ao longo dos anos bateriam em sua porta em breve. Entendendo que o Brasil acumulava desgastes internacionais com a questão da Goa e incentivado pelos jovens diplomatas que o cercavam⁷⁹, Lins (1960), nos fins de 1958, começa a elaborar estudos refletindo sobre a situação do imperialismo português e a conveniência da manutenção do apoio brasileiro. Mais uma vez, o embaixador se perdia nas ilusões da proximidade com Juscelino e da capacidade de determinar políticas. Sette-Câmara,

⁷⁹ O cansaço de parte do corpo diplomático com a defesa brasileira ao colonialismo português era patente nas correspondências. Santos (2011) comenta o desapontamento dos diplomatas destacados para observar as conferências sobre a auto-determinação dos povos, que relatavam a impressão de estarem, antes de servindo ao Brasil, defendendo as relíquias de Portugal.

já chefe da Casa Civil em 1959, descreve um presidente obstinado em agir pessoalmente para que a política externa brasileira não se chocasse com as questões coloniais de França (com a Argélia) e de Portugal. Os estudos, as convicções e os cansaços quanto à defesa ou não de Portugal existentes na embaixada em Lisboa eram, a este ponto, praticamente irrelevantes no Rio de Janeiro.

Por sua vez, o Estado Novo não estava preocupado se entrava ou não em rota de colisão com o Brasil. A histeria da repressão e da devolução do país à normalidade colocaram Portugal num momento de alerta máximo, reprimindo toda e qualquer tentativa da oposição de continuar as agitações vividas durante o primeiro semestre de 1958. Neste ínterim, proibiu sumariamente as reuniões convocadas pelos opositores, bem como a realização de discursos por personalidades convidadas⁸⁰. E este foi o caso de Júlio de Mesquita Filho, impedido de entrar em Portugal para cobrir a situação da oposição, deflagrando a oposição d'*O Estado de S. Paulo* ao salazarismo (LINS, 1960; BOJUNGA, 2010).

O clima político em Portugal piorara consideravelmente quando o bispo do Porto, à revelia do cardeal Cerejeiras, enviou uma carta aberta às autoridades portuguesas sobre a situação dos católicos no país. O escândalo eleitoral ensejara a movimentação do bispo no sentido de questionar o governo sobre as liberdades civis e intelectuais do povo português, alegando preocupação com a segurança de seu rebanho. Da cidade invicta saía, mais uma vez, um libelo contra Lisboa (MENESES, 2010). Ao final do ano, Salazar, pela televisão, deixava claro, em tons taciturnos inéditos, qual era sua preocupação fundamental: o restabelecimento da ordem social em Portugal (LINS, 1960). Não por acaso, no último trimestre de 1958, Álvaro Lins seria procurado por diversas pessoas dispostas a expor as condições das liberdades portuguesas, dando notícias e pedindo atuações quanto à prisão de figuras conhecidas no Brasil como Jaime Cortesão – sogro de Murilo Mendes – e António Sérgio. Estes acontecimentos foram devidamente relatados em correspondência com o Itamaraty com tons de preocupação, mas sempre reforçando sua disposição de não intervir diretamente nos assuntos domésticos de Portugal (LINS, 1960; SANTOS, 2011).

Enquanto isto, a oposição se convenciu da necessidade de uma quartelada para derrubar o salazarismo. Em dezembro de 1958, mais um golpe falhava antes de ser deflagrado, cumulando mais alguns presos políticos. Em 7 de janeiro de 1959, Humberto Delgado responderia ao processo de aposentadoria das Forças Armadas, sendo punido com

⁸⁰ Foi o caso do líder trabalhista inglês Aneurin Bevan, cuja entrada para eventos da oposição foi proibida em novembro de 1958 (LINS, 1960).

severos cortes em seus vencimentos, a aposentadoria compulsória e a possibilidade de incriminação civil, uma vez que já não era mais militar (DELGADO, 1991; ROSA, 2015). A partir de então, o general ficava ao alcance da PIDE. De imediato, seu grupo mais próximo se convence da necessidade de abrigá-lo de alguma maneira, sendo o asilo diplomático a melhor forma, endossada, inclusive, por Maria Iva, esposa do general sem medo. As correntes de boatos eram constantes por Lisboa, como narra o próprio Álvaro Lins (1960), sendo que diariamente chegavam ou a notícia da prisão de alguém ou de alguma sedição, seguido pelo desmentido oficial.

Eis que a 12 de janeiro de 1959, não era boato. A PIDE estava disposta a armar uma manifestação de apoio à frente da casa de Humberto Delgado, o que daria ensejo para um processo criminal, uma vez que estavam proibidas os eventos políticos em todo território português. Informado disto, Delgado se dirigiu, conseguindo escapar à política, ao prédio da chancelaria brasileira em Lisboa, onde chegou solicitando asilo diplomático. Chamado às pressas, Álvaro Lins escuta as razões do general e as posições dos diplomatas sobre o assunto, e acaba concedendo o asilo. (ROSA, 2015; DELGADO, 1991). Removido Delgado para a residência oficial do embaixador (a mesma que fazia parede-meia com a PIDE), Lins estuda os diplomas legais que dispunham sobre o asilo, basicamente os tratados de Havana (1928), de Montevideú (1933) e Caracas (1954). Todos eles dispunham que cabia ao Estado asilante o julgamento sobre a existência de perseguição política e ao chefe da missão diplomática a decisão sobre o acolhimento. Comunicado sobre o caso no dia seguinte, o Itamaraty pondera e despacha ratificando o pedido.

Os motivos que levaram Delgado a escolher a embaixada brasileira entre as outras, nunca ficou realmente claro, mas algumas especulações são possíveis. Primeiro, a escolha de um país da América do Sul, berço do estatuto do asilo político e região acostumada à prática. Segundo, o conhecimento da oposição portuguesa sobre as inclinações pessoais do embaixador brasileiro, sendo que esta já lhe procurava desde o ano anterior. Terceiro, as movimentações políticas de Delgado no Brasil, comentadas por Almeida Carvalhal (1986), dão conta da disposição do general em continuar liderando a oposição mesmo no exílio e o tamanho da comunidade portuguesa no Brasil pode ter sido um elemento definidor na escolha do lugar para continuar conspirando contra o Estado Novo. Por fim, o próprio Delgado (1991) e o seu biógrafo (e neto) Frederico Rosa (2015) falam da simpatia de Maria Iva com relação ao embaixador brasileiro, segundo ela homem digno de confiança para guardar seu marido.

Fato é que o asilo foi concedido e, imediatamente, as conversações com a chancelaria portuguesa foram iniciadas. No entanto, era um novo momento da burocracia salazarista, cujo

chanceler havia sido trocado por Marcelo Matias, saindo o amigo Paulo Cunha; resultados das reformas ministeriais resultantes das tensões pós-eleitorais. Além disso, amigo e confidente de Álvaro Lins, d. Fernão Cento, núncio apostólico em Lisboa deixaria o cargo em janeiro de 1959; que poderia ser um interessante conselheiro ao longo do entrave diplomático para o católico Lins. Em outras palavras, Lins precisava tratar com pessoas diferentes e desconhecidas sobre um assunto delicadíssimo (LINS, 1960).

Havia na embaixada um clima francamente favorável à rápida resolução do caso, pedindo um salvo conduto ao general para que, acompanhado de um funcionário da embaixada, fosse até a pista do aeroporto de Lisboa e embarcado para o Brasil. Com os documentos retidos pelas autoridades portuguesas e após várias negativas para sair do país, Delgado chegava à embaixada como último recurso para não ser preso. Mas as tratativas com o governo português se deterioraram rapidamente, pois Marcelo Matias negava a todo custo qualquer perseguição política contra Delgado e, posteriormente, passaria a ser orientado pelo próprio Salazar a pedir a saída do asilado da embaixada, para que pudesse apresentar-se às autoridades portuguesas para os procedimentos normais de saída do país. O governo insistia em que a palavra de um Estado era o suficiente para mover a boa fé de uma embaixada e que seria de bom tom que Álvaro Lins assim a acatasse, colocando Humberto Delgado para fora do território brasileiro (LINS, 1960; ROSA, 2015). Além disso, havia o fraco argumento português de que o país não fazia parte de nenhuma convenção sobre o tema, que era um estatuto tipicamente latino-americano; ao que Lins respondia com a letra dos tratados, que não exigiam a concordância do Estado acusado⁸¹.

Deixando ainda mais complexa a situação, o governo português se decidira por dar publicidade ao caso, insinuando covardias e paranóias do general. Nos dias que se seguiram ao asilo, seria ainda divulgado um comunicado na televisão portuguesa falando sobre o estatuto civil de Delgado e da jurisdição da justiça portuguesa para processá-lo. Ou seja, o Estado que negava ter qualquer intenção de aprisionar o general dizia à sua população sobre a subversão que estava acontecendo na embaixada brasileira. Enquanto isto, no Brasil, *O Globo* e *O Jornal* tinham acesso a informações confidenciais para a redação das notícias sobre o asilo, que louvaram nos primeiros momentos, mas que condenaram ao longo do caso (LINS, 1960).

⁸¹ Cabe destacar o já referido caso do asilo político dado por Portugal (que já vivia seu Estado Novo) aos integralistas brasileiros vinte anos antes. Este também seria um dos argumentos de Lins contra Matias.

O caso se configurava num impasse sem aparente solução. Ao invés de ceder em algumas posições, os portugueses começaram a aumentar as exigências para que Delgado pudesse embarcar para o Brasil. O que, inicialmente, era apenas apresentar-se à burocracia para os trâmites de emissão de passaporte e de autorização de saída, tornava-se um roteiro que incluía a espera de alguns dias em sua residência; bem como não permitiam a colaboração de funcionários da embaixada em nenhum destes trâmites (LINS, 1960; DELGADO, 1991). A vida na embaixada, no entanto, também descumpria alguns preceitos do asilo diplomático, uma vez que, como ambos relatam em suas memórias, Delgado tinha contato não apenas com seus familiares, como também com as visitas da embaixada e com os amigos, que faziam questão de avistá-lo à janela. Em informação não confirmada nas memórias, Rosa (2015) nos dá conta da existência de um sistema de comunicação secreto entre o asilado e os líderes da oposição portuguesa, com uma comunicação para deflagrar a revolução.

Com o arrastar das semanas, Álvaro Lins reforçava seu compromisso com a soberania brasileira e com o imperativo humanitário de abrigar o general até o momento em que ou a situação se resolvesse ou este se sentisse em segurança para sair da embaixada por vontade própria. Ao mesmo tempo, a PIDE aumentava a vigilância sobre a embaixada, que tornar-se-ia ostensiva a partir de fevereiro⁸². Pouco político, Lins, mais uma vez em sua vida, colocava suas noções de verdade e de justiça acima das conseqüências imediatas, empenhando-se pessoalmente na defesa do asilo (LINS, 1960). Foram curiosas as reações da imprensa brasileira. Ainda que não se questionasse a correção do asilo, o prolongamento da situação também minava os apoios que a causa recebia no Rio de Janeiro. Surpreendentemente, o lusófilo Carlos Lacerda foi à Câmara dos Deputados para fazer uma ampla defesa do asilo político de Humberto Delgado, defendendo o lugar do Brasil à luz do Direito internacional e saudando a atitude de Lins em discurso, publicado em 31 de janeiro de 1959 na sua *Tribuna da imprensa*, com os apertes entusiasmado de Neiva Moreira, importante defensor das atitudes do embaixador. No entanto, o mesmo Lacerda, nas palavras de Baena Soares (2006, p. 28), foi o “primeiro emissário” dos comendadores portugueses no Rio de Janeiro a ir à embaixada tentar demovê-los da rigidez. Autorizados por Lins, os jovens (e entusiasmados) diplomatas responderiam a Lacerda que manteriam a defesa irrestrita do que os tratados sobre o assunto previam. Coincidência ou não, Lacerda não voltaria a publicar mais texto algum com o mesmo entusiasmo sobre o caso Delgado.

⁸² Segundo Frederico Rosa (2015), a PIDE fazia questão de parar a esposa de Humberto Delgado, exigindo-lhe a revista do carro em todas as visitas durante o asilo na embaixada brasileira.

No início de fevereiro, um grande grupo de intelectuais brasileiros lança em vários jornais um manifesto de apoio e solidariedade ao embaixador Álvaro Lins, o qual, segundo o texto, muito orgulhava os brasileiros com sua atuação no caso do asilo. Tratava-se de uma reação ao movimento encabeçado pela Federação das Associações Portuguesas, que entendia o asilo como uma afronta à nação irmã, exigindo do Brasil a postura solidária de sempre e a observância do Tratado de 1953. Assinavam o primeiro grandes nomes da intelectualidade brasileira, como Carlos Drummond de Andrade, Erico Veríssimo, Darcy Ribeiro e Antonio Callado. Ao mesmo tempo, segundo Lins (1960), Kubitschek lhe fazia saber por terceiros da sua aprovação quanto ao asilo, mas também da sua exigência de que o embaixador resolvesse brevemente o assunto, que começava a preocupar o Catete.

Em fevereiro também foi a vez de Assis Chateaubriand tentar resolver o caso. Álvaro Lins (1960) relata que, indo a Lisboa, o embaixador brasileiro em Londres reuniu-se, a portas fechadas, com autoridades portuguesas durante três dias. Por óbvio, o histriônico Chateaubriand saiu de lá com o mesmo que chegou, nada. Para deixar a situação mais vexatória, teria dito a Marcelo Matias que, ao contrário do “prussiano” em “estado de inconfidência mineira”, que era Álvaro Lins; ele, Chateaubriand, era um homem colonial, submisso por natureza e pronta à obediência (LINS, 1960; SANTOS, 2011). Não obstante a má recepção da comparação pelos portugueses, ela ainda seria repetida por seu autor em conversas com a embaixada em Lisboa. Desautorizado por Lins para falar em seu nome para propor de uma reunião entre as partes no Rio de Janeiro, Chateaubriand passaria a usar seu império de comunicação para atacar o caso Delgado e o embaixador brasileiro⁸³.

O mês de fevereiro traria um novo fator para complicar tudo politicamente. O capitão Henrique Galvão fugiria do hospital militar onde estava preso e pediria asilo na embaixada da Argentina. Nova crise se instalava e a posição de Portugal recrudesceria ainda mais as suas exigências quanto aos asilados, anunciando que não admitiria que as representações diplomáticas em Lisboa se tornassem centros de subversão ao regime. Neste ínterim, Marcelo Matias passa a pressionar Álvaro Lins para que aceite a palavra empenhada por Portugal, com um Lins inteiramente resistente e disposto às últimas conseqüências por levar a cabo o asilo respeitando as disposições legais e as posições de Delgado, que se mantinha fiel à idéia de não expor-se à jurisdição portuguesa⁸⁴.

⁸³ Anos mais tarde, Arajaryr Campos (2006) lembraria daqueles momentos falando de um Assis Chateaubriand que queria ter mais poder que o próprio chanceler Negrão de Lima.

⁸⁴ As manobras do embaixador português no Rio de Janeiro, Manuel Rocheta, lançando dúvidas sobre a posição de Humberto Delgado, fizeram com que Lins pedisse a este uma declaração oficial, à qual

No mesmo mês, Erico Veríssimo vai a Lisboa e, a convite da Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa, faz uma conferência no teatro do *campus*. Após estar alguns dias na embaixada e ter expresso a Lins sua defesa ao caso Delgado e recusar convites de homenagens governamentais, vai ao teatro D. Maria II discutir literatura a 2 de março. Quando questionado pela audiência sobre o motivo da estagnação da literatura portuguesa, sua resposta é simples: “A censura”, e o disse por ser “desonestidade ou cobardia não falar claro numa hora como esta”. Relatando esta passagem na *Última Hora* de 5 de abril de 1959, Veríssimo ainda afirmaria que existia uma campanha para denegrir a embaixada brasileira e seu embaixador, que, segundo ele, desempenhavam um papel exemplar na questão. Segundo Baena Soares (2006), ao final da conferência as ovações também alcançavam Álvaro Lins, que fora orientado pelos diplomatas a não reagir aos gritos de “viva o Brasil” vindos da platéia. Segundo o diplomata, a partir deste ponto, Portugal se convenceu de que era preciso superar o embaixador e passar a exercer pressão diretamente sobre Juscelino.

O comportamento reticente do presidente foi notado um pouco tardiamente por Álvaro Lins (1960). Sentia-se progressivamente abandonado e desprestigiado numa luta contra o salazarismo, que passava a entender como sua. Aparentemente, Kubitschek preferia que seu embaixador se sacrificasse frente à insistência portuguesa de que Delgado poderia sair pela porta da frente sem que nada lhe acontecesse, mas desacreditando definitivamente general e embaixador. Por sua vez, a oposição portuguesa começava a incentivar a permanência do general no país sob a proteção da embaixada brasileira. Para a noite de 11 de março, civis e militares tinha acertado a revolta da Sé, na qual, sob a proteção de um padre opositor, os revoltosos, após assaltarem as residências oficiais dos chefes das forças de repressão, reunir-se-iam à Sé, para dar os sinais para a sedição generalizada. Na oportunidade, Delgado estava plenamente consciente da revolta e pronto para deixar a embaixada para liderar a revolta tão logo lhe chegassem os primeiros sinais. No entanto, movimentações suspeitas fizeram com que seus líderes fossem presos e a reunião da Sé tornada, apenas, num desespero de civis tentando destruir os planos já escritos (ROSAS, 2015; DELGADO, 1991). Segundo Rosas (2015), Delgado teria informado Álvaro Lins sobre a revolta de maneira genérica para não comprometê-lo, mas isto não consta das memórias de nenhum dos dois personagens.

O avançamento das negociações em março, após a passagem de Veríssimo, era acompanhado de uma crescente simpatia da imprensa inglesa por Delgado, ao mesmo tempo

ele respondeu “por favor, telegrafe ao ministro Negrão de Lima e diga-lhe que só abandonarei a Embaixada se for expulso por escrito. Caso contrário, procurarei refúgio no Brasil nos termos já oferecidos” (DELGADO, 1991, p. 160).

que o, outrora simpático ao salazarismo, *New York Times* começa a escrever a favor do general asilado (RODRIGUES, 1998). A solução passa a ser urgente, e é a hora de sacar Lins do circuito. O silêncio do Itamaraty passaria a ser quebrado para deixar evidente o isolamento do embaixador, que já não contava nem mesmo com o apoio presidencial. Apesar de já ter tentado que Martim Francisco, diplomata da missão, tentasse expor a Negrão de Lima a situação na embaixada em fevereiro; Lins faria seu último movimento claro em 6 de março de 1959. Usando do costumeiro tom afetuoso, Álvaro Lins envia duas cartas, uma para o presidente e outra para Sette-Câmara, pedindo que este facilite a conversação com Kubitscheck. Na carta a Juscelino, faz de portador Alarico Silveira, ao qual caberia, dada a impossibilidade de deixar a embaixada, expor, pela primeira vez, ao presidente a situação vivida com o caso Delgado, pedindo-lhe a intervenção. A resposta, ao que se sabe, jamais veio.

Infelizmente, a correspondência de Álvaro Lins minguou após esta data, bem como seu *Missão em Portugal* não adentra nos meses de março e abril de 1959. A previsão de dois novos volumes, cujas promessas deixam vestígio na bibliografia do autor no início dos seus livros de 1963, levou consigo a promessa das revelações dos meses seguintes da missão⁸⁵. Sabe-se, no entanto, que João Dantas, diretor do *Diário de Notícias*, franco apoiador de Lins no Rio de Janeiro, foi a Lisboa em março de 1959 para tentar dar uma solução ao caso. Frustradas as expectativas, retorna ao Rio de Janeiro, mas, ao contrário dos emissários anteriores, continua hipotecando seu apoio ao embaixador até a resolução do caso. Para Baena Soares (2006), a diplomacia portuguesa desferiria um golpe de misericórdia naquele mês, quando convida Juscelino Kubitschek para ser co-anfitrião, ao lado de Américo Tomás, das Comemorações Henriquinas de 1960, que celebrariam o quinto centenário da morte do infante D. Henrique. Para o diplomata, a partir de então, torna-se ainda maior a pressão contra a embaixada por uma solução rápida a gosto português.

A 15 de abril, aparecem nos anais do Senado as primeiras (e únicas) referências ao caso. Em discurso exaltado, Victorino Freire reconhece o direito ao asilo do general, mas condena a conduta personalista de Álvaro Lins, que passava a desconfiar da palavra de uma “nação irmã”, imiscuindo-se nos seus assuntos internos. Paradoxalmente, é do udenista

⁸⁵ Em seu *O relógio e o quadrante*, de 1964, lê-se entre as obras do autor: “Fascismo em nome de Cristo – segunda parte de ‘Missão em Portugal (em revisão para o prelo)’ e ‘Uma granja e um banco (a outra missão em Portugal) (em preparo)’”. Segundo Silva Júnior (2002), a biblioteca de Álvaro Lins foi invadida e parcialmente destruída nos primeiros movimentos do golpe de 1964; provavelmente, tenham ido com a violência essas páginas inéditas.

Afonso Arinos que parte a palavra conciliatória, elogiando a posição de Lins e desejando que a ação do secretário-geral do Itamaraty, Mendes Vianna, que partira para Portugal, obtivesse por termo para a questão.

A 16 de abril, com a presença do retornado João Dantas, Mendes Vianna tem uma entrevista diretamente com Humberto Delgado, exibindo-lhe um Brasil sorridente e pronto para recebê-lo tão logo ele aceitasse as condições impostas pelo governo português para sua partida. Àquela altura, era evidente que Lins já pouco arbitrava sobre a situação, que passaria a ser discutida entre as chancelarias. A negativa de Delgado à oferta levou Vianna a outra rodada de conversações com as autoridades portuguesas, com a presença de Lins e Dantas. A 20 de abril, nova proposta é assinada oficialmente entre Marcelo Matias e Mendes Vianna, na qual o carro da embaixada deveria deixar Delgado na sala de passageiros do aeroporto de Lisboa, onde o general receberia as documentações necessárias. Como seu último ato de resistência, Álvaro Lins se recusou a assinar a proposta, bem como o reconhecimento do fim do asilo. Diante de nova recusa de Delgado e da posição do embaixador, João Dantas liga para o Rio de Janeiro, de onde, decidido a acabar com o impasse sem ter de optar por nenhum dos lados oficialmente, chegou a ordem de solucionar o caso extra-oficialmente com as autoridades portuguesas. Então, na noite de 20 de abril de 1959, adotava-se a solução proposta por Lins em 13 de janeiro: um carro da embaixada, com um funcionário – novamente, o fiel Alarico Silveira –, levava o asilado à pista do aeroporto de Lisboa, embarcando num Panair com destino o Rio de Janeiro, a bordo do qual Silveira conferia o visto de entrada ao general sem medo (DELGADO, 1991; ROSA, 2015; SOARES, 2006).

No rescaldo da crise, Lins tirou um período de férias aprovado pelo Itamaraty, durante o qual permaneceu na Europa. Sob todas as suspeitas de que não retornaria a Portugal, voltou ao posto para cumprir todos os trâmites burocráticos de fim da missão, onde permaneceria até meados do segundo semestre, para transmitir o lugar para Negrão de Lima, seu substituto. Juscelino Kubitschek ainda insistiria pela sua permanência no governo, oferecendo-lhe a embaixada no México⁸⁶ ou no Japão, provavelmente para não ganhar um vivo opositor no Rio de Janeiro (SOARES, 2006; LINS, 1960).

Recusadas todas as propostas, encerrava-se a vida de Álvaro Lins dentro do governo. O retorno ao Rio de Janeiro e à oposição lhe aguardavam. E, assim, encerrava sua missão em Portugal.

⁸⁶ O que gerou pronta indignação em Victorino Freire, que usou a tribuna do Senado para agitar uma oposição sobre a possível nomeação.

Considerações finais

*“A ninguém cabia sujar-se por quatro patacas.
Quer sujar-se? Suje-se gordo!”
(Machado de Assis)*

A epígrafe que nos guia nestas últimas páginas é a mesma que serviu de mote a Álvaro Lins em suas últimas linhas sobre o caso Delgado. Sugeria ao presidente que romper seus compromissos com a democracia por conta de Portugal era sujar-se por pouco, cabia, citando Machado de Assis, sujar-se gordo.

I. Algumas linhas à guisa de um epílogo

Talvez sejamos felizes aqui se citarmos as palavras de Negrão de Lima quando chegou em Lisboa para assumir a embaixada: “não tenho planos, vim para amar Portugal”. Para Baena Soares (2006), esta frase foi a senha para a dispersão do corpo diplomático que estivera junto a Álvaro Lins. A política externa brasileira voltava à sua normalidade amistosa com Portugal, para, juntos, celebrarem os quinhentos anos da morte do infante D. Henrique. O pesadelo Delgado traduzir-se-ia, como disse Sette-Câmara décadas depois, num evento dominado pela loucura de um embaixador disposto a apoiar um inimigo de Portugal e do povo português. A fratura e a ferida eram cauterizadas pelo silêncio curativo que só a diplomacia é capaz; a ordem conhecida se restabelecia.

Álvaro Lins, antes de retornar ao Brasil, entregou às autoridades portuguesas sua Grã-Cruz da Ordem de Cristo, bem como os diplomas e as divisas que lha acompanhavam, com uma carta em que afirmava que, pelo seu amor ao povo português, rompia com aquele Portugal. Chegado ao Rio de Janeiro em 1959, também romperia, pessoal e politicamente, com Juscelino Kubitschek, desta vez, em nome do Brasil (e de sua honra, para ele, corrompida com a subserviência a Portugal) e dos valores democráticos, sob os quais os dois se irmanaram em 1955 (LINS, 1960). Acossado pela realidade política e decepcionado com o abandono experimentado por alguns de seus amigos, Lins regressaria aos seus rodapés, agora no *Diário de Notícias*, e à militância política, mas, desta vez, na oposição⁸⁷. Presidiria conferências, inclusive na União Soviética, sobre a auto-determinação dos povos e os direitos

⁸⁷ Seu *Missão em Portugal* (1960), render-lhe-ia, no ano seguinte, o prêmio Jabuti de Personalidade do ano.

humanos nos anos seguintes; eventualmente, mandando algumas provocações a Juscelino. No entanto, o golpe de 1964 ser-lhe-ia fatal politicamente, recolhendo-se, cada vez mais, na pura crítica literária (SILVA JÚNIOR, 2002). Sua aproximação, nos anos anteriores, com as associações socialistas brasileiras e com a União Soviética não passaria despercebida à sanha perseguidora dos militares brasileiros, que invadiram sua casa nas primeiras horas do golpe. Sua morte, em 1970, colocou fim à vida de um homem isolado cuja sanidade mental continuaria sendo colocada em questão. No seu velório – em mangas de camisa e segundo o *Jornal do Brasil* – receberia a visita de Juscelino, que iria mais como amigo arrependido do que como ex-presidente saudando um antigo colaborador. A Revolução dos Cravos entregaria à viúva, dona Heloísa Lins, a comenda de Dama da Ordem do Infante D. Henrique, em 5 de abril de 1975. Da mesma maneira, a República Portuguesa conferiria, em 28 de dezembro de 1994, uma nova comenda ao próprio Álvaro Lins, desta vez a Grã-Cruz da Ordem da Liberdade; além de, ainda hoje, reconhecer sua comenda da Grã-Cruz da Ordem de Cristo (PORTUGAL, 2016).

Juscelino Kubitschek continuaria sorrindo e acenando para Portugal. Se gordo, não sabemos; mas continuava sujando-se com a ditadura salazarista. A democracia e o pensamento político brasileiros continuariam provando-se sujeitos às seduções e investidas do autoritarismo em caso de “perigos” de esquerda. As acusações de Álvaro Lins de deslumbramento com o poder e de traição aos ideais que animaram a campanha de 1955 não seriam por ele respondidos.

Portugal e seu Estado Novo mergulharam na última noite do salazarismo. Os traumas de 1958 levaram a nova reforma da legislação portuguesa, que baniria as eleições para a presidência em definitivo no Estado Novo. Salazar era chefe de governo laureado pela capacidade de manter a ordem, afastando as articulações intestinas da União Nacional para permanecer no governo até sua doença e morte, em 1970, quando subiria à presidência do Conselho o sempre presente Marcelo Matias. Américo Tomás, o mais questionado dos presidentes portugueses do Estado Novo, alcançaria 16 anos de poder, até ser apeado, junto com todo o regime, pela Revolução dos Cravos. A vitória no caso Delgado não se sustentaria com o documento assinado entre as chancelarias, que inundaria a imprensa portuguesa. Mesmo sem o reconhecimento formal, Delgado era compreendido como um asilado político daquele Portugal; a derrota era incontestável (MENESES, 2010).

O general sem medo tentaria, sem sucesso, tramar no Brasil, onde a resistência ao salazarismo se provava rarefeita demais até mesmo para custear a vida de Humberto Delgado. Provocaria novamente a ira do governo português entrando disfarçado no país pelo norte da

África e saindo sem causar suspeitas na inteligência da PIDE. Henrique Galvão e ele também se envolveriam, em 1960, no sequestro do paquete Santa Maria; mas a revolução se provava mais distante. O levante não ocorreria a tempo, pois foi assassinado pela PIDE no interior da Espanha em 1965, juntamente com sua secretária (e admiradora) Arajaryr Campos, a brasileira perseguida por ordens de Salazar (ROSA, 2015; DELGADO, 1991; CAMPOS, 2006).

Um epílogo, portanto, para, exceções guardadas, entoar o conhecido ditado português: *Tudo como dantes no quartel de Abrantes*. O terrível fatalismo político parece ter sido beneficiado pelo tempo sobre a embaixada de Álvaro Lins, que, sem dúvida, desafiara-lhe.

II. Algumas questões interpretativas

Como reafirmado ao longo do texto, preocupamo-nos, aqui, em buscar novas interpretações pelo cruzamento de fontes e de dimensões. Esperamos ter deixado claro que não basta a acusação contra a sanidade mental de Álvaro Lins; suas ações, ainda que inspiradas dentro de uma personalidade tempestuosa, foram medidas de um homem do seu tempo à procura de respostas que sua realidade não era capaz de dar. Em seu texto de rompimento com o presidente, Lins (1960) diz estar convencido de não ter traído a si mesmo, preservando seu amor ao povo português e aos valores democráticos. Talvez, o que tenha lhe acontecido na entrada de Humberto Delgado na chancelaria em Lisboa foi a chegada irresistível da realidade política. O que, até então, era o diálogo amigo com as oposições portuguesas disciplinados pela ética do serviço diplomático foi açambarcado pela consciência de um erudito clássico, que exigia de si mesmo a retidão e o sacerdócio da verdade de maneira a desafiar a própria autoridade católica. As dúvidas fermentadas ao longo dos anos em Portugal podem ter desenvolvido uma pressão irresistível sobre suas parcas habilidades políticas, principalmente com o crescimento da dissidência católica ao regime salazarista. A loucura parece ser mais da bibliografia do que da personagem, que segue carecendo de um estudo detalhado, mas que, esperamos, teve aqui um tratamento digno sobre as convicções que lhe davam o *moto* para agir.

Paralelamente, a forma como o período se desenvolveu nos permite supor o quão distante estava da realidade brasileira o apoio à democratização e à auto-determinação dos povos. O compromisso com Portugal construía uma teia de interesses políticos e de conceitos que distanciava muito o Brasil do apoio real a estas rupturas. Como já dito, Humberto Delgado jamais se propusera, até então, a apoiar o desmonte do império colonial, muito

mesmo qualquer aproximação real com o bloco soviético. Ora, o “simples” aceno com a possibilidade da mudança democrática fez soar, dos dois lados do Atlântico, os alarmes para a instabilidade, violando o interesse de elites dirigentes. Como esperar daquele Brasil uma preocupação séria com a auto-determinação dos povos lusófilos? Como supor um compromisso democrático brasileiro depois de obedecer a tantas vontades de um regime autoritário às expensas de homens dispostos ao compromisso democrático? Não nos parece exagero dizer que, por este ponto de vista, o debate político brasileiro estava atrasado em duas décadas com relação ao resto do mundo. Não era apenas Portugal um Estado anacrônico velejando de encontro com as transformações mundiais do século XX. A diferença? Portugal, talvez, fosse mais hábil (e lúcido) do que seu par americano.

Por sua vez, parece-nos que a explicação da existência do vetor sentimental como reinante sobre as relações retóricas de Brasil-Portugal, bem como sobre a fraternidade brasileira descolada de qualquer pragmatismo. Quando enquadramos as relações dentro de seus significados e do momento da política doméstica, bem como de orientações que estejam fora da estrita lógica da política externa, outras razões começam a emergir. Desde as pressões da Federação das Associações Portuguesas até o clima intelectual da época, vemos razões equilibradas para considerar de outras maneiras as relações bilaterais. Amado Cervo foi felicíssimo ao enquadrar numa longa duração este fenômeno, mas, parece-nos, os resultados podem ser mais interessantes se também arranjados tendo em vista que se trata de um fenômeno social no tempo. Ou seja, considerar apenas a falta de substância das relações pode gerar uma distorção nas análises; mas quando vemos, no nosso caso, que a embaixada de Álvaro Lins não paira no ar, como também não depende das vontades efêmeras, conseguimos localizar cadeias de significados e de conceitos que, quando respeitadas em suas temporalidades, geram possibilidades interpretativas que ampliam sensivelmente o ângulo de visão sobre a questão. Em outras palavras, “superar” as relações internacionais para lançar-se aos ventos da História em sentido *lato*, aquela que se preocupa com o fenômeno humano em sociedade no tempo, pode ser um caminho virtuoso para a História das Relações Internacionais.

Do ponto de vista teórico de Relações Internacionais, é bem verdade que esta dissertação tem pouco (ou nada) a contribuir. Ao fragmentarmos os conceitos e ao subvertermos a orientação teórica em nome da intuição em busca da verdade, corremos um risco gravíssimo do ponto de vista científico que é o acúmulo de dados sem uma organização inteligível e consistente. Por isto, nosso subterrâneo, porém declarado, diálogo com a produção existente sobre o tema e as possibilidades teóricas. Aqui, nada foi propriamente

testado em termos de teoria, mas se tentou, às raias da exaustão intelectual, apresentar na prática a eficiência possibilidades consagradas na historiografia, mas novas para o tema.

Voltando a Agamben, tentamos ler o livro que o tempo esqueceu com a maior clareza possível. Outros esforços virão, sem dúvida, é assim que vai a ciência; mas fizemos aqui um trabalho possível para o nosso estágio intelectual e para o momento acadêmico em que estamos envolvidos. A fratura no tempo que identificamos e investigamos aqui revelou um intelectual mais cioso das suas opiniões do que de si mesmo ou da política. Se bom para um intelectual, talvez seja desastroso para um diplomata. De qualquer maneira, pudemos abrir, mesmo que por instantes, a caixa que guarda algumas engrenagens daquele tempo graças a esta fratura, que deixou penetrar a luz por suas contradições frente à tradição de conhecimento que o tempo social construiu.

Na proximidade da exaustão, alertamos que o *Vento bravo* de Tom Jobim e Edu Lobo dá breve notícia do que é embrenhar-se nos presentes alheios com estas ferramentas que aqui utilizamos:

*“Era argola, ferro, chibata e pau
Era a morte, o medo, o rancor, o mal
Era a lei da Coroa Imperial
Calmaria negra de pantanal
Mas o tempo muda e do temporal
Surge o vento bravo, o vento bravo*

*Como um sangue novo
Como um grito no ar
Correnteza de rio
Que não vai se acalmar
Se acalmar*

*Vento virador no clarão do mar
Vem sem raça e cor, quem viver verá
Vindo a viração vai se anunciar
Na sua voragem, quem vai ficar
Quando a palma verde se avermelhar
É o vento bravo
O vento bravo”*

Em outras palavras, se é para dedicar-se a tempos que não sejam nossos, parece-nos necessário “sujar-se gordo” com as suas verdades e dificuldades. Afinal, “chove sangue sobre as nuvens do Senhor”.

Referências bibliográficas

- ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. **Álvaro Lins**. Rio de Janeiro, 2013. Disponível em <<http://www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=199>>. Acesso em 20 nov. 2016.
- AGAMBEN, Giorgio. Sobre a dificuldade de ler. **Cult**, n. 180, jun. 2013.
- _____. **O que é o contemporâneo? e outros ensaios**. Chapecó: Argos, 2009.
- ALLISON, Grahem T. Conceptual models and the Cuban missile crisis. **The American Political Science Review**, v. 53, n. 3, p. 689-718, 1969.
- ALVES, Jorge Fernandes. **O furacão “Delgado” e a ressaca eleitoral de 1958 no Porto**. Porto: CLC-FLUP, 1998.
- ANDRADE, Carlos Drummond. O escritor e sua paixão. In: **Jornal do Brasil**, 06.06.1970.
- ANSELMO, Manuel. **Discurso a Portugal**. Lisboa: Editorial Organizações LDA, 1961.
- ARAÚJO, Cleiton dos Santos. **Matrizes do pensamento autoritário no Brasil republicano (1889-1964)**. 2006. 86f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Instituto de Ciência Política, Universidade de Brasília, 2006.
- ARBILLA, José Maria. Arranjos institucionais e mudança conceitual nas políticas externas argentina e brasileira (1989-1994). **Contexto Internacional**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 2, p. 337-383, 2000.
- ARENDT, Hannah. **As origens do totalitarismo: antissemitismo, imperialismo, totalitarismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- ARRUDA FURTADO, Rafael. **Relações Brasil-Índia (1947-1964): A Descolonização dos Enclaves Portugueses**. 2008. 147f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Instituto de Relações Internacionais, Universidade de Brasília, 2008.
- AZEVEDO FILHO, Leodegário de. *Estudo filológico*. In: CAMÕES, L. **Os lusíadas**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 2007.
- BANDEIRA, Manuel. **Toda poesia e prosa**. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2009.
- BARRETO, Vicente Costa Pithon. **Política externa independente (1961-1964): o parlamento e o caso do colonialismo português na África**. 2010. 105f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Instituto de Relações Internacionais, Universidade de Brasília, 2010.
- BENSE, Max. **Inteligência brasileira: uma reflexão cartesiana**. São Paulo: Cosac Naify, 2009.
- BEOZZO, José Oscar. *A Igreja entre a revolução de 1930, o Estado Novo e a redemocratização*. In: FAUSTO, B. (org.), **História Geral da Civilização Brasileira – O Brasil republicano IV: economia e cultura (1930-1964)**. São Paulo: DIFEL, 1984. Pp. 271-342.
- BOBBIO, Norberto. **Os intelectuais e o poder**. São Paulo: Editora UNESP, 1997.

- BOJUNGA, Claudio. **JK: o artista do impossível**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2010.
- BOLLE, Adélia Bezerra de Meneses. **A obra crítica de Álvaro Lins e sua função histórica**. Petrópolis: Vozes, 1979.
- BOSI, Alfredo. **História concisa da Literatura Brasileira**. São Paulo: Cultrix, 1994.
- BRANDÃO, Fernando de Castro (org.). **Cartas singulares a Salazar**. Lisboa: Ed. do autor, 2015.
- BRASIL, Antônio. **O pensamento crítico de Álvaro Lins**. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1985.
- BRAUDEL, Fernand. **Escritos sobre a História**. São Paulo: Perspectiva, 2013.
- BULHÕES, Marcelo. *Leituras de um livro obscuro*. In: RIBEIRO, J., **A carne**. Cotia: Ateliê editorial, 2002.
- BURKE, Peter (org.). **A escrita da história**. São Paulo: Ed. UNESP, 2011.
- CAETANO, Marcelo. **Discurso**. Braga: Livraria Cruz, 1960.
- CALMON, Pedro. **História social do Brasil: a época republicana (vol. 3)**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- CAMÕES, Luís de. **Os lusíadas**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 2007.
- CAMPOS, Arajaryr. **Uma brasileira contra Salazar: a secretária do general Humberto Delgado no exílio**. Lisboa: Livros Horizonte, 2006.
- CAMPOS, Roberto. **A lanterna na popa: memórias**. Rio de Janeiro: Topbooks, 1994.
- CÂNDIDO, Antônio. *Educação pela noite*. In: AZEVEDO, Á. de, **Teatro de Álvares de Azevedo: Macário / Uma noite na caverna**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- CARR, Edwar H. **Que é história?**. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 2011.
- CARVALHAL, Luís de Abreu de Almeida. **A verdade sobre Humberto Delgado no Brasil: cartas inéditas, notas e comentários**. Rio de Janeiro: do autor, 1986.
- CARVALHO, Rita Almeida de (org.). **Oliveira Salazar e Gonçalves Cerejeira: correspondência (1928-1968)**. Lisboa: Círculo de leitores e temas e debates, 2010.
- CERVO, Amado. **A parceria inconclusa: as relações entre Brasil e Portugal**. Belo Horizonte: Editora Fino Traço, 2011.
- _____. As relações entre Portugal e Brasil: o peso da história. **Boletim Meridiano** 47, n. 2, p. 2-7, ago. 2000.
- CERVO, Amado, José Calvet de Magalhães. **Depois das caravelas: as relações entre Portugal e Brasil 1808-2000**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2000.
- CHALMERS, A. F. **O que é ciência, afinal?**. São Paulo: Brasiliense, 2011.
- CHAVES, Juca. **Presidente Bossa Nova**. Rio de Janeiro: Chantecler, 1958.

CHIQUIM, Giovana. Autor e leitor órfãos: a trajetória de Álvaro Lins e as consequências do fim da crítica de rodapé no Brasil. In: **Terra roxa e outras terras**: revista de estudos literários, vol.15, jun.2009.

COLLINGWOOD, R. G. **A idéia de História**. Lisboa: Editora Presença, 1994.

COMISSÃO DO LIVRO NEGRO SOBRE O REGIME FASCISTA. **Correspondência entre Mário Figueiredo e Oliveira Salazar**. Mira-Sintra: n.d., 1986.

CUNHA, Adrião Pereira da. **Humberto Delgado**: nos bastidores de uma campanha. Porto: Edições Afrontamento, 2014.

CUNHA, Euclides da. **Os sertões**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2014.

DELGADO, Humberto. *Discurso de Humberto Delgado em Chaves: 22 de maio de 1958*. In: DELGADO, I., C. Pacheco, T. Faria (orgs.), **Humberto Delgado**: as eleições de 58. Lisboa: Vega, 1998. Texto avulso.

_____. **Memórias de Humberto Delgado**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1991.

_____. **A tirania portuguesa**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1995.

DELGADO, Iva. *A campanha*. In: DELGADO, I., C. Pacheco, T. Faria (orgs.), **Humberto Delgado**: as eleições de 58. Lisboa: Vega, 1998a. Pp. 63-112.

DERRIDA, Jacques. História da mentira: prolegômenos. **Estudos avançados**, São Paulo, v. 10, n. 27, maio-ago. 1996.

DINES, Alberto. **Morte no paraíso**: A tragédia de Stefan Zweig. Rio de Janeiro: Rocco, 2012.

DUROSELLE, Jean-Baptiste. **Todo império perecerá**: teoria das Relações Internacionais. Brasília: Editora UnB, 2000.

EAGLETON, Terry. **Teoria da Literatura: uma introdução**. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

FALCÃO, Armando. **Tudo a declarar**. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1989.

FARGE, Arlette. **O sabor do arquivo**. São Paulo: EDUSP, 2009.

FARIA, Telmo. *Quem tem a tropa....* In: DELGADO, I., C. Pacheco, T. Faria (orgs.), **Humberto Delgado**: as eleições de 58. Lisboa: Vega, 1998. Pp. 238-284.

FEIJÓ SOBRINHO, Pedro da Silva. **Comunidade dos países de língua portuguesa**: Institucionalização e relações culturais, político-diplomáticas e econômicas. Rio de Janeiro: Editora Revan, 1997.

FERREIRA, José Medeiros. *As forças armadas no contexto das eleições de 1958*. In: DELGADO, I., C. Pacheco, T. Faria (orgs.), **Humberto Delgado**: as eleições de 58. Lisboa: Vega, 1998. Pp. 227-237.

FICHTE, Johann Gottlieb. **O destino do erudito**. São Paulo: Hedra, 2014.

FISCHER, Luís Augusto. Reféns da modernistolatria. **piauí**, São Paulo, n. 80, p. 60-63, maio 2013.

FONTOURA, João Neves da. **Discurso de resposta a Álvaro Lins em nome da Academia Brasileira**. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1956.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. São Paulo: Edições Loyola, 2010.

FRANÇA, Humberto, Lourival Holanda (orgs.). **Álvaro Lins**: ensaios de crítica literária e cultural. Recife: Ed. UFPE, 2007.

FREYRE, Gilberto. **O mundo que o português criou**. São Paulo: É realizações editora, 2010.

_____. As organizações corporativas em Portugal. In: **O Cruzeiro**, 14.jul.1956.

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO. **Contribuição à crítica literária brasileira, Álvaro Lins**: inventário bibliográfico e documental. SANTOS, Veronilda (Org.). S.d.. Disponível em <http://www.fundaj.gov.br/images/meca/documentacao/alvaro_lins.pdf>. Acesso em 20.nov.2016.

FURTADO, Rafael Arruda. **Relações Brasil-Índia (1947-1964)**: a descolonização dos enclaves portugueses. 2008. 147f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais). Instituto de Relações Internacionais, Universidade de Brasília, 2008.

GINZBURG, Carlo. **A micro-história e outros ensaios**. Lisboa: Gradiva, 1994.

_____. **O queijo e os vermes**. São Paulo: Companhia de Bolso, 2006.

_____. **Mitos, emblemas, sinais**. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

GONÇALVES, Williams. *As relações luso-brasileiras nos anos 1950*. In: SOUSA, F. (Org.), **As relações Brasil-Portugal no século XX**. Porto: Fronteira do Caos Editores, 2010. Pp. 99-120.

GRILL, Igor Gastal. “Memórias” de políticos brasileiros: produção escrita, gestão de imagens e “teorizações” nativas do jogo político. In: **Política e sociedade**, vol. 11, nº 22, novembro de 2012.

HAAS, Peter M. Introduction: epistemic communities and international policy coordination. **International Organization**, v. 46, n. 1, p. 1-35, 1992.

HOBBSAWM, Eric J. **A era dos impérios (1875-1914)**. São Paulo: Ed. Paz e Terra, 2010.

HOLANDA, Sérgio Buarque. **Visão do paraíso**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

IKENBERRY, John. **After victory**: institutions, strategic restraint, and the rebuilding of order after major wars. Princeton: Princeton University Press, 2000.

JAGUARIBE, Hélio. **O nacionalismo na atualidade brasileira**. Rio de Janeiro: Instituto Superior de Estudos Brasileiros, 1958.

_____. Política ideológica e política de clientela. In: **Jornal do Commercio**, 14.maio.1950.

JUNQUEIRA, Ivan. **A memória reverenciada: Álvaro Lins e a crise da literatura.** Vídeo disponibilizado pela Academia Brasileira de Letras em 18.jul.2012. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=U8fDRfD5_7c. Acessado em 20.nov.2016.

KENNEDY, Paul. **Ascensão e queda das grandes potências.** Rio de Janeiro: Editora Campos, 1989.

KEOHANE, Robert O. **After hegemony: cooperation and discord in the world political economy.** Princeton: Princeton University Press, 1984.

KING, Gary; KEOHANE, Robert O.; VERBA, Sidney. **Designing Social Inquiry: Scientific inference in qualitative research.** Princeton: Princeton University Press, 1994.

KUPERMAN, Esther. **Velha bossa nova: a SUMOC e as disputas políticas no Brasil dos anos 50.** Rio de Janeiro: Garamond, 2012.

LE GOFF, Jacques. **A História Nova.** São Paulo: Martins Fontes, 2005.

_____. **História e memória.** Campinas: Ed. UNICAMP, 1990.

LEITÃO DA CUNHA, Vasco. **Diplomacia em alto-mar: depoimento ao CPDOC.** Brasília: FUNAG, 2003.

LEVI, Giovanni. *Sobre a micro-história.* In: BURKE, P, **A escrita da história.** São Paulo: Ed. UNESP, 2011. Pp. 135-165.

LIMA FILHO, Andrade. **China gordo: Agamenon Magalhães e sua época.** Recife: Editora Universidade, 1976.

LINS, Álvaro. **Discurso de posse na Academia Brasileira: Estudo sobre Roquette-Pinto.** Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1956a.

_____. **Discurso sobre Camões e Portugal.** Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1956.

_____. **A glória de César e o punhal de Brutus.** Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1963.

_____. **História literária de Eça de Queiroz.** Porto Alegre: Edição da Livraria do Globo, 1946.

_____. **Missão em Portugal.** Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1960.

_____. **Os mortos de sobrecasaca: ensaios e estudos (1940-1960).** Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1963a.

_____. **Rio Branco (2 vol.).** Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1945.

_____. **A técnica do romance em Marcel Proust.** Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1968.

LINS, Álvaro, Aurélio Buarque de Hollanda. **Roteiro literário do Brasil e de Portugal: antologia da língua portuguesa (2 vol.).** Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1956.

MACHADO, Ubiratan. **História das livrarias cariocas.** São Paulo: Edusp, 2012.

MAGALHÃES, José Calvet de. **Breve história das relações diplomáticas entre Brasil e Portugal**. São Paulo: Terra e Paz, 1999.

_____. *Do Tratado de Amizade e Consulta à Revolução Portuguesa de 1974*. In: CERVO, A.; MAGALHÃES, J. C.. **Depois das caravelas**: as relações entre Portugal e Brasil 1808-2000. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2000. Pp. 277-329.

MAIA, Eduardo César(org.). **Álvaro Lins**: sete escritores do nordeste. Recife: CEPE, 2015.

_____. (org.). **Álvaro Lins**: sobre crítica e críticos. Recife: CEPE, 2012.

_____. **Crítica e contingência**: Uma reavaliação da crítica humanista através do perspectivismo filosófico de José Ortega y Gasset e do personalismo crítico de Álvaro Lins. 2013. 239f. Tese (Doutorado em Letras) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal de Pernambuco, 2013.

MALAN, Pedro Sampaio. *Relações Econômicas Internacionais do Brasil (1945-1964)*. In: FAUSTO, B. (org.), **História Geral da Civilização Brasileira – O Brasil republicano IV**: economia e cultura (1930-1964). São Paulo: DIFEL, 1984. Pp. 49-106.

MARANHÃO, Ricardo. *O Estado e a política “populista” no Brasil (1954-1964)*. In: FAUSTO, B. (org.), **História Geral da Civilização Brasileira – O Brasil republicano III**: sociedade e política (1930-1964). São Paulo: DIFEL, 1981. Pp. 257-296.

MEARSHEIMER, John. **The tragedy of great Power politics**. Nova Iorque: WW. Norton, 2001.

MELO RITA, Maria da Conceição de, Joaquim Vieira. **Os meus 35 anos com Salazar**. Lisboa: A esfera dos livros, 2007.

MENESES, Filipe Ribeiro. **Salazar**: Biografia definitiva. São Paulo: Leya, 2011.

MICELI, Sergio. *Carne e osso da elite política brasileira pós-1930*. In: FAUSTO, B. (org.), **História Geral da Civilização Brasileira – O Brasil republicano III**: sociedade e política (1930-1964). São Paulo: DIFEL, 1981. Pp. 557-596.

MORAES, José Geraldo Vinci de, José Marcio Rego. **Conversas com historiadores brasileiros**. São Paulo: Editora 34, 2007.

MORAIS, Fernando. **Chatô**: o rei do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

NASCIMENTO, Raphael Oliveira do. **Idéias, Instituições e Política Externa no Brasil de 1945 a 1964**. 2005. 141f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Instituto de Relações Internacionais, Universidade de Brasília, 2005.

NETO, Amorim. **De Dutra a Lula**: A condução e os determinante da política externa brasileira. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

NETO, Fernandino. Projeto “Ano Nacional Álvaro Lins” busca adesões. **Jornal Vanguarda**, publicado em 08 out. 2011. Disponível em <<http://www.jornalvanguarda.com.br/v2/?pagina=noticias&id=9437>>, acesso em 20.nov.2016.

NOGUEIRA, Octaciano. **A constituinte de 1946**: Getúlio, o sujeito oculto. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

NOVAES, Adauto (org.). **O silêncio dos intelectuais**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

OLIVEIRA, Sarah Luna de. **A exploração simbólica do Brasil em defesa do império lusitano**: uma análise das comemorações cívicas e da literatura escolar portuguesa (1880-1960). 2011. 333f. Tese (Doutorado em Altos Estudos de História) – Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra, 2014.

ONUF, Nicholas. **World of our making**: rules and rule in Social Theory and International Relations. South Carolina: University of South Carolina Press, 1989.

ORTIZ, Renato. **Cultura brasileira e identidade nacional**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

PAIM, Antonio. *Correntes e temas políticos contemporâneos*. In: BARRETO, F.; PAIM, A (orgs.). **A evolução do pensamento político brasileiro**. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1989. Pp. 419-460.

PALZONOFF JÚNIOR, Paulo. Saudades (da crítica impressionista) de Álvaro Lins. In: **Continente Multicultural**, ano V, n. 53, maio.2005

PENNA FILHO, Pio. **O Brasil e a descolonização da África nos anos Kubitschek (1956-1961)**: Ensaio de mudança. 1994. 176f. Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de História, Universidade de Brasília, 1994.

PEREIRA, Lúcia Miguel. **História da literatura brasileira**: prosa de ficção (de 1870-1920), XII vol.. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1950.

PEREIRA, Nilo. *O pensamento crítico de Álvaro Lins*. In: BRASIL, A., **O pensamento crítico de Álvaro Lins**. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1985.

PEREIRA, Nuno Teotônio. *O arranque da dissidência católica*. In: In: DELGADO, I., C. Pacheco, T. Faria (orgs.), **Humberto Delgado**: as eleições de 58. Lisboa: Vega, 1998. Pp. 128-136.

PIERUCCI, Antônio F. de Oliveira, Beatriz Muniz de Souza, Cândido Procópio Ferreira de Camargo. *Igreja católica: 1945-1970*. In: FAUSTO, B. (org.), **História Geral da Civilização Brasileira – O Brasil republicano IV**: economia e cultura (1930-1964). São Paulo: DIFEL, 1984. Pp. 343-380.

PINHO, Vitor Manuel Ferrinho. **A oposição nas eleições presidenciais portuguesas de 1958**: protagonistas, estratégias e balanço. 2013. 161f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas Universidade da Beira Interior, 2013.

PORTUGAL. **Ordens honoríficas portuguesas**. 2016. Disponível em: <http://www.ordens.presidencia.pt/>. Acessado em 20.nov.2016.

PROST, Antoine. **Doze lições sobre história**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2003.

PROUST, Marcel. **Em busca do tempo perdido** (7 vol.). São Paulo: Globo, 2006.

PUTNAM, Robert D.. Diplomacy and Domestic Politics: The Logic of Two-Level Games. **International Organization**, 42 (Summer 1988), pp. 427-460, 1988.

QUEIROZ, Eça de. **A ilustre casa de Ramires**. São Paulo: Ediouro, 2002.

RAMOS, Tânia Beisl. Estado novo e arquitetura: redes sociais e patrimônio cultural moderno em Portugal e no Brasil. In: **Revista CPC**, n.12, p. 31-53, maio/outubro. 2011.

RAMPINELLI, Waldir José. **As duas faces da moeda**: as contribuições de JK e Gilberto Freyre ao colonialismo português. Florianópolis: Editora da UFSC, 2004.

_____. A política internacional de JK e suas perigosas relações com o colonialismo português. In: **Lutas sociais**, n. 17/18, pp. 83-98.

REAL GABINETE PORTUGUÊS DE LEITURA. **Fundamentos e actualidade do Real Gabinete Português de Leitura**. Rio de Janeiro: Publicação do Real Gabinete Português de Leitura, 1977.

REIS, José Carlos. **História e Teoria**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2006.

RIBEIRO, Gladys, Paulo Terra. *A atuação dos imigrantes portugueses nos movimentos sociais, como fonte de garantia e alargamento de direitos*. In: SOUSA, F. (Org.), **As relações Brasil-Portugal no século XX**. Porto: Fronteira do Caos Editores, 2010. Pp. 159-176.

RIBEIRO, Júlio. **A carne**. Cotia: Ateliê editorial, 2002.

RICUPERO, Ricardo. **O romantismo e a ideia de nação no Brasil (1830-1870)**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

RODRIGUES, Luís Nuno. “*Um passo em direcção à liberdade*”: o *The New York Times* e o general Humberto Delgado. In: DELGADO, I., C. Pacheco, T. Faria (orgs.), **Humberto Delgado**: as eleições de 58. Lisboa: Vega, 1998. Pp. 427-447.

RODRIGUES, Marcos Antônio. **Álvaro Lins**: um leitor de Graciliano Ramos. 2015. 156f. Tese (Mestrado em Letras) – Faculdade de Ciências e Letras de Assis, UNESP, 2015.

RODRIGUES, Nelson. **Teatro completo**: peças psicológicas. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2004.

RÓNAI, Paulo. **Como aprendi o português e outras histórias**. Rio de Janeiro: Edições de Janeiro, 2014.

ROSA, Frederico Delgado. **Humberto Delgado**: biografia do general sem medo. Lisboa: A esfera dos livros, 2015.

ROSAS, Fernando. *A oportunidade perdida*. In: DELGADO, I., C. Pacheco, T. Faria (orgs.), **Humberto Delgado**: as eleições de 58. Lisboa: Vega, 1998. Pp. IX-XXXVI.

RÜSEN, Jörn. **História viva**: Teoria da História III, formas e funções do conhecimento histórico. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2007.

SAES, Décio A.M. *Classe média e política no Brasil (1930-1964). O Estado e a política “populista” no Brasil (1954-1964)*. In: FAUSTO, B. (org.), **História Geral da Civilização Brasileira – O Brasil republicano III**: sociedade e política (1930-1964). São Paulo: DIFEL, 1981. Pp. 447-506.

SAID, Edward. **Representações do intelectual**: as conferências Reith de 1993. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

SALAZAR, António de Oliveira. **Discursos**: vol. V (1951-1958). Coimbra: Coimbra editora, 1959.

SANTOS, P.; AMORIM, P.. **As relações Portugal-Brasil no século XX**. Porto: Fronteira do Caos Editores, 2010.

SANTOS, Luiz Cláudio Machado dos. **As relações Brasil-Portugal**: do Tratado de Amizade e Consulta ao processo de descolonização lusa na África (1953-1975). 2011. 333f. Tese (Doutorado em Relações Internacionais) – Instituto de Relações Internacionais, Universidade de Brasília, 2011.

SARAIVA, António José. **Iniciação à literatura portuguesa**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SARAIVA, José Flávio Sombra Saraiva. Construção e desconstrução do discurso culturalista na política africana do Brasil. **Revista de Informação Legislativa**, Brasília, v. 30, n. 118, p. 219-236, abr.-jun. 1993.

_____. **O lugar da África**: a dimensão atlântica da política externa brasileira de 1946 a nossos dias. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1996.

SERTÓRIO, Manuel. **Humberto Delgado**: 70 cartas inéditas. Lisboa: Publicações Alfa, 1990.

SEVCENKO, Nicolau (org.). **História da vida privada do Brasil**: República – da *belle époque* à era do rádio. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

SIEWIERSKI, Henryk. *Correntes e perspectivas da teoria da literatura no século XX*. In: SIMON, S.. **Um século de conhecimento**: arte, filosofia, ciência e tecnologia no século XX. Brasília: Editora UnB, 2010.

SILVA, Agostinho da. **Condições e missão da comunidade luso-brasileira e outros ensaios**. SIEWIERSKI, Henryk (Org.). Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2009.

SILVA JUNIOR, Humberto França de. Álvaro Lins – ‘um mestre esquecido’. **Perspectiva Filosófica**, Recife, v. IX, n. 18, p.121-140, jul.-dez. 2002.

SILVEIRA, Ênio. **Ênio Silveira**: arquiteto da liberdade. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 1998.

SKIDMORE, Thomas E.. **Brasil**: de Getúlio a Castello (1930-64). São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SOARES, João Clemente Baena. **Sem medo da diplomacia**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

TOLSTÓI, Liev. **Anna Kariênina**. São Paulo: Cosac Naify, 2005.

TOTI, Caroline Natale. Críticas sobre a crítica de Álvaro Lins. In: **Terra roxa e outras terras**: revista de estudos literários, vol. 16, set.2009.

VENTURA, Mauro Souza. O lugar de Otto Maria Carpeaux na crítica. In: **Especulo**: revista de studios literarios, n°. 47. Disponível em:

<http://www.ucm.es/info/especulo/numero47/mcarpeaux.html>. Acessado em 20. nov. 2016.

VIANNA, Luiz Werneck. *O americanismo: da pirataria à modernização autoritária (e o que se pode seguir)*. In: BUARQUE DE HOLLANDA, C.. **Ópera do malandro**. São Paulo: Círculo do livro, 1978.

VIDIGAL, Carlos Eduardo. *Augusto Frederico Schmidt: o poeta de dependência consentida*. In: PIMENTEL, J., **Pensamento diplomático brasileiro: fundadores e agentes da política externa (1750-1964)**. Brasília: FUNAG, 2013.

VILLON, Victor. **O mundo português que Gilberto Freyre criou**: seguido de diálogos com Edson Nery da Fonseca. Rio de Janeiro: Usina das Letras, 2010.

WALTZ, Kenneth. **Theory of International Politics**. Nova Iorque: Random House, 1979.

WENDT, Alexander. Anarchy is what states make of it: the social construction of power politics. **International Organization**, v. 46, n. 2, 1992.

WERNECK, Humberto. **O santo sujo**: a vida de Jayme Ovalle. São Paulo: Cosac Naify, 2008.

WHITE, Hayden. **Meta-história**: a imaginação histórica do século XX. São Paulo: Edusp, 1995.

Arquivos consultados

Arquivo Carlos Lacerda. Brasília.

Arquivo da Academia Brasileira de Letras. Rio de Janeiro.

Arquivo Histórico do Ministério das Relações Exteriores do Brasil. Brasília.

Arquivo Histórico do Senado Federal. Brasília.

Biblioteca Nacional – seção de periódicos. Rio de Janeiro.

Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil – Fundação Getúlio Vargas (CPDOC-FGV). Rio de Janeiro.

Hemeroteca Digital – Biblioteca Nacional

Hemeroteca Digital – Arquivo Público do Estado de São Paulo

Jornais consultados

Correio da Manhã (1955-1959). Rio de Janeiro.

Diário carioca (1958-1959). Rio de Janeiro.
Diário de notícias (1958-1959). Rio de Janeiro.
Jornal do Brasil (1970). Rio de Janeiro.
O Cruzeiro (1956-1959). São Paulo.
O Jornal (1958-1959). Rio de Janeiro.
O Estado de S. Paulo (1958-1959). São Paulo.
Times (1959). Londres.
Tribuna da Imprensa (1956-1959). Rio de Janeiro.
Última hora (1956-1959). Rio de Janeiro.

*“Se admitirmos que a vida humana pode ser governada pela razão,
a possibilidade da vida é aniquilada.”*
(Liev Tolstói, Guerra e Paz)

N. N. N.